



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**SOLANGE FLÔRES DE SOUZA**

**O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM  
MATO GROSSO**

**Rondonópolis-MT  
2015**

**SOLANGE FLÔRES DE SOUZA**

**O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM  
MATO GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu, da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Rondonópolis, na Linha Formação de Professores e Políticas Públicas Educacionais-, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Eglon Silvia Pipi Rodrigues

**Rondonópolis-MT  
2015**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

S729e Souza, Solange Flôres de.  
O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Mato Grosso / Solange Flôres de Souza. -- 2015  
111 f. ; 30 cm.

Orientador: Eglén Silvia Pipi Rodrigues.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2015.  
Inclui bibliografia.

1. Educação Profissionalizante. 2. Ensino Médio. 3. Ensino Médio Integrado. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
Rod. Rondonópolis.-Guiratinga, km 06 MT-270 - Campus Universitário de Rondonópolis - Cep:  
Tel : (66) 3410-4035 - Email : ppgedu@ufmt.br

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO: "O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM MATO GROSSO"**

AUTOR: Mestranda Solange Flôres de Souza

Dissertação defendida e aprovada em 12/06/2015.

### **Composição da Banca Examinadora:**

Presidente Banca / Orientador      Doutor(a)      Eglen Silvia Pipi Rodrigues  
Instituição :      UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Interno                      Doutor(a)      Lindalva Maria Novaes Garske  
Instituição :      Universidade Federal de Mato Grosso

Examinador Externo                      Doutor(a)      Jarina Rodrigues Fernandes  
Instituição :      Universidade Federal de São Carlos

Examinador Suplente                      Doutor(a)      ERIKA VIRGILIO RODRIGUES DA CUNHA  
Instituição :      UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RONDONÓPOLIS, 15/06/2015.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho às minhas filhas Carolaine e Maria Eduarda por suas presenças em minha vida, e ao meu amado marido, companheiro de todas as horas, que permaneceu sempre ao meu lado em todas as etapas incentivando-me com palavras de otimismo, transmitindo-me confiança, carinho e amor e, principalmente acreditando em minha capacidade.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder a vida e a oportunidade do recomeço a cada manhã;  
Ao meu amado companheiro Gláucio, pela dedicação, compreensão e, estímulo;  
Às minhas queridas filhas, Carolaine e Maria Eduarda, presente de Deus em minha vida;  
À minha família;  
Aos meus amigos e colegas de trabalho;  
Às amigas de mestrado, em especial à Aline Fernanda de Souza, que sempre esteve presente nos momentos mais difíceis;  
Às professoras, Jarina Rodrigues Fernandes, Lindalva Maria Novaes Garske e Érika Virgílio Rodrigues da Cunha, por me auxiliarem nesse processo;  
À minha orientadora, professora Eglon Silvia Pipi Rodrigues, por estar comigo nessa caminhada;  
A todos os profissionais do PPGEduc de Rondonópolis-MT;  
A todos os meus sujeitos de pesquisa: diretor, coordenador pedagógico, professores e alunos da Escola EMOP;  
À Secretaria de Educação de Mato Grosso, por conceder meu afastamento para qualificação profissional;  
Ao Grupo de pesquisa GEAD, pela companhia, pelas discussões e aprendizagens durante este período acadêmico.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho intitulado “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Mato Grosso” é fruto da pesquisa de mestrado em educação no PPGEduc/UFMT/ Rondonópolis-MT, na linha de pesquisa Formação de Professores e Políticas Públicas Educacionais, cujo objeto de estudo é o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) da escola Estadual de Ensino Médio Major Otávio Pitaluga, localizada no município de Rondonópolis, Mato Grosso. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional se estabeleceu como política pública educacional nacional criada durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), através do Decreto Presidencial nº 5.154/2004, que substituiu e revogou o Decreto Presidencial em vigor de nº 2.208/97. No Estado de Mato Grosso, o Ensino Médio à Educação Profissional foi implementado em 2007, em cinco escolas pilotos da rede estadual. Atualmente o Estado possui cerca de 89 escolas em 52 municípios ofertando o EMIEP. Os fundamentos que norteiam o EMIEP estão alicerçados na concepção de educação integrada, rompendo a visão meramente tecnicista. Assim, para fundamentar os aportes teóricos, foi realizada a análise da proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional que consta no Documento Base do MEC (2007). Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a concepção que os sujeitos participantes da escola investigada têm a respeito do EMIEP. Para tanto, foram desmembrados os seguintes objetivos específicos: compreender as finalidades do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) na visão dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa; verificar os limites e dificuldades na implementação do EMIEP na escola investigada. A pesquisa teve como propósito responder à seguinte questão: *Qual a concepção que os sujeitos participantes da escola investigada têm a respeito do EMIEP?* A natureza da pesquisa é qualitativa e, a abordagem metodológica que norteia a investigação é a Comunicativa Crítica cuja base teórica está alicerçada na Teoria da Ação Comunicativa Crítica de Habermas (1987). Em relação às técnicas de pesquisa, recorri ao Relato Comunicativo Crítico realizado com três professores que atuam no EMIEP, com o diretor e o coordenador pedagógico e o Grupo de Discussão Comunicativo Crítico, realizados com quinze estudantes do terceiro ano Técnico em Vendas e quinze estudantes do Técnico em Logística. A pesquisa aponta os seguintes resultados: os professores participantes não se apropriaram efetivamente da concepção acerca do EMIEP. Outro destaque apontado é a rotatividade dos professores técnicos e, a falta de planejamento em conjunto com as demais áreas do conhecimento, fato este, que contribuiu impossibilitando sua efetivação. Em relação aos alunos participantes, a opção pela escola ocorreu devido ao *status*, que os mesmos acreditam que a escola proporciona e, em relação ao curso ocorreu mediante a falta de vagas no ensino médio regular. Nesse sentido, a investigação constitui-se como um caminho interessante para as discussões relacionadas à concepção, à compreensão e à prática da formação dos professores que atuam no EMIEP.

**Palavras-chave:** Educação Profissionalizante. Ensino Médio. Ensino Médio Integrado.



## ABSTRACT

This study entitled “Integrated School for Professional Education in Mato Grosso” is the result of the master's research in education in PPGEDU/UFMT/Rondonópolis–MT, in the line of research Teacher Training and Educational Public Policy, whose object of study is the Integrated school for Professional Education (EMIEP) of the State high school education Major Octavio Pitaluga, in the municipality of Rondonópolis, Mato Grosso. The Integrated School for Professional Education was established as a national public education policy created under President Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), through Presidential Decree nº 5.154/2004, which replaced and repealed Presidential Decree into force of nº 2.208/97. In the state of Mato Grosso, the high school to vocational education was implemented in 2007 in five pilot schools of the state. Currently the state has about 89 schools in 52 municipalities to offer the EMIEP. The foundation that guides the EMIEP are grounded in the concept of integrated education, breaking the merely technical vision. Thus, to support the theoretical contributions, it was carried out the analysis of the proposed Integrated School for Professional Education contained in the MEC Base Document (2007). Thus, the objective of this research is to examine the conception that subjects participating in the school have investigated about EMIEP. To this end, the following specific objectives was dismembered: understand the purposes of the Integrated School for Professional Education (EMIEP) in view of the subjects involved in this research; check the limits and difficulties in implementing the EMIEP *in school investigated. The research had the purpose to answer the following question: What is the conception that subjects participating in the investigated school has about EMIEP?* The nature of research is qualitative and the methodological approach that guides the research is the Communicative Critical whose theoretical basis is rooted in the Communication Action Theory Criticism of Habermas (1987). Regarding research techniques, resorted to report Communicative Critical conducted with three teachers who work in EMIEP, with the director and the pedagogical coordinator and the talk Communicative Critical Group, conducted with fifteen students of the third year Technical Sales and fifteen students technical Logistics. The research shows the following results: participating teachers not appropriated effectively the conception of EMIEP. Another highlight is appointed turnover of technicians and teachers, lack of planning together with other areas of knowledge, a fact that contributed preventing its execution. Regarding the participating students, the choice of school was due to the status that even believe that the school provides, and about the course was by the lack of vacancies in regular high school. In this sense, research is constituted as an interesting way for discussions related to the design, understanding and practice of training of teachers who work in EMIEP.

**Key words:** Education, Professional. Secondary School. Integrated high school

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1:</b> As Políticas Educacionais Brasileiras.....	22
<b>QUADRO 2:</b> Ensino Técnico Compulsório.....	32
<b>QUADRO 3:</b> A Educação Profissional e o Decreto 2.208/97.....	38
<b>QUADRO 4:</b> Procedimento Metodológico da Pesquisa.....	66
<b>QUADRO 5:</b> Relato Comunicativo Crítico dos Professores: Concepção sobre o EMIEP.....	75
<b>QUADRO 6:</b> Relato Comunicativo Crítico dos Professores: Objetivos e funcionamento do EMIEP.....	78
<b>QUADRO 7:</b> Relato Comunicativo Crítico dos Professores: Elementos Obstaculizadores....	81
<b>QUADRO 8:</b> Relato Comunicativo Crítico dos Professores: Sugestões e Melhorias.....	83
<b>QUADRO 9:</b> Relato Comunicativo Crítico do Diretor e Coordenador: Concepção sobre o EMIEP.....	85
<b>QUADRO 10:</b> Relato Comunicativo Crítico do Diretor e Coordenador: Objetivos do EMIEP.....	86
<b>QUADRO 11:</b> Relato Comunicativo Crítico do Diretor e Coordenador: Elementos Obstaculizadores.....	87
<b>QUADRO 12:</b> Relato Comunicativo Crítico do Diretor e Coordenador: Sugestões e Melhorias.....	89
<b>QUADRO 13:</b> Grupo de Discussão Comunicativo Crítico com alunos: Opção pela Escola.....	92
<b>QUADRO 14:</b> Grupo de Discussão Comunicativo Crítico com alunos: Opção pelo EMIEP.....	94
<b>QUADRO 15:</b> Grupo de Discussão Comunicativo Crítico com alunos: Você considera que o EMIEP prepara para o mercado de trabalho? .....	95

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMT - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
AME - Associação Mato-Grossense dos Estudantes  
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEB - Câmara de Educação Básica  
CEE - Conselho Estadual de Educação  
CEPROTEC- Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnologia de Mato Grosso  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
CONSED- Conselho Nacional de Secretarias de Educação  
CREA - Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades Sociais  
CUR - Campus Universitário de Rondonópolis  
DCNEM- Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio  
EMIEP - Ensino Médio Integrado à Educação Profissional  
EEMOP - Escola Estadual Major Otávio Pitaluga  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
GEAD - Grupo de Estudos em Aprendizagem Dialógica.  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IES - Instituições de Ensino Superior  
INEP - Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais Anísio Teixeira  
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC - Ministério de Educação  
MT - Mato Grosso  
PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola  
PEE - Plano Estadual de Educação  
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais  
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PPGEdu - Programa de Pós-Graduação em Educação  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional  
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia  
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação  
SEMTEC - Secretária de Educação Média Tecnológica  
SETEC - Secretária de Estado e Trabalho Emprego e Cidadania  
SINTEP - Sindicato Estadual dos Trabalhadores na Educação Pública  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação  
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1 Definição do Problema.....	13
2 Justificativa pelo Tema.....	15
3 Apresentação dos Capítulos.....	18
<b>CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>20</b>
1.1 Considerações Iniciais.....	20
1.2 A Educação Profissional e as Políticas Públicas.....	26
1.3 Ensino Profissional no Período de 1937 à 1990.....	29
1.4 Reformas Educacionais da década de 90.....	33
<b>CAPÍTULO 2: A INTEGRAÇÃO ENTRE O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O DECRETO Nº 5.154/2004.....</b>	<b>40</b>
2.1 O Trabalho como princípio educativo.....	40
2.2 A Concepção de formação integrado para o Ensino Médio.....	47
2.3 A Origem do Decreto nº 5.154/2004 e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado de Mato Grosso.....	51
<b>CAPÍTULO 3: CAMINHO METODOLÓGICO.....</b>	<b>60</b>
3.1 A pesquisa.....	60
3.2 A Abordagem Metodológica da Pesquisa: Comunicativa Crítica.....	63
3.3 Técnicas de Investigação: Grupo de Discussão Comunicativo Crítico e Relato Comunicativo Crítico.....	66
3.4 Percurso Metodológico da Pesquisa.....	69
3.4.1 O lugar da pesquisa e o Tempo da Pesquisa.....	69
3.4.2 Os Sujeitos da Pesquisa.....	71
<b>CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>74</b>
4. 1 Compreendendo os dados coletados da pesquisa.....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>103</b>
<b>ANEXOS I.....</b>	<b>108</b>
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização de pesquisa – Trabalho de Conclusão de Curso.....	108
Anexo II: Roteiro - Entrevista com o Diretor.....	110

Anexo III: Roteiro-Entrevista com Coordenador. ....	110
Anexo IV: Roteiro-Entrevistas com os Professores. ....	110
Anexo V: Roteiro-Entrevistas com os alunos.....	111

# INTRODUÇÃO

## 1. Definição do Problema

A pesquisa, ora apresentada, está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Rondonópolis e trata sobre o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Mato Grosso da rede estadual, mais especificamente no caso da escola Major Otávio Pitaluga, conhecida como escola EMOP, localizada em Rondonópolis. Buscou compreender o passado da Educação Profissional no Brasil, no intuito de orientar nossas reflexões acerca das políticas públicas educacionais que deram origem ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP). Para tanto, realizou um recorte histórico acerca da Educação Profissional no Brasil a fim de auxiliar o processo de entendimento do objeto de estudo, norteando-se pela seguinte questão: **Qual a concepção que os sujeitos participantes da escola investigada têm a respeito do EMIEP?**

Na tentativa de esclarecer a problemática foi necessário estabelecer o seguinte objetivo geral: analisar a concepção que os sujeitos participantes da escola investigada têm a respeito do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP). Para tanto, foi desmembrado nos seguintes objetivos específicos: Compreender as finalidades do EMIEP – na visão dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa. Verificar os limites e dificuldades na implementação do EMIEP na escola investigada.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é fruto da política pública nacional criada no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), através do Decreto Presidencial nº 5.154/2004 de 23 de julho de 2004 e, do Parecer n.39/04-CEB/CNE que revogou o Decreto Presidencial nº 2.208/97 e alterou os artigos 35 e 36 e 39 a 41 até então em vigor.

O MEC e a Secretaria de Educação Média Tecnológica, no intuito de superar a dicotomia entre conhecimento específico e geral, assumiram o compromisso de elaborar uma política educacional que integrasse a formação básica e a profissional de forma orgânica num mesmo currículo, para tanto realizou debates promovendo dois seminários nacionais, ambos realizados em Brasília.

O primeiro Seminário Nacional aconteceu em 2003 intitulado, “Ensino Médio: Construção Política”, cujo objetivo era discutir a realidade do Ensino Médio brasileiro e novas perspectivas na construção de uma política para esse nível de ensino. O segundo Seminário Nacional de Educação Profissional e tecnológica, ocorreu em julho de 2004,

denominado “concepções, experiências, problemas e propostas”. O documento proveniente desses dois seminários propõe como compromisso a redução das desigualdades sociais, articulação da educação profissional com a educação básica.

A política de Ensino Médio foi orientada para a construção de um projeto que superasse a dualidade entre a formação específica e a formação geral e que deslocasse o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana, tendo como dimensões indissociáveis, a ciência, a cultura e a tecnologia (BRASIL, 2007). Assim, ficou evidente a necessidade da integração da educação básica e a educação profissional, as quais eram ofertadas pelo Decreto 2.208/97, desvinculadas uma da outra. Os focos principais desses debates eram a integração, o aumento da escolarização e a melhoria da qualidade dessa última etapa de ensino. Desse debate, originou o Decreto Presidencial nº 5.154/2004 que deu vida ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A Educação Profissional consiste em uma das prioridades da política educacional brasileira, para inserção do país no mundo competitivo e, para acompanhar essas mudanças na educação, o Estado de Mato Grosso em 2007 adere ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional o EMIEP, com a retomada do ensino profissionalizante nas escolas públicas estaduais.

No mesmo ano o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional foi implantado em cinco unidades escolares piloto, distribuídas em quatro municípios sendo eles: Alta Floresta, Barra do Graças, Rondonópolis e Sinop, na tentativa de ampliar a oferta dessa modalidade de ensino, cuja proposta era integrar conhecimento teórico à prática. Atualmente, Mato Grosso oferta dez cursos nas áreas: de informática, administração, vendas, comércio, meio ambiente, agroecologia (para escolas indígenas, do campo e quilombola), secretariado, serviços de restaurante, bar e hotelaria. Hoje o EMIEP é adotado em 89 escolas distribuídas em 52 municípios no Estado de Mato Grosso.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional ou EMIEP, termo utilizado nos textos Orientativos da SEDUC/MT, é abordado em textos e livros de autores que pesquisam e citam o Decreto Presidencial nº 5.554/2004, e, também, é utilizado pelos professores e funcionários no interior das escolas de Mato Grosso.

Sendo assim, a partir do Decreto Presidencial nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004) e do Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado (BRASIL, 2007), o Ensino Médio assume, portanto, a concepção integrada entre a formação geral dos alunos e a sua formação profissional.

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos educativos, seja nos processos educativos como formação inicial, como ensino técnico, tecnológico ou superior (BRASIL, 2007, p.41).

Nesse sentido, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional deve propiciar aos educandos, na condição de sujeitos, o acesso ao conhecimento construído pela humanidade a fim de contribuir na sua formação integral, viabilizando escolhas para a vida produtiva. Sendo assim, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional enquanto concepção educativa de formação integral surgiu com a dupla função: a formação dos jovens para a cidadania e a preparação para o mercado de trabalho, articulando-se aos princípios da politécnica<sup>1</sup> e da educação unitária.

## 2. Justificativa pelo Tema

Para justificar o interesse pelo tema, busco transcrever brevemente minha trajetória educacional e profissional e, desde já destaco a importância do ensino público, gratuito na minha vida, pois sou fruto da escola pública, desde os anos iniciais até o presente momento em que me encontro matriculada no curso de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

Sou professora efetiva da rede estadual de Mato Grosso, licenciada em Geografia e atualmente pertencendo ao quadro de professores e funcionários da Escola Estadual Major Otávio Pitaluga (EMOP), escola de Ensino Médio localizada no município de Rondonópolis Mato Grosso.

Em 1990 fui aprovada no Exame de Vestibular pela Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Rondonópolis no curso de Licenciatura em Geografia e concluí em agosto de 1995. Em 1996 iniciei minha atividade de docente na escola EMOP, com contrato temporário. Permaneci como professora contratada até o ano de 1999. Em 2000 fui aprovada no concurso público para professores da rede estadual do Estado de Mato Grosso e tomei posse em outra unidade escolar no município de Rondonópolis/MT.

---

<sup>1</sup> Politécnica, termo utilizado para o estudo de muitas artes técnicas. Designação em especial de estabelecimento em que se professam ciências diversas.



Nos anos seguintes tentei remoção para a escola EMOP, mas, somente em 2009, após anos de tentativas frustradas, consegui a tão sonhada remoção. Assim é marcada minha história de vida com a escola, pois sempre estive de alguma forma, ligada a ela.

Ao retornar para a escola EMOP, a mesma havia sido escolhida como escola piloto na cidade e, como tal passa a ofertar o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - o EMIEP. Assim, em 2009 passou a oferecer duas modalidades de ensino, o Ensino Médio regular e o Ensino Médio técnico. Os cursos foram escolhidos pela comunidade escolar: o técnico em Vendas e o técnico em Logística.

Quando retornei para escola EMOP, os professores já haviam recebido uma formação acerca do EMIEP, sendo que a mesma ocorreu na cidade de Cuiabá, capital do Estado, entretanto apenas alguns professores foram eleitos para participarem dessa formação, sendo eles: um professor de matemática, um professor de biologia, um professor de história e uma professora de língua portuguesa. A ideia de mudança e a falta de conhecimento por parte dos professores provocou um movimento de insegurança no interior da escola, uma resistência ao curso técnico. As dúvidas em relação ao EMIEP eram muitas e, as mesmas não foram sanadas, até mesmo a dos professores que receberam a formação em Cuiabá, fato este citado durante seus relatos.

Em 2011, ocorreu à ampliação das turmas do técnico e a redução das turmas do Ensino Médio Regular. Sem muitas alternativas tive que optar pelo EMIEP. Sendo assim, atribuí aulas nas respectivas turmas: 1º anos Técnico em Vendas, 2º anos Técnico em Logística e 3º anos Vendas e Logística. No mesmo ano o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID/UFMT/CUR foi implementado na Escola EMOP e fui então escolhida como supervisora do subprojeto de Geografia.

As atividades dos bolsistas PIBID de Geografia foram direcionadas para as turmas dos terceiros anos técnicos, contribuindo de forma extraordinária no processo de ensino e aprendizagem, haja vista que foi possível ampliar as atividades práticas desenvolvidas em parceria com os bolsistas do projeto PIBID.

Segundo Freire (1997, p.43-44) “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”.

Refletindo sobre minha prática docente e sobre as finalidades do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, decidi desenvolver atividades práticas que contemplassem os conteúdos teóricos abordados no livro didático, tais como as oficinas com maquetes: da

hidrografia de Mato Grosso, quebra cabeça representado as placas tectônica, realização de um terrário representando os horizontes do solo, construção de maquetes representando o relevo submarino e as camadas internas da Terra. Além dessas oficinas com maquetes, foi realizada: uma aula de campo na Rodovia do Peixe, a Horta Vertical feita com pallets e garrafas pets e a construção de um orquidário.

As atividades teóricas foram trabalhadas em sala de aula e as atividades práticas no contra turno, sempre em parceria com os bolsistas PIBID geografia, fato este que contribuiu para o êxito das atividades, possibilitando a participação de um número maior de alunos, ampliando as oportunidades dos alunos matriculados no EMIEP, contribuindo desta forma para elevar a qualidade do ensino aprendizagem na referida disciplina e, principalmente melhorar a relação entre a professora e os alunos.

Nesse contexto, a opção em trabalhar no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, somada à atividade desenvolvida como supervisora do PIBID, foi de suma importância para repensar o meu papel enquanto docente e, reconhecer que a prática precisa ser pensada todos os dias, ao me assumir como sujeito na produção do saber. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1997, p. 12).

O sentimento de satisfação era muito forte a cada atividade desenvolvida. Era nítido o amadurecimento dos alunos em relação à disciplina, pois estavam inseridos da tal forma nas atividades acima citadas, aprendendo de forma prazerosa. Diante de tal fato, resolvi estudar e pesquisar sobre o EMIEP e, continuar a aprender, pois na profissão docente, o professor deve aprender a cada dia, para melhorar a sua prática pedagógica.

Neste sentido coaduno aqui com Freire (1997), quando afirma que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. [...] Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar constatando, intervenho intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1997, p. 32).

Outro ponto relevante pela opção do tema foi a visão que os alunos envolvidos tinham em relação ao EMIEP, pois muitos deles viam nessa modalidade de ensino novas possibilidades em relação à inserção no mundo do trabalho. Assim, resolvo participar da seleção de mestrado em Educação pela UFMT/CUR, fui aprovada e me dediquei ao entendimento da temática em questão.

### 3. Apresentação dos Capítulos

A presente pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **Antecedentes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**, apresento um breve resgate histórico da Educação Profissionalizante no Brasil e a trajetória das políticas públicas educacionais no que diz respeito à oferta do Ensino Médio e à Educação Profissional no Brasil. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram estudados referenciais bibliográficos que fundamentam teoricamente a história da educação no Brasil. Os autores referenciados nesta pesquisa são: Otaíza Romanelli, Leandro Konder e Gaudêncio Frigotto.

No segundo capítulo, **a Integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional no Brasil: o Decreto nº 5.154/2004**, a discussão gira em torno da Educação Profissional, da implantação do Decreto Presidencial nº 5.154/2004 e a relação do termo trabalho expresso na política pública do EMIEP. O intuito é identificar os limites e as dificuldades na implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Escola Estadual de Ensino Médio Major Otávio Pitaluga, localizada no município de Rondonópolis - Mato Grosso. Para subsidiar este estudo foi necessário destacar a contribuição de alguns autores que pesquisam sobre a relação Trabalho e Educação e o ensino Integrado enquanto concepção: Acácia Zeneida Kuenzer, Gaudêncio Frigotto, Karel Kosik, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Sílvia Manfredi.

O terceiro capítulo refere-se ao **Caminho Metodológico**, a pesquisa é qualitativa, cuja abordagem escolhida é a Metodologia Comunicativa Crítica. Tal metodologia foi criada pela Universidade de Barcelona, pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades Sociais - CREA. Os fundamentos que norteiam tal metodologia estão alicerçados na teoria da Ação Comunicativa de Habermas (1987). As técnicas utilizadas para o levantamento da coleta de dados foram duas: O Grupo de Discussão Comunicativo Crítico e o Relato Comunicativo Crítico.

O espaço investigado, no qual as informações foram levantadas foi a Escola Estadual Major Otávio Pitaluga, localizada no município de Rondonópolis. Os sujeitos participantes desta investigação foram: 30 estudantes (sendo 15 do curso técnico em Vendas e 15 do curso técnico em Logística); 03 professores do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP); 01 coordenador pedagógico e o diretor da escola. Tal pesquisa foi desenvolvida entre os meses de fevereiro a agosto de 2014.

É importante ressaltar que, em virtude do tempo disponível para o Mestrado, não foi possível atender todos os critérios exigidos dentro desta abordagem metodológica. O fator tempo impossibilitou que os sujeitos pudessem conhecer as contribuições, antes de serem contempladas na redação final da dissertação. Contudo, vale destacar que houve muito trabalho, esforço e dedicação para estudá-la, compreendê-la e aplicá-la.

O quarto capítulo, **Análise dos Dados**, é dedicado à apresentação e análise dos dados, abordando as concepções identificadas e os objetivos acerca do EMIEP, compreendida pelos participantes da pesquisa e as limitações na sua implementação.

# CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Este capítulo tem como objetivo analisar a história da educação técnica e profissional no Brasil. Para que pudesse atingir o objetivo principal desta pesquisa, realizou-se um breve recorte histórico acerca da educação profissional no Brasil, que serviu para compreender como ocorreu o movimento na história desta modalidade de ensino. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram estudados referenciais bibliográficos que fundamentam teoricamente a história da educação no Brasil. Os autores referenciados neste capítulo são: Otaíza Romanelli, Leandro Konder e Gaudêncio Frigotto.

## 1.1 Considerações Iniciais

*A educação é mediada e mediadora, esforço de constituição de significados, explicitando sua condição ontológica de prática humana. A educação é mediação fundamental para as demais que formam a existência histórica. A educação é um investimento intergeracional com o objetivo de inserir os educandos nas forças construtivas do trabalho, da sociabilidade e da cultura (SEVERINO, 2002, p.67).*

A “educação é mediada e mediadora” (SEVERINO, 2002). Para muitos a frase não possui significado, não desperta a curiosidade, pois desconhecem o valor e a importância da educação para a sociedade, desconhecem, principalmente, a história e a trajetória da educação no Brasil, as lutas sociais, travadas pelo direito à educação pública, gratuita e para todos, pessoas que engajaram nessa luta e, hoje, são simplesmente esquecidas.

Para que possamos refletir sobre a importância da educação, começaremos pela origem da palavra educação:

*A palavra “educação” (do latim *educare*, no grego *paidagogein*) tem sentido humano e social. É um fato que se verifica desde as origens da sociedade humana. Caracteriza-se como um processo por obra do qual as gerações jovens vão adquirindo os usos e costumes, as práticas e hábitos, as ideias e crenças, numa palavra, a forma de vida das gerações adultas. Nos povos mais primitivos, a educação se manifestava como influência inconsciente do adulto sobre a criança e o adolescente. Com o tempo, o homem observou a importância desse fato (LARROYO, 1979, p. 15).*

A educação é um bem universal e um direito social fundamental relativo à cidadania, capaz de proporcionar o amadurecimento intelectual e social dos cidadãos, é por meio da

educação que ocorrem a transmissão e a aquisição dos conhecimentos produzidos pela humanidade e transmitidos às novas gerações. É através da educação que o homem se transforma, reconhecendo a si próprio e ao próximo como agente histórico, que atua e contribui com a sociedade em que vive, à medida que a transformação ocorre, ele se educa. De acordo com Manacorda (1989, p.6) “a educação é um processo por meio do qual a humanidade elabora a si mesma em todos os seus variados aspectos”.

Portanto, para aprofundar a discussão em torno do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) é necessário abordar brevemente a História da educação no Brasil, cuja trajetória é caracterizada por apresentar desníveis na qualidade do ensino. A educação por muitas décadas atuou de maneira discriminatória no campo social, uma vez que não incluía a todos de maneira igualitária, ou seja, para os filhos da burguesia nacional, era ofertado um ensino direcionado à formação de futuros dirigentes, enquanto que para os demais jovens, os filhos dos nativos ou de escravos, quando ofertado, era um ensino, orientado para o trabalho.

Para Oliveira (2007), a trajetória educacional brasileira,

[...] ao longo da sua história, vem representando a própria dualidade da sociedade nacional, consubstanciada em uma acirrada e desigual distribuição do conhecimento. Assim, pode se afirmar que foi se tornando oficial e legitimado o grande distanciamento existente entre a educação da elite, caracterizada por uma maior qualidade e por seu caráter acadêmico, seletivo e propedêutico (ministrado em instituições secundárias e superiores) e a educação voltada para as camadas menos favorecidas, marcada pela qualidade questionável traduzida em um ensino pontual e aligeirado (ofertado em escolas primárias e profissionais) (OLIVEIRA, 2007, p.167).

Assim configurou-se a sociedade brasileira, composta por uma classe dominante relativamente pequena, detentora do poder econômico e, do outro lado, a população composta pelos escravos africanos, pelos colonos brancos e pobres e pela população nativa. A educação neste contexto beneficiou apenas a elite nacional e tornou-se ferramenta de dominação e de *status* social, contribuindo para aumentar as desigualdades sociais.

Para ilustrar o cenário educacional brasileiro, o qual será tratado no decorrer do capítulo, o quadro cronológico abaixo demonstra o movimento histórico da educação, os avanços e os retrocessos na educação brasileira, destacando o período e suas respectivas políticas educacionais.

**Quadro 1: As Políticas Educacionais Brasileiras**

<b>Decreto</b>	<b>Período</b>	<b>Características</b>	<b>Governo</b>
Sistema de Aldeamento	1549/1759	As aulas eram ministradas pelos jesuítas nos moldes europeus;  Método: Ensino Elementar (aprendizagem de ofício, leitura, escrita, literatura em latim e a conversão dos nativos);  Marquês de Pombal expulsa os Jesuítas do Brasil.	Tomé de Souza- primeiro Governo Geral do Brasil;  Sebastião José de Carvalho (Marquês de Pombal).
Alvará de 28 de julho de 1759	1760/1808	Aulas Régias de Latim, de Grego e Retórica (único professor).	Marquês de Pombal.
Decreto 01 de março 1822	1822	Método de Ensino Mútuo;	Com a Independência do Brasil, D. Pedro torna-se Imperador do Brasil.
Ato Adicional da Reforma Constituinte	1834	A Constituição é outorgada pela Assembleia Constituinte, Instrução primária gratuita e, o ensino Secundário- privado;	Diogo Antônio Feijó
Decreto nº 510	1837	Ensino Primário e Secundário ficaria a cargo das Províncias;	Pedro de Araújo Lima.
Decreto nº 7.566	1856	Criado na Corte, a escola pública secundária-Colégio Pedro II; Liceus de Artes e Ofícios;	
	1890	O ensino é leigo e livre em todos os graus e gratuito no primário, grupos escolares;	Marechal Deodoro da Fonseca.
	1909	Ampliação das Escolas de Aprendizes e Artífices.	Nilo Peçanha
Decreto 21.241	1932	Reforma do Ensino Secundário;	
Artigo nº 129 Constituição de 1937	1934	Manifesto dos Pioneiros;	
	1937	Currículo enciclopédico;	
Leis orgânicas Decreto 4.073	1942	Educação é direito de todos;	Getúlio Vargas
Decreto 4.244	30/01/42	Ensino pré-vocacional e profissional é dever do Estado, destinado às classes menos favorecidas;	
Decreto 6.141	09/04/42	Reformas Capanema;	
	28/12/43	Institui o ensino Agrícola, o Industrial e o Comercial	
Decreto 4.048	22/01/42	Cria o SENAI.	
Lei nº 5.692/71	1971	O ensino é dividido em 1º e 2º graus	Emílio Garrastazu Médici
Lei nº 7.044/82	1982	Extinguiu a profissionalização compulsória;	João Figueiredo
	1988	Democratização do Ensino.	José Sarney
Lei nº 9.394/96	1996/2002	Lei de Diretrizes e Bases da Educação;	
Decreto nº 2.208	1997	Cria o FUNDEF;	Fernando Henrique Cardoso
	1997	Política de privatização;  Estabelece o ensino profissional.	
Decreto nº 5154	2004	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Luiz Inácio Lula da Silva

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Durante o período colonial (1549-1759), a educação no Brasil era ministrada pelos Jesuítas que vieram para o Brasil com a missão de catequizar, também, tiveram como atribuições construir escolas para os colonizadores, particularmente para os filhos de proprietários e esse monopólio permaneceu por mais de 200 anos, cuja educação era baseada no modelo educacional dos países europeus: na aquisição da leitura, da escrita, bem como a introdução da gramática latina. Após essa primeira etapa, esses jovens eram encaminhados às Universidades da Europa (Universidade de Coimbra), para cursarem o ensino superior onde receberiam uma formação que os preparassem para serem profissionais liberais e, após a sua conclusão, os mesmo retornavam para o Brasil.

O traço que marcou a educação nesse período foi a obrigatoriedade do ensino e da doutrina católica em todos os estabelecimentos educacionais, justificada pelo fato do Brasil, possuir uma religião oficial a ser transmitida a todos os seus cidadãos.

Esse ensino adotado no Brasil beneficiava principalmente os jovens, filhos da elite nacional, enquanto que para o restante da população jovem brasileira o ensino os preparava para o trabalho agrícola.

Esse modelo de educação “para poucos” permaneceu por muitas décadas e às margens do acesso a esse benefício concentravam-se os analfabetos, fruto do sistema econômico escravocrata. “Os padres acabaram ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca em geral, salvo as mulheres, educação média para os homens da classe dominante” (ROMANELLI, 1998, p.34). Desta forma, a economia brasileira era ancorada pela agricultura e pela exploração da mão de obra escrava e por imposição permaneceu por cerca de trezentos anos, prevalecendo somente os interesses da aristocracia.

Portugal e o Brasil, conseqüentemente em 1759, passaram a ser governados pelo Marquês de Pombal e, ao expulsar os Jesuítas da colônia, desfez-se o modelo educacional, vigente e, para substituir o trabalho docente realizado pelos jesuítas, houve a necessidade da contratação de leigos para ministrarem aulas, para os filhos da elite.

A relação entre a educação básica e a educação profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade. Nesse sentido, até o século XIX não há registro de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes (BRASIL, 2007, p.10).

Dessa forma, os primeiros sinais do que se pode caracterizar como a origem da educação profissional no Brasil, ocorreu a partir de 1809, com a criação do Colégio das



Fábricas, por D. João VI. O Ato Adicional de 1834 impulsionou mudanças na educação nacional, instituindo a educação primária e secundária, pública e gratuita, porém, apenas a educação primária era oferecida de forma pública e gratuita.

Ainda nesse período a educação secundária, não era prioridade. Esta era oferecida por entidades privadas, que estruturavam seus currículos direcionando-os à formação superior, tornando-se seletiva e discriminatória, uma vez que somente a aristocracia teria condições financeiras para manter seus filhos na escola.

De acordo com Severino (2002), a educação formal destinada aos jovens e adultos pertencentes às classes populares em nosso país sempre esteve em segundo plano, o que se torna um grande problema social, pois, de acordo com o autor:

A educação é valioso instrumento nas mãos do grupo social dominante para o exercício de sua hegemonia. A escola, como elemento “privado” da sociedade civil, não atua isolada na configuração da cosmovisão e da ideologia, mas articula aos demais aparelhos ativados pelo grupo dominante na sociedade civil: Igreja, família, mídia etc. A educação é fundamental ao elaborar e difundir a concepção de mundo/ideologia, cimento da coesão social. Isso se deve, sobretudo, a sua participação concentrada na preparação formal dos intelectuais, agentes dos aparelhos de hegemonia (SEVERINO, 2002, p.78).

Somente em 1837, foi criada na cidade de Rio de Janeiro uma escola de nível secundário público, o Colégio Pedro II, mantido pelo Governo que objetivava servir de referência para os demais colégios públicos e privados. Desta forma, foi implantado um modelo de ensino espelhado na educação francesa, estruturado em séries, contribuindo para uniformizar o ensino distribuído pelas províncias. A criação deste Colégio, bem como seu modelo de ensino, tinha como finalidade educar a elite econômica e intelectual do Brasil, reafirmando a segregação entre os grupos sociais.

No que se refere ao ensino profissional no Brasil, foram criadas em 1856 as Escolas de Aprendizes Artífices, cujo objetivo era oferecer o curso primário em nível profissional para alunos carentes, órfãos e os abandonados entre 10 e 13 anos, evidenciando a dualidade na educação.

Neste sentido, é possível entender que o ensino formal destinado aos jovens e adultos das classes populares visava apenas à instrução para o mundo do trabalho, privando-os de uma educação mais ampla.

De acordo com Kuenzer (2000):

Essas escolas antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho (KUENZER, 2000, p.27).

De acordo com Manfredi (2002), a criação dessas escolas de Aprendizizes tinha como finalidade:

[...] a formação de operários e contramestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos mais convenientes e necessários ao Estado da Federação em que a escola funcionasse, consultando, quando possível, as especialidades das indústrias locais. Como parte integrante de cada escola de Aprendizizes Artífices, foram criados cursos noturnos obrigatórios, um curso primário, destinado aos analfabetos e outro de desenho. Cada escola deveria contar com até cinco oficinas de trabalho manual ou de mecânica, conforme a capacidade do prédio escolar e atender as necessidades das indústrias locais (MANFREDI, 2002, p.84).

Nesse contexto, a educação profissional no Brasil tem suas raízes na concepção assistencialista, na perspectiva de atender e amparar os desvalidos da sorte, sendo possível compreender que a educação, de um modo geral, sempre foi vista como privilégio de poucos e assim permaneceu por muitas décadas. Mesmo com a criação de novas escolas, o número de vagas ofertadas, para os jovens das camadas populares ainda se mostravam insuficientes para atender às necessidades imediatas, permanecendo como escola para poucos.

Entretanto, no início do século XX, a educação profissional passou por mudanças na sua organização. O poder público vigente modificou sua estrutura de cunho assistencialista de atendimento aos menores abandonados, por um modelo de educação que preparasse o operário para o exercício profissional.

Durante o governo de Nilo Peçanha através do Decreto Lei nº 7.566 de 1909 (BRASIL, 1909), são criadas dezenove Escolas de Aprendizizes e Artífices, uma em cada capital brasileira, destinadas ao ensino primário, técnico e gratuito. Outro ponto positivo do Decreto 7.566 foi a ampliação na oferta do ensino profissionalizante e a criação de novos cursos tais como: o técnico agrícola, o comercial e o normal. O ensino agrícola contribuiu no sentido de oferecer oportunidade criando novos postos de trabalho, haja vista que os empreendimentos agrícolas se encontravam em ascensão.

A dualidade continuava visível na oferta do ensino no Brasil, a educação era oferecida de forma diferenciada: para uns uma educação com vistas à formação superior,

enquanto que para os oriundos das camadas populares estava destinada a educação profissionalizante voltada para o trabalho.

## 1.2 A Educação Profissional e as Políticas Públicas

As primeiras menções sobre a educação profissional no Brasil ocorrem com a criação do Colégio das Fábricas em 1809. Mesmo possuindo características de assistencialismo, vista como políticas compensatórias, o período foi considerado como sendo um dos mais importantes com a criação de políticas públicas que deu origem aos grupos escolares. Segundo Azevedo (2003, p.38) “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões.” Dessa forma, a implementação foi ocorrendo de forma lenta, porém significativa uma vez que criava mecanismos de acesso educacional para as camadas populares.

Nessa perspectiva o ensino profissional no Brasil foi impulsionado com o processo de industrialização e urbanização. Nesse período, a base da economia nacional era a produção cafeeira e, com o fim do sistema de escravatura, surgiu um novo tipo de trabalhador - o assalariado.

O trabalho constitui o homem, porque ele age sobre a natureza, criando, transformando produzindo para sua sobrevivência. O homem cria condições materiais para criar e, ao produzir sua subsistência por meio do trabalho, modifica o mundo a sua volta. De acordo com Fernandes (2012) “os homens não manifestarem sua capacidade em criar o trabalho: tornam-se peças da engrenagem nos sistema de produção capitalista. Só lhes resta vender sua força de trabalho e trocá-lo por salário<sup>2</sup>” (FERNANDES, 2012, p. 53).

Com o processo de urbanização o índice populacional nas cidades aumentou de forma gradativa, influenciado pelo movimento migratório constante, acelerado e desordenado, fenômeno conhecido como Macrocefalia Urbana que gerou consequências, tais como: desemprego, subemprego, violência e a existência de moradias insalubres.

Segundo Brandão (1999):

Novos problemas surgiam com o processo de urbanização como, por exemplo, o aumento da população nas cidades e o crescimento do número de

---

<sup>2</sup> A palavra salário tem sua origem no latim e significa *salarium*. Historicamente a palavra se refere ao *salarium argentum*, que significa pagamento em sal ou, a troca por outra mercadoria. Tal procedimento era utilizado em Roma para o pagamento de serviços prestados. O sal foi uma moeda/mercadoria de difícil acesso, principalmente no interior dos continentes. O sal era muito utilizado na conservação de alimentos.

trabalhadores livres. Ao mesmo tempo, já naquele momento, começava-se a perceber a necessidade de incentivar a nova classe social que vinha se formando a vender sua força de trabalho, dedicando-se a atividades até então desvalorizadas por relacionarem-se com o trabalho escravo – assim, tornava-se importante “fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo”, a fim de se tornarem “úteis à nação”. Mas, acima de tudo, procurava-se “proteger” a cidade contra os “desfavorecidos da fortuna” que poderiam na sua ociosidade tornarem-se criminosos (BRANDÃO, 1999, p.4).

Dessa forma, com o desenvolvimento industrial impulsionado na década de 1930, o sistema produtivo começa a pressionar o governo para a realização de reformas que capacitassem os futuros operários. Atrelado ao desenvolvimento industrial, a urbanização contribuiu para aumentar o movimento em prol da educação e, pela ampliação do número de vagas nas escolas, desencadeando com isto um desajuste no sistema educacional.

Na realidade, mesmo com a ampliação educacional, as escolas estavam longe de atender aos anseios de quem procurava a educação formal, uma vez que o número de vagas era relativamente pequeno, insuficiente para atender à população, ocasionando competição pelas mesmas, gerando crise no setor educacional.

Novas escolas foram criadas. Entretanto, de forma desordenada, sem planejamento e, o que é pior, sem investimentos. As salas de aulas foram instaladas em prédios improvisados, sem infraestrutura adequada, oferecendo uma educação em ambientes desprovidos de qualidade, utilizando práticas pedagógicas ineficientes, o que refletiu na exclusão, na discriminação, na evasão e na repetência escolar.

Para Romanelli (1998):

A crise se manifestou, sobretudo, pela incapacidade de as camadas dominantes reorganizarem o sistema educacional, de forma que se atendessem harmonicamente, tanto à demanda social de educação, quanto às novas necessidades de formação de recursos humanos exigidos pela economia de transformação (ROMANELLI, 1998, p.46).

De modo geral, a proposta em estender a educação para toda a população, foi um passo importantíssimo, para que as camadas populares pudessem ter acesso à educação. Contudo, as melhorias na infraestrutura foram mínimas, pois não priorizavam uma educação com qualidade.

Nesse contexto, a qualidade do ensino deve ser estendida a todos os setores e níveis de ensino, desde a oferta do ensino, a infraestrutura adequada e, principalmente no sentido de desenvolver projetos educativos que contribuam para a permanência do aluno na escola, diminuindo assim a evasão e a repetência para os que vivem do trabalho.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), Anísio Teixeira assume a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal. A partir desse momento a educação brasileira passou a tomar novos rumos com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros.<sup>3</sup> Tal documento diz respeito à reforma da instrução pública em nível nacional, atingindo desde a escola primária à escola secundária e ao ensino de adultos, culminando com a criação de uma universidade municipal, a Universidade do Distrito Federal.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação pode ser considerado um dos documentos mais importantes nesse processo de modernização da educação brasileira na medida em que define diretrizes de uma nova política educacional de ensino, haja vista que representou um marco na renovação educacional no Brasil. Os pioneiros assumiram a missão de conduzir o Brasil à Modernidade pela via da Educação. O documento revela um importante momento da história política, social, cultural e educacional do Brasil.

A respeito do Manifesto dos Pioneiros, Romanelli (1998) discorre:

[...] a primeira grande reivindicação do Manifesto é feita em prol da escola pública. Segundo ele “do direito de cada indivíduo à sua educação integral decorre logicamente para o Estado, que o reconhece e proclama o dever de se considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública que ele é chamado a desempenhar com a cooperação de todas as instituições sociais”. Sendo, portanto, função do Estado, cabe-lhe a este, proporcioná-la de tal forma que ela não se constitua privilégio de uns em detrimento de outros, devendo ser ministrada de forma geral, comum e igual (ROMANELLI, 1998, p.147).

Nesse contexto o Estado é visto com um agente fundamental no projeto do Manifesto, ele seria a instância superior capaz de dar a educação um caráter social, obrigatório e público. Dessa forma, a educação sendo pública atenderia a toda população, no caso ocorreria de fato a universalização da educação.

Romanelli (1998) fala da importância do Manifesto:

Sugere em que deva consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação, e ao Estado o dever de assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais, se a escola for gratuita (ROMANELLI, 1998, p.147).

---

<sup>3</sup> Documento elaborado por Fernando Azevedo e assinado por 26 intelectuais da educação brasileiros, líderes do movimento de renovação educacional que visavam salvar o país do seu atraso e levá-lo a modernização por meio da educação. O documento faz uma crítica às reformas educacionais anteriores que sempre são dissociadas das reformas econômicas, além de serem propostas fragmentárias e desarticuladas com a realidade

O Manifesto divulgava as diretrizes de um programa de reconstrução educacional para o país em defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório, contribuiu para estruturar o ensino no Brasil e sua influência atuou de forma direta na Constituição de 1934. A partir do Manifesto, o período de 1930 até 1945 é considerado como um importante momento de luta por uma educação pública, laica, gratuita e obrigatória, uma conquista social, que após a Constituição de 1934 se consolida como dever do Estado.

A Constituição de 1934 foi sem dúvida uma das Constituições brasileiras que mais reconheceu a importância da educação para o desenvolvimento sociocultural do país. A educação passava a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pelo Estado e pela família. Neste sentido, caberia ao Estado traçar, com exclusividade, as diretrizes da educação nacional. Os Estados e o Distrito Federal deveriam organizar os seus próprios sistemas de ensino, tendo sempre em vista as diretrizes estabelecidas pela União.

### **1.3 Ensino Profissional no Período de 1937 a 1990**

A Carta Constitucional outorgada em 1937 foi instrumento de notável retrocesso em matéria educacional. Parte das conquistas alcançadas com a Constituição de 1934 foi descaracterizada pela Constituição do “Estado Novo”<sup>4</sup>.

Para que os objetivos político-econômicos durante o Estado Novo, fossem plenamente realizáveis, foi imposto pelo Presidente Getúlio Vargas o ensino profissionalizante das classes menos favorecidas. Nesse período, elaborou-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho no país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho<sup>5</sup>.

O artigo nº 129 da Constituição de 1937 estipulava o ensino profissionalizante como dever do Estado, destinado às classes menos favorecidas, estabelecendo um caráter assistencialista na oferta de cursos rápidos, com capacitações que visavam atender o setor industrial, enquanto a educação secundária estaria à disposição da elite, dualidade que consagrava a discriminação social.

---

<sup>4</sup> Estado Novo: Sistema político de caráter ditatorial que foi implantado no país, na pessoa do Presidente Getúlio Vargas, a partir de 10 de novembro de 1937 até 29 de outubro de 1945, período em que se implantou a censura aos meios de comunicação: rádios, revistas e jornais. Além disso, censuraram-se também as artes, como o cinema, teatro e música.

<sup>5</sup> O Brasil pós-30 sua política pública mais explícita está na área da legislação trabalhista e na valorização do trabalho e do trabalhador. Cria o Ministério do Trabalho. Consolida as Leis Trabalhista (CLT), garantia aos trabalhadores novos direitos tais como: carteira de trabalho, instituição do salário mínimo, descanso semanal remunerado, jornada de trabalho de oito horas, regulamentação do trabalho feminino e de menores de idade, o direito à previdenciária social e sindical.

Essa preferência para a classe menos favorecida - o ensino profissionalizante, demonstrava uma política educacional totalmente discriminatória: aos pobres era oferecido ensino profissionalizante e aos ricos cabia o privilégio de frequentar uma escola secundária voltada à formação intelectual da elite.

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas, é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativas dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (ROMANELLI, 1998, p. 153).

Nessa perspectiva durante o período que corresponde ao Estado Novo, a concepção da educação profissional esteve voltada para a necessidade do trabalho assalariado e para as prerrogativas do capital industrial em expansão, numa perspectiva hegemônica, que prima por uma maior racionalidade técnica, conforme preconiza Manfredi (2001, p.95), “[...] a política educacional do Estado Novo legitima a separação entre trabalho manual e intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressalta a sintonia entre a divisão técnica do trabalho e a estrutura escolar”.

É notório que ocorreram avanços na educação entre as décadas de 30 e 40, benefícios estendidos à classe trabalhadora. Contudo, durante o Estado Novo a educação sofreu um retrocesso com a Reforma Capanema, com a criação das Leis Orgânicas da Educação, de caráter centralizador e dualista, haja vista que a oferta do ensino científico continuava à disposição da elite brasileira e a educação profissional aos trabalhadores.

As Leis Orgânicas da Educação de 1942, ou a Reforma Capanema, como ficou conhecida, reorganizou a educação nacional e estruturou o ensino industrial através do Decreto Lei nº 4.073 de 30 de Janeiro de 1942, cuja meta era ampliar a oferta da educação para o povo brasileiro. O crescimento da educação parecia ter importância apenas na quantidade de alunos matriculados e não na qualidade do ensino, uma vez que a educação estava voltada para atender às necessidades do trabalho, reproduzindo no interior das escolas conteúdos direcionados a capacitar e qualificar o trabalhador.

A formação profissional tornava-se uma nova preocupação no campo político no sentido de se criar políticas públicas que atendessem às necessidades do setor produtivo. Diante desse novo contexto, ampliaram-se ao máximo as matrículas, criando os cursos noturnos, o técnico profissionalizante, no intuito de acelerar a formação de mão de obra para ser absorvida pelos novos postos de trabalho no setor industrial.

A educação foi então dividida em duas modalidades de ensino: o curso secundário científico que era destinado à preparação dos futuros dirigentes do país e o ensino profissional, cuja finalidade era suprir a demanda por trabalhadores qualificados. Essa é a principal característica da reforma Capanema, a necessidade em qualificar a força de trabalho.

Kuenzer (1999, p.123) reforça a ideia da oferta dual do ensino: “para as elites, são criados os cursos médios de 2º ciclo, científico e clássico, com três anos de duração. Sempre destinados a preparar os estudantes para o ensino superior”.

Diante das novas necessidades da sociedade produtiva nacional, foi estabelecido, por meio do Decreto Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, o ensino Agrícola, para atender às necessidades do setor primário. Para o setor secundário, criou-se o ensino Industrial através do Decreto lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942 e, para suprir a demanda do setor terciário, criou-se através do decreto Lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943 o ensino Comercial e o Normal para formar novos professores.

O ensino profissional até então possuía o caráter terminal, limitando o acesso dos jovens ao ensino superior, quando possibilitava esse acesso, o jovem era direcionado a cursos semelhantes ao que havia concluído, reforçando a segregação educacional.

Nessa perspectiva, as reformas educacionais implementadas no Brasil, surgiram em períodos distintos para atender a uma classe dominante, ampliando o abismo entre as classes sociais, principalmente para os que vivem do trabalho.

Diante do descontentamento aliado à pressão por reformas educacionais, a educação brasileira alcança novos ganhos, dentre eles a reforma universitária de 1968, que possibilitou o aumento no número de vagas em cursos superiores e a ampliação de universidades privadas.

Em agosto de 1971 durante o regime militar do presidente Emílio Garrastazu Médici, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, porém a elaboração de tal lei não contou com a participação popular e, por isso, não foi submetida a grandes discussões e embates. As principais inovações foram: obrigatoriedade do primeiro grau, com oito anos de duração, gratuito e voltado para a educação geral, a criação do segundo grau, direcionado à profissionalização, o ensino supletivo para atender jovens e adultos, que não tivessem concluído ou frequentado o curso na idade própria.

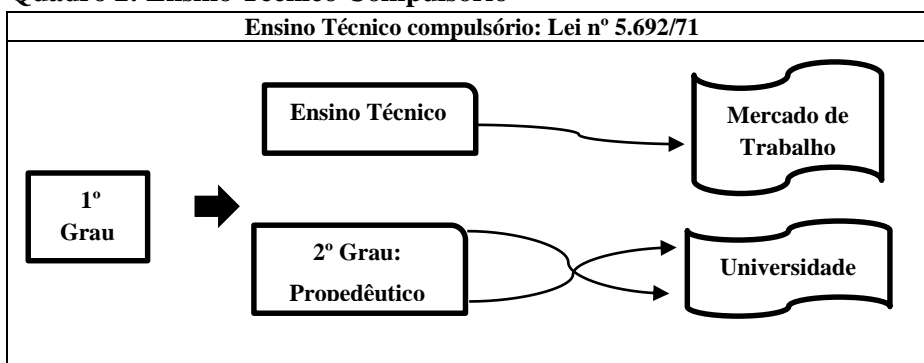
A Lei nº 5.692/71 que regulamentava o ensino de primeiro e segundo graus versava sobre a necessidade de suprir a demanda por técnico de nível médio e conter a pressão pelo ensino superior. Entre outras determinações, ampliou a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, excluindo o exame de admissão e criando a escola única profissionalizante.



Segundo Romanelli (1998), a Lei 5.692/71 no seu Art. 1º “o ensino de 1º e 2º graus tinha por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (ROMANELLI, 1998, p.235).

No quadro abaixo, uma breve demonstração da Lei 5.69/71 e o retrocesso da educação, para os jovens que vivem do trabalho, novos rumos, caminhos desiguais a serem trilhados.

**Quadro 2: Ensino Técnico Compulsório**



Fonte: retirado do livro de Manfred, 2005 (adaptado).

O Parecer nº 45/72 definiu que a qualificação para o trabalho era um componente básico do processo de formação integral do adolescente, objetivo específico do 2º grau. A diretriz que orientava o objetivo da qualificação para o trabalho era a necessidade do mercado. Assim, o parecer reafirma a profissionalização compulsória no 2º grau, instituindo a habilitação profissional como uma condição resultante do processo de capacitação para uma ocupação técnica de formação em nível médio. Para Saviani “a reforma educacional implantada atendia ao chamado de construção de um “projeto nacional” que serviria como alavanca para o desenvolvimento do Brasil – Potência” (SAVIANI, 1998, p. 127)”.

O ensino profissionalizante era oferecido de forma compulsória, impossibilitando os jovens à continuidade aos estudos, pois restringia o acesso ao ensino superior, limitando os jovens de baixa renda ao ensino técnico profissionalizante.

Em 1982, durante a ditadura militar no Brasil, ocorreu a alteração da LDB nº 5.692/71 nos dispostos referentes à profissionalização compulsória do ensino de 2º grau, o que provocou mudanças na grade curricular, dispensando as escolas da obrigatoriedade da profissionalização e em oferecer os cursos técnicos. Outra medida estava direcionada ao ensino

para a formação geral. Tais mudanças são legitimadas pela nova Lei nº 7.044 dando ênfase à formação geral e preparação para o trabalho.

A Constituição de 1988, considerada “constituição cidadã”, foi promulgada após amplo movimento em prol da redemocratização do país, que inicia após o fim do regime militar e marca a retomada de propostas para uma educação de caráter universal.

Esse momento foi o marco da redemocratização, pois assegurou direitos educacionais, com destaque para a universalização do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, destinada inclusive aos que não cursaram na idade certa<sup>6</sup>, haja vista que até Constituição de 1988 as crianças com menos de sete anos não tinham direito à educação. Outro ponto de grande importância foi a erradicação do analfabetismo, em seu artigo 205, instituindo o ensino como direito social inerente aos indivíduos de responsabilidade da família e do Estado.

A Constituição Federal de 1988 veio trazer novas perspectivas ao país, nomeando a educação responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, devendo propiciar ao educando o desenvolvimento pleno enquanto pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da atual Constituição Federal). A oferta da educação passou a ser obrigatória para o Estado, não apenas do ensino fundamental, mas também da educação infantil, em creches e pré-escolas.

Nesse contexto, a Constituição de 1988 determinou que, nos dez primeiros anos da sua promulgação, o poder público destinaria pelo menos cinquenta por cento dos recursos para erradicar o analfabetismo e, universalizar o acesso ao ensino fundamental.

A democratização da educação ocorreu por volta da década de noventa e sua concepção é explicitada pelo acesso universal e gratuito em todos os níveis educativos, desde a pré-escola até a educação superior.

#### **1.4 Reformas Educacionais da década de 90**

O Brasil e a América Latina foram marcados na década de 1990 por um cenário de transformação no âmbito social, econômico e político. Um exemplo foi o sistema educacional cujo modelo era ancorado pelo processo de acumulação de capital mundial, o neoliberalismo.

---

<sup>6</sup> A idade própria para o acesso ao ensino fundamental é de cinco anos foi disciplinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), pela Emenda nº 53, de 2006.

O neoliberalismo<sup>7</sup> teve sua origem logo após a Segunda Guerra Mundial, orientado pelos países capitalistas europeus e pelos Estados Unidos. Surge como proposta para solucionar a crise econômica da década de 1970. O neoliberalismo é tido como uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento calcado na intervenção do Estado, que passou a se configurar como a principal força de estruturação do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento social (ANDERSON, 1995).

Para Frigotto (1995, p. 77):

Junto com o Neoliberalismo vem o conceito de educação vinculada com a empregabilidade e a criação de uma “fórmula mágica” para a superação dos resultados negativos provenientes da acumulação capitalista, a teoria do “Capital Humano”, vista como eficiente instrumento para a sobrevivência do capital e a manutenção de sua dominação.

O neoliberalismo, diante desse cenário, foi amplamente divulgado e transformado em proposta para a solução dos problemas, considerada a saída para a crise educacional, propondo plano modernizador.

Segundo Gentili (1996, p.24),

As políticas educacionais implementadas pelas administrações neoliberais permitem reconhecer uma série de regularidades que, para além das especificidades locais, caracterizam e unificam as estratégias de reforma escolar, levadas a cabo por esses governos. Poderíamos dizer que existe um consenso estratégico entre políticos, tecnocratas e intelectuais conservadores sobre como e com que receitas enfrentarem a crise educacional.

Para os autores Frigotto e Gentili, as ações do neoliberalismo regulam e orientam os sistemas de ensino. São reformas políticas influenciadas pelos organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que propõem receitas prontas de como os países subdesenvolvidos deveriam agir para elevar a qualidade do ensino, para atingir os níveis educacionais dos países ricos, faz-nos acreditar que essa é a única saída possível para a crise.

Segundo Frigotto:

---

<sup>7</sup> Conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia, surgiu após a Segunda Guerra Mundial nasceu na chamada Escola de Chicago, através dos postulados de dois economicistas Milton Friedmann e Frederich Hayek anos 60, com a acusação de ser o Estado o responsável pela crise.

A política educacional é direcionada para uma concepção produtivista e mercantilista, cujo papel é desenvolver “habilidades de conhecimento, de valores e atitudes e de gestão da qualidade, definidas no mercado de trabalho, objetivando formar em cada indivíduo um banco ou reserva de competências e habilidades técnicas, cognitivas e de gestão que lhe assegure empregabilidade” (FRIGOTTO, 2005, p. 64).

Dessa forma, as propostas neoliberais no que diz respeito à política educacional, seguem a lógica de mercado, restringindo a ação do Estado à garantia da Educação Básica. A proposta à privatização do ensino superior e à transformação do Estado em subsidiário de ensino para aquelas famílias que não possuem condições de patrocinar a educação de seus filhos. Essa é a proposta de Friedmann, o qual acreditava que o sistema público de ensino deveria ser abolido e substituído por um sistema de cupons fornecidos pelo Estado para pagarem a iniciativa privada.

É possível afirmar que o modelo neoliberal procura se expressar como um projeto ambicioso de reforma ideológica de nossas sociedades, ou seja, a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante (GENTILLI, 1996).

Se o neoliberalismo se transformou num verdadeiro projeto hegemônico, isto se deve ao fato de ter conseguido impor uma intensa dinâmica de mudança material e, ao mesmo tempo, uma não menos intensa dinâmica de reconstrução discursivo ideológica da sociedade, processo derivado da enorme força persuasiva que tiveram e estão tendo os discursos, os diagnósticos e as estratégias argumentativas, elaboradas e difundidas por seus expoentes intelectuais - num sentido gramsciano - por seus intelectuais orgânicos (GENTILLI, 1996, p. 11).

Nesse contexto, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. Vale ressaltar três objetivos relacionados ao que a retórica neoliberal atribuiu ao papel estratégico da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com a ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no

financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48).

O modelo tornou-se hegemônico, devido ao discurso ideológico, demonstrando diagnóstico e estratégias para os países solucionarem a crise econômica na qual estavam inseridos. De acordo com as regras neoliberais, a crise que o capitalismo enfrenta está centrada no Estado e não na acumulação do capital. Assim, para o neoliberalismo, a educação é um elemento fundamental para a formação do “capital humano”, necessário ao novo contexto produtivo.

Nessa trajetória, em 1995 no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a LDB foi promulgada, a Lei Federal de nº 9.394/96, estabeleceu o Ensino Médio como a última etapa da Educação Básica. Esse período foi marcado pela abertura econômica, cuja proposta era de modernizar a economia nacional. Para tanto, realizou ajuste atendendo ao ideário neoliberal, no campo educacional, para garantir o atendimento às exigências da política neoliberal.

A influência dos ideais neoliberais propagou conjuntamente com o processo de globalização da economia, ou seja, o desenvolvimento do sistema capitalista, dominando e impondo suas regras econômicas e culturais para os demais países.

A globalização impõe um novo modelo econômico, influenciando o mundo financeiro, a economia, a cultura dos países subdesenvolvidos, ultrapassando as fronteiras entre os países, gerando crises, conflitos, desempregos e miséria.

De acordo com Ianni (2004), a globalização é assim definida:

[...] intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam (IANNI, 2004, p. 243).

Em relação ao Ensino Médio, as reformas procuraram modernizar esta modalidade e o Ensino Profissional no país, de maneira que acompanhassem o avanço tecnológico e atendessem à demanda do mercado de trabalho, que exige flexibilidade, qualidade e produtividade. Sendo assim, o Ensino Médio teria uma única trajetória: articular os conhecimentos e as competências.

A LDBEN traz a educação como dever do Estado e direito social e o ensino deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. A referida Lei no Art. 35 considerando a última etapa da educação básica traz o Ensino Médio da seguinte forma:

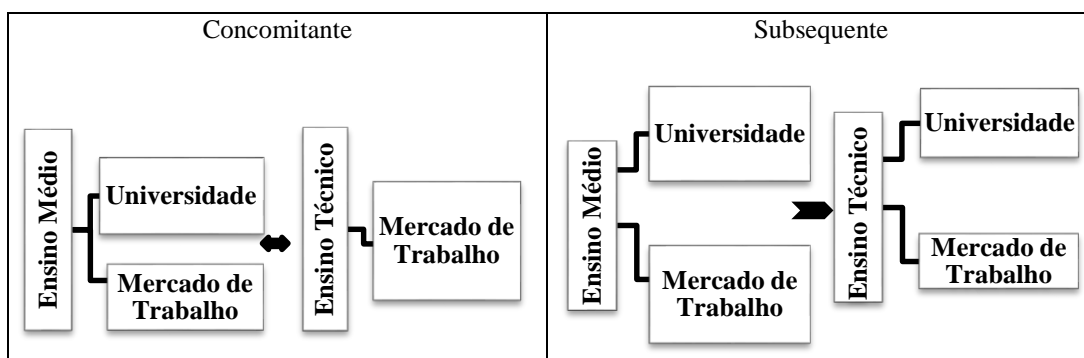
- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (LDBEN/96).

Para orientar o ensino profissional no Brasil foi então instituído pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) o Decreto Presidencial nº 2.208/97 (BRASIL, 1997), que estabeleceu em seu Art. 5º que a Educação Profissional de nível técnico teria organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial. O referente decreto regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

- Art. 1º a educação profissional tem por objetivos:
  - IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.
- Art. 2º a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho (LDBEN, 1996).

É nessa perspectiva, que a política educacional referente ao ensino médio técnico no Governo de FHC estava centrada na qualificação profissional, fato este que chama a atenção para o discurso em torno da educação, alegando que a mesma é responsabilidade individual, na tentativa de desobrigar o Estado do cumprimento de sua função social, transferindo a responsabilidade de questões como o desemprego aos cidadãos.

**Quadro 3: Educação Profissional e o Decreto 2.208/97**



Fonte: retirado do livro de Manfred, 2005 (adaptado).

O Decreto nº 2.208/97 traz à tona a dualidade no ensino, uma vez que a oferta do ensino profissional é oferecida aos jovens em qualquer nível de escolaridade, desvinculada do Ensino Médio, estabelecendo a separação compulsória entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Assim, ao promover a desvinculação estabeleceu que a educação profissional passasse a ter organização curricular própria independente do Ensino Médio. Dessa forma o referido decreto restringiu a articulação dos cursos técnicos de nível médio apenas às formas concomitante e sequencial à educação básica, reforçando a independência entre elas e formalizando a dualidade estrutural amplamente vivenciada no Brasil.

O referido decreto foi alvo de polêmicas discussões, haja vista que o Art. 1º estabelecia que o mesmo fosse ofertado em qualquer nível de escolaridade com matrícula separada do Ensino Médio, ou seja, era desvinculado da formação geral, independente do grau de instrução do sujeito em questão, cuja finalidade era formar um trabalhador produtivo e polivalente, para atender à demanda do mercado.

Nesse contexto, foi necessário que o governo repensasse as bases estruturais direcionadas à Educação Profissional brasileira, no intuito de contribuir para o processo de democratização do ensino, diminuindo assim a desigualdade social para os que necessitam do trabalho, elevando com isto a qualidade da educação no Brasil.

Assim, pensando nos jovens que precocemente procuram pelo trabalho, como forma de garantir a sua sobrevivência e nos apelos de estudiosos e pesquisadores na área da educação, o Decreto nº 2.208/97 foi revogado, pois a forma como tal Decreto foi estruturado, não contribuía para que os jovens se libertassem das amarras mercantilistas e, esse modelo já não servia para atuar frente à sociedade contemporânea.

No próximo capítulo, discorro sobre a implantação do Decreto Presidencial nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004) que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº

9.394/96 e revoga o Decreto Presidencial nº. 2.208/97 que propõe uma nova proposta educacional para a Educação Profissional, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. A intenção é descrever a implementação do Decreto Presidencial nº 5.154/2004 no Estado de Mato Grosso. Neste momento vale ressaltar que também será abordada a questão do trabalho como princípio educativo.



## **CAPÍTULO 2: A INTEGRAÇÃO ENTRE O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O DECRETO Nº 5.154/2004.**

Este capítulo tem a finalidade de discutir a política de educação profissional de nível médio à partir de 2004, tendo em vista identificar as transformações no Estado de Mato Grosso em torno da educação profissional, o foco de discussão nesse capítulo é a implementação do Decreto Presidencial nº 5.154/2004. Como fonte de pesquisa, utilizamos os documentos que pertencem ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

### **2.1 O Trabalho como princípio educativo.**

Vivenciamos atualmente a era da modernidade, o crescente desenvolvimento tecnológico e científico cada vez mais alicerçado no sistema capitalista. Mediante tal processo, a educação tem sido pensada e voltada para atender ao mercado do trabalho, formando, desenvolvendo capacidades e competências estritamente tecnicistas, para produzir bens materiais, onde, acima de tudo, está o lucro, o negócio como fator primário da sua essência e existência. Nessa concepção, a construção do conhecimento e o desenvolvimento da cidadania, é questão secundária, podendo acontecer para uma minoria, que, ainda busca conhecer e entender a educação como processo e não como um produto pronto.

Diante desse cenário, faz-se necessário a reflexão sobre a criação de espaços e tempos escolares que permitam aos alunos o acesso ao patrimônio cultural. Portanto, cabe a nós fazermos a reflexão: Qual o papel da escola na sociedade contemporânea? Que tipo de cidadão a escola está formando para atuar nessa sociedade? Para Coelho, (2012, p. 240), “cabe à educação e à escola iniciar as crianças, jovens e adultos na criação de um mundo diferente, autônomo, livre, justo, enfim, para todos”.

Dessa forma, cabe à escola a função de promover condições que favoreçam a aquisição de conhecimentos e de valores que contribuam para a consolidação da cidadania. Segundo Pérez Gómez (1998, p.10) “para transformar, é preciso ter consciência e compreensão das dimensões que se entrecruzam na prática dentro da qual no movemos”.

A educação deve formar um homem integral, capaz de pensar com lógica e autonomia. Indivíduos que se tornem cidadãos de direito, capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e ambientais, contribuindo para a manutenção da paz e o progresso da sociedade que está inserido.

A verdadeira função social da escola não se reduz simplesmente à preparação dos jovens para o mercado de trabalho, mas consiste em prepará-los para atuarem como cidadãos na vida pública, estabelecendo normas de conduta e boa convivência na sociedade, contribuindo para que os educandos alcancem o máximo de suas potencialidades e o maior nível de aprendizagem, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para que os mesmos sejam capazes de pensar e agir frente à sociedade.

A sociedade capitalista, não beneficiou a todos os cidadãos de forma igualitária, estabelecendo uma segregação social, composta por dois lados: de um lado temos aqueles que detêm a propriedade privada de capital, os meios e instrumentos de produção e, do outro lado, os que sobrevivem trocando a força de trabalho por salário.

Mediante tal realidade, ao longo das décadas, as políticas públicas foram sendo criadas, regulamentando a educação brasileira na tentativa de tornar o ensino nacional mais acessível e ao mesmo tempo elevar a qualidade da educação no país. Foi nessa perspectiva que o governo federal propôs modernizar o Ensino Médio e o Ensino Profissional, numa educação que forme jovens com autonomia, capazes de acompanhar o avanço tecnológico e que atendam às demandas do mercado de trabalho.

A implantação de uma política pública educacional direcionada para os que vivem do trabalho é uma necessidade para desarticular com o sistema dual de ensino. As mudanças no sistema educacional devem ser orientadas por objetivos de longo prazo e por uma concepção clara da missão da educação [...] de seus desafios e compromissos com a Nação (ANDIFES, 2004).

Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 através do Art. 35 definiu que a última etapa da educação básica passou a ser denominada de Ensino Médio com a durabilidade mínima de três anos, cujas finalidades são preparar, tornar apto o educando para dar continuidade aos estudos, seja em nível técnico ou superior.

Art. 35 O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade à novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (MATO GROSSO, 2010, p.69).

O Ensino Médio, portanto, é considerado instrumento básico para a construção e o exercício da cidadania, a formação básica para o trabalho<sup>8</sup>, contribuindo para o desenvolvimento das atividades produtivas e, principalmente, para a formação da autonomia intelectual e crítica em relação ao desenvolvimento histórico e econômico da sociedade e dos avanços técnico-científico, do qual estão inseridos.

Em 2011, foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) (BRASIL/CEB, 2011). O DCNEM é um documento elaborado a partir de uma comissão constituída pela Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE. Em agosto de 2010, a Secretaria de Educação Básica do MEC (SEB/MEC) encaminhou ao CNE uma sugestão elaborada por especialista da SEB, a proposta foi encaminhada para o Fórum dos Coordenadores do Ensino Médio, à Comissão Especial da CEB e da SEB do MEC, ao Conselho Nacional de Secretarias de Educação (CONSED) que por sua vez, repassou às Secretarias Estaduais de Educação. Em 2010, houve uma audiência que contou com a participação de mais de cem pessoas e representantes de Associações, uma delas foi a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e, em 2011 foi aprovada pelo CNE o documento final das DCNEM, um documento que propõe e organiza o currículo do Ensino Médio (FERNANDES, 2012).

Sendo a educação um instrumento para a formação da cidadania, a educação produz os homens e, os homens nos contextos que atuam, também produzem educação. Uma relação constante entre o homem e a educação e à relação do homem e o trabalho, uma vez que, ao trabalhar os homens também se educam.

Dessa forma o Ensino Médio proporcionará aos jovens a continuidade nos estudos, condição fundamental para a vida prática do sujeito, tanto na qualificação profissional, quanto para o exercício da cidadania. A educação como direito de todos, deve ser pensada como um processo complexo. Como uma prática social, deve ser entendida como instância responsável pela formação do sujeito para sua inserção na prática produtiva (trabalho), na prática social (sociabilidade) e na prática simbólica (cultura) (SEVERINO, 2002), para que se possa garantir a contribuição da educação no direito de exercício da cidadania.

---

<sup>8</sup> Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. [...] atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviços ou empreendimento. Trabalho remunerado ou assalariado; serviço, emprego, [...] qualquer obra realizada (FERREIRA, 2010, p.74)

Para acompanhar as atuais mudanças no mundo do trabalho, é necessário outro tipo de ensino capaz de integrar ciência, tecnologia e cultura, a fim de atender à demanda na base técnica de produção.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender que a educação escolar se constitui como direito em todos os níveis e modalidades e sua oferta, responsabilidade do Estado. O que significa, segundo um dos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996, a garantia de acesso e permanência com qualidade. Em se tratando da Educação Profissional, o aluno tem o direito de fazer a opção pelo caminho que quer trilhar no tocante à escolha da profissão, devendo à escola conscientizá-lo de que deve exercer este direito de escolha.

Muitos jovens, principalmente os oriundos das camadas populares, possuem uma relação marcada por contradições com a escola, porém, reconhecem a importância da escola e da educação no que tange à necessidade de empregabilidade. Porém, os mesmos não conseguem atribuir essa importância de imediato. Ao contrário, sua relação com a escola é que esta lhes proporcione chances mínimas para o trabalho, fato este, que contribui para a exclusão no campo do trabalho, pois para os mesmos, o trabalho não se apresenta como meta para o futuro e, sim, para o presente.

De acordo com Kosik (1986, p. 188), “o trabalho humano não se separa da esfera da necessidade, mas, ao mesmo tempo, supera e cria nela os reais pressupostos da liberdade [...]. A relação entre necessidade e liberdade é uma relação historicamente condicionada e variável”.

Diante disso, é possível compreender que o Ensino Médio, necessita estabelecer uma relação mais direta entre o trabalho e a cultura, uma vez que tal modalidade de ensino visa a emancipação de jovens estudantes, futuros trabalhadores, fornecendo condições para se tornarem cidadãos de direitos. O Ensino Médio que reconhece e valoriza o conhecimento produzido pela humanidade, supera a dualidade histórica entre a formação básica e a formação profissional para o trabalho, assumindo uma nova concepção de trabalho relacionada à cidadania. O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades.

Segundo Ramos (2005):

O homem transforma a natureza e se relaciona com os outros homens para a produção de sua própria existência, aqui como categoria de práxis humana, a outra forma de mencionar o trabalho é o trabalhado assalariado, forma de

produção da existência humana sob o capitalismo, portanto como categoria econômica da práxis produtiva (RAMOS, 2005, p.42).

Nesse contexto, para compreendermos melhor a concepção de trabalho, devemos nos remeter ainda ao período Brasil Colonial, cuja economia agroexportadora era sustentada no trabalho escravo, o qual recebia o alimento suficiente para garantir a sua sobrevivência,

Essa relação entre o trabalho manual e o sistema escravocrata contribuiu para que muitas pessoas possuíssem certa aversão ao trabalho manual e, no caso específico da educação formal, uma espécie de aversão ao ensino profissional. Após esse período a Educação Profissional passou a ser vista como um ensino destinado às camadas populares.

Para Manfredi (2002), essa caracterização do ensino profissional refletiu, principalmente:

Numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou o uso das mãos. Aí está à base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres (MANFREDI, 2002, p. 71,72).

O outro momento histórico do trabalho no Brasil ocorreu na década de 30, no governo de Getúlio Vargas. Seu programa de governo incentivou e acelerou as instalações das indústrias nacionais, concomitante ao crescimento industrial brasileiro, ocorrendo também o processo de urbanização, fato este que contribuiu para ampliação industrial e para o surgimento do trabalho fixo assalariado. Para Manfredi (2002, p. 33), o trabalho representa uma “atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento das sociedades”.

O desenvolvimento acelerado da economia nacional e o desenvolvimento tecnológico contribuíram para aumentar a concorrência por mão de obra especializada, provocando o surgimento de um novo tipo de trabalhador com salário fixo: o trabalhador assalariado. Em contrapartida também contribuiu para aumentar o número de trabalhadores temporários e, conseqüentemente, para o aumento do desemprego.

Segundo Kosik (1986), o trabalho é entendido como:

O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Por isso o mesmo não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana. Na sua dimensão mais crucial ele aparece como atividade que responde à produção

dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos enquanto seres ou animais evoluídos da natureza. Concomitantemente, porém, responde às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades, ambas, que por serem históricas, assumem especificidades no tempo e no espaço (KOSIK, 1986, p. 180).

Para Frigotto (1985), o trabalho:

Deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros. (FRIGOTTO, 1985, p. 175-192)

Nas análises de Kosik (1986) e Frigotto (1985), o trabalho é compreendido como atividade exclusiva dos seres humanos, do qual é possível a criação e reprodução no campo social, econômico, cultural. Assim, o trabalho é uma prática pela qual o homem consegue transformar o meio em que vive correlacionada às suas múltiplas necessidades. Desta forma, o trabalho deixará de ser avaliado meramente como adaptação ao modelo mercantilista e este será analisado sobre outro foco, ou seja, como “princípio educativo”.

De acordo com a Ciavatta (2005, p.84), o trabalho como princípio educativo sugere “superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”.

Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social (BRASIL, 2007, p.45). Segundo Cortella (2002, p.41), [...] “o trabalho é, assim, o instrumento da intervenção do humano sobre o mundo e de sua apropriação (ação de tornar próprio) por nós”.

Segundo Ramos (2005), o trabalho como princípio educativo:

[...] implica referir-se a uma formação baseada no processo histórico e ontológico de produção da existência humana, em que a produção do conhecimento científico é uma dimensão. Por exemplo, a eletricidade como força natural abstrata existia mesmo antes de sua apropriação como força produtiva, mas não operava na história. Enquanto era uma hipótese para a ciência natural, era um “nada” histórico até que passa a se constituir como

conhecimento que impulsiona a produção da existência humana sobre bases materiais e sociais concretas (RAMOS, 2005, p.119-120).

Nesse contexto, é necessário compreender que os homens são sujeitos históricos, que criam e transformam o meio em que vivem. Para satisfazer sua necessidade de sobrevivência, enquanto criam produzem conhecimentos e, tais conhecimentos, são aprimorados e repassados às novas gerações, construindo dessa forma a história da humanidade. Assim, ocorre a história da produção da existência humana, através da apropriação e transformação dos recursos da natureza pelo homem e para o homem, mediada dessa forma, pelo trabalho.

O trabalho é uma atividade que envolve os seres humanos, que possuem as mesmas necessidades, seja ela alimentação ou até mesmo de proteção. O trabalho está interligado à capacidade de criar, recriar, de inventar, ou seja, é o ponto de partida, para que os educandos possam contribuir com ações transformadoras na realidade em que os mesmos vivem.

Para atender a realidade dos jovens que buscam a escola e o trabalho e no intuito de reavaliar e organizar os conteúdos de forma que contemplem o conhecimento, a realidade social e, as experiências destes sujeitos, como agentes construtores da história e da cultura, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2011) estão organizadas, cuja proposta é a formação humana.

A LDBEN propôs a integração entre a formação profissional como eixo do currículo, assumindo a concepção que indica a união entre o conhecimento geral e o específico, determinando novas formas de organizar os conteúdos. Nessa perspectiva, o ensino integrado busca construir uma alternativa de ação didática baseada no diálogo, promovendo o desenvolvimento de forma que possam contribuir e intervir na realidade social em que vivem.

Essa concepção traz uma nova configuração para o termo trabalho, como práxis humana.<sup>9</sup> Mediante tal concepção, a formação profissional passa a ser analisada como o resultante da articulação entre as relações que ocorrem no trabalho coletivo, nas relações sociais vividas, na escolaridade, domínio científico, experiências vivenciadas e, o acesso às informações.

---

<sup>9</sup> Conjunto de ações materiais e espirituais, que o homem, individual e coletivamente, desenvolve para transformar a natureza, a sociedade, os outros homens e a si próprio, a fim de produzir as condições necessárias à sua existência (SEDUC/M, 2010, p.69).

## 2.2 A Concepção de formação integrada para o Ensino Médio

A educação básica é a formação mínima necessária a todo e qualquer cidadão. É a categoria que assegura a integração entre os diferentes níveis de modalidade de ensino.

Sabemos que o Ensino Médio é uma etapa importante na vida dos jovens, pois é o momento da escolha profissional e o momento em que o aluno se depara com a carência de conhecimentos e conteúdos escolares, ausência de uma base teórica qualitativa e quantitativa. Surge o dilema que paira sobre as escolas: como educar os jovens, como formar para a vida, torná-lo cidadão autônomo e ao mesmo tempo prepará-lo para o mundo do trabalho, com a capacidade de transpor os obstáculos e, ao mesmo tempo atender às exigências da sociedade atual. Mediante tal realidade, a escola precisa ser repensada para dar conta de responder às inquietações dos jovens educandos.

A proposta educativa para o Ensino Médio enquanto espaço de construção do conhecimento, oportuniza a inserção dos estudantes no mercado de trabalho ou mesmo o domínio da leitura e da escrita como conhecimento básico para uma participação mais “ativa” na sociedade Contemporânea.

A escola é uma instituição educacional que se constitui como espaço privilegiado de lutas e conquistas, onde ocorrem a socialização e a interação da produção sistematizada e organizada do saber. É um dos lugares onde acontecem as trocas de experiências entre os adultos, os jovens e as crianças, portanto deve se configurar como uma instância que proporcione aos alunos, uma formação igualitária, independente da classe social, da cor, etnia ou religião. São as trocas de informações que contribuem para a preparação do aluno para sua convivência na sociedade, tornando-o capaz de operar os conhecimentos adquiridos pela convivência familiar e os saberes adquiridos na escola.

Para Giroux (1987, p.84), a escola “é um espaço de contestação e luta e, como área de produção cultural, incorpora representações e práticas que constroem ou bloqueiam as possibilidades de ação dos estudantes”.

Assim, o ensino não pode ser analisado como uma atividade isolada, neutra. Ao contrário, a educação é um movimento constante e está relacionada com as atividades econômicas, políticas, religiosa e culturais. O Ensino Médio é um aprendizado que se configura como prática educativa.

Nesse contexto, a educação que liberta precisa pensar o currículo sob um ponto de vista teórico. Para uma educação que exige a emancipação e libertação de um ponto de vista



diferente de um pensar tecnicista sobre o currículo, haja vista que através do currículo que se produzem e se criam significados sociais.

O Art. 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2011), o currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio afetivas.

O currículo é instrumento de trabalho utilizado predominantemente por docentes que fazem uso dele como um dos conteúdos de formação e como um dos saberes profissionais, com alcance muito limitado no ensino superior. No campo de investigação, o currículo é do interesse básico dos pesquisadores/as que se preocupam com os processos de escolarização em diferentes níveis, modalidades e formas de concepção, organização, efetivação e avaliação. No que se refere a práticas pedagógicas, o interesse é centralizado nas práticas administrativas e pedagógicas que ocorrem no âmbito escolar e não escolar, além daquelas oriundas da relação docente-discente (SANTIAGO, 2006, p. 74).

O currículo do Ensino Médio tem uma base nacional comum, complementada em cada unidade escolar por uma parte diversificada, com vistas à valorização da cultura regional, identificando as características regionais e locais da sociedade, da economia, conforme indicado no documento orientativos de Mato Grosso:

Art. 7º A organização curricular do Ensino Médio tem uma base nacional comum e uma parte diversificada que não devem constituir blocos distintos, mas um todo integrado, de modo a garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais.

Art. 8º O currículo é organizado em áreas de conhecimento, a saber:

I - Linguagens;

II - Matemática;

III - Ciências da Natureza;

IV - Ciências Humanas (MATO GROSSO, 2010, p. 15).

Os conteúdos curriculares da base nacional comum e a parte diversificada constituem um todo integrado e não podem ser mais analisados como duas modalidades distintas. A articulação entre ambas possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local e dos estudantes, perpassando por todo o currículo, a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre

diferentes campos de saberes específicos. Vale ressaltar que o currículo integrado não é uma garantia da integração, entretanto é um dos elementos necessários à adequação entre o conteúdo do projeto de integração, aqui em questão.

Nesse contexto, o currículo integrado capaz de formar e transformar trabalhadores para atuar na sociedade em que vivem por meio de uma formação ampla com vista à formação cultural, científica e tecnológica. De acordo com Fernandes “o currículo se propõe oportunizar aos educandos possibilidade de integrar a compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das tecnologias do trabalho, o que faz com vistas à transformação do *status quo*<sup>10</sup> (FERNANDES, 2012, p.79).

Segundo Ciavatta (2005, p. 85) citado por Fernandes (2012, p. 70) coloca que:

A proposta do currículo integrado é claro ao se posicionar na perspectiva de preparar aos trabalhadores para transformar a sociedade em que vivem por meio de uma formação cultural, científica, técnica, tecnológica de caráter amplo, de cunho crítico, capaz de ajuda-los a se situarem como seres políticos, o que supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p.85 apud FERNANDES, 2012. P.79).

A proposta de integração implica um conjunto de categorias e práticas educativas no espaço escolar que desenvolvam uma formação integral do sujeito trabalhador. Para atender a essa nova realidade do Ensino Médio, em 2011, foram elaboradas e aprovadas as novas diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), documento que propõe a organização do Currículo do Ensino Médio: encontra-se nos documentos, a proposta do currículo integrado.

A concepção de integração diz respeito à um termo polissêmico que se refere, de diversos modos, às relações entre as partes e o todo. Tomando isoladamente, sem que se conheçam as concepções de quem fala de integração ou o contexto em que a mesma se dá, não se pode conhecer os sentidos e significados aí implicados (FERNANDES, 2012, p. 46).

A formação humana integral é uma concepção de que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação

---

<sup>10</sup> São formas abreviadas da expressão do Latim *in statu quo res erant ante bellum* "no estado em que as coisas estavam antes da guerra". Significam "no mesmo estado que antes", "o estado atual das coisas, seja em que momento for".

inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual e o trabalho intelectual, ou seja, formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Assim, a formação humana integral é o acesso dos sujeitos aos bens materiais necessários a sua autoconstrução como membro pleno do gênero humano, a formação humana diz respeito à emancipação humana.

Em relação à formação integrada, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2011), no Art. 5, preveem para o Ensino Médio:

- I - formação integral do estudante;
- II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;
- III - educação em direitos humanos como princípio nacional norteador
- V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- VI - integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizados na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;
- VII - reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes (BRASIL/CEB, Art. 5º, 2011).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2011) aplicam-se a todas as formas e modalidades de Ensino Médio, complementadas, quando necessário, por Diretrizes próprias. No Art. 2º articula-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e reúne princípios, fundamentos e procedimentos, definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar o objetivo do currículo integrado e a formação humana integral, tendo como dimensões os eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

No Art. 13. II - o trabalho como princípio educativo, para a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, desenvolvida e apropriada socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

Em relação aos eixos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2011), trazem:

§ 1º **O trabalho** é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

§ 2º **A ciência** é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

§ 3º **A tecnologia** é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.

§ 4º **A cultura** é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Art. 6º **O currículo** é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio afetivas. (BRASIL/CEB, Art. 5º, VIII, 2011).

O princípio da integração entre trabalho, ciência e cultura também aparece no documento como uma forma de superação das dicotomias entre formação geral e formação técnica por meio da categoria da práxis.

Com a intenção que esses eixos, como princípios, fossem aplicados e desenvolvidos em consonância com o currículo, as novas DCNEM transferiram maior autonomia às escolas, a fim de que organizem o seu Projeto Político Pedagógico, desenvolvendo atividade articulada, integradas, unindo teoria e prática. No currículo integrado com vista à formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, a uma sociedade.

### **2.3 A Origem do Decreto nº 5.154/2004 e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado de Mato Grosso.**

A LDBEN no seu primeiro Capítulo define a educação básica em seu conceito mais amplo, admitindo que ela supere os limites da educação escolar, ocorrendo no interior das relações sociais e produtivas. Reconhece as dimensões pedagógicas do conjunto dos processos que se desenvolvem em todos os aspectos da vida social e produtiva. Esta concepção incorpora a categoria trabalho, reconhecendo a sua dimensão educativa, ao mesmo

tempo em que reconhece a necessidade da educação escolar vincular-se ao mundo do trabalho e da prática social.

A educação é um bem universal, aqui entendida, como responsabilidade do Estado. É a necessidade básica para o desenvolvimento humano e social. Assim, a Educação Básica é o que permite a integração entre os diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil é fruto dos dois seminários nacionais que ocorreram em Brasília, promovido pelo MEC e pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC). O primeiro Seminário Nacional ocorreu em 2003 e, o segundo Seminário Nacional ocorreu em 2004 em torno da educação profissional. O objetivo desses seminários era discutir a realidade do Ensino Médio brasileiro e, elaborar uma política educacional que integrasse o Ensino Médio e a educação profissional.

Conforme já mencionado, o primeiro Seminário Nacional “Ensino Médio: Construção Política” ocorreu em 2003, na cidade de Brasília, o objetivo deste seminário era discutir a realidade do ensino brasileiro e a construção de uma política para esse nível de ensino e, o segundo Seminário foi da Educação Profissional: “Concepções, experiências, problemas e proposta” ocorreu em julho de 2004 e, foi específico para a educação profissional e tecnológica. O objetivo do segundo seminário era discutir uma política pública para a educação profissional e tecnológica.

O MEC e a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), no intuito de discutir uma política que superasse a dicotomia entre conhecimento específico e geral e que deslocasse o foco dos seus objetivos de mercado de trabalho para a pessoa humana, assumiu o compromisso de elaborar uma política educacional que integrasse a formação básica e a profissional de forma orgânica num mesmo currículo, assim, origina-se o Decreto Presidencial nº 5.154/2004.

De acordo com Kuenzer:

As mudanças no sistema educacional devem ser orientadas por objetivos de longo prazo e por uma concepção clara da missão da educação, de modo a superar a perspectiva mercantil como estratégia de superação das desigualdades sociais (KUENZER, 2008, p.21).

Mediante tais necessidades de elaborar uma política que integrasse o Ensino Médio com a educação profissional, os resultados desses dois seminários foram de grande relevância. Após as discussões o MEC em 2004, publicou um documento com o título “Proposta em Discussão: Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica”

(BRASIL/MEC/SETEC, 2004), contribuindo para integração das políticas destinadas ao Ensino Médio e à Educação Profissional, visto que, a proposta do governo consistia em aumentar os anos de escolaridade e elevar a qualidade da formação dos jovens.

Conforme já mencionei, a trajetória da oferta do Ensino Médio no Brasil foi marcada pela dualidade e pela desigualdade. As discussões promovidas pelo MEC vêm ao encontro dessa realidade, ou seja, eliminar essa divisão entre a oferta de ensino que é destinada a capacitar os jovens para o mercado de trabalho, por meio de cursos profissionalizantes, e as escolas de formação geral.

Em relação à obrigatoriedade da oferta do Ensino Médio a Emenda Constitucional nº 59/2009, redefiniu a redação do Artigo 208, tornando a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para os que não tiveram oportunidade de cursá-la na infância.

Ainda apresenta como proposta, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional o EMIEP, criado, justamente para superar essa vertente histórica voltada para o mercado de trabalho, uma educação profissionalizante substituída por outro foco de formação, direcionada à formação humana, à ciência, à cultura e, ao trabalho.

O ensino integrado às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, tem como finalidade conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Assim, a importância da integração segundo, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005):

A integração do ensino médio com o ensino técnico é uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p.45).

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional constitui-se uma política educacional proposta pelo MEC e implementada pelas Secretarias de Educação Básica e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). A proposta está regulamentada por meio do Decreto nº 5.154/2004 e do Parecer nº 39/04 CEB/CNE, instituído no Governo de Luís Inácio Lula (2003-2006), o qual revogou e alterou o Decreto nº 2.208/97.

O Decreto Presidencial nº 5.154/2004 mantém a Educação Profissional como etapa formativa própria, contudo, no nível médio, abre-se a possibilidade à oferta integrada entre

profissional e Ensino Médio. Em 2008, através da Lei nº 11.741, a Educação Profissional técnica de nível médio passaria a constituir modalidade de Ensino Médio (seção IV-A da LDB) (BRASIL, 2008), facultando a este grau de ensino a possibilidade de preparação para o exercício de profissões técnicas.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é apresentado como uma modalidade educacional, voltada para o desenvolvimento de aptidões e para a vida produtiva, integrando o Ensino Médio vinculado organicamente, à formação para o trabalho. De acordo com Ciavatta (2005, p. 85) “o objetivo do ensino integrado seria de preparar o jovem para a vida e para o mundo do trabalho, ou seja, possibilitando a ele uma atuação como cidadão crítico, integrado à sociedade em que vive”.

Nessa perspectiva, o objetivo do Decreto nº 5.154/2004 é ofertar o Ensino Médio de forma integrada à Educação Profissional e Técnica no mesmo curso, porém com currículo próprio, articulado e estruturado com as disciplinas técnicas, o Ensino Médio e Técnico integrado em um único currículo e compondo uma nova modalidade de educação do cidadão brasileiro (GRABOWSKI, 2006).

Por meio da integração estabelecida pelo Decreto Presidencial nº 5.154/04, a educação promoverá uma formação geral e poderá preparar o jovem para o exercício de profissões técnicas, assim, a nova modalidade de ensino, terá equivalência legal, possibilitando aos jovens a continuidade dos estudos, com um diferencial da habilitação técnica.

Analisando a concepção de integrar, Ciavatta (2005) a vincula à ideia de completude,

Queremos tornar íntegro, inteiro o sujeito dividido pela divisão social do trabalho, entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Queremos superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na gênese científico-tecnológica e na apropriação histórico-social. (CIAVATTA. 2005, p. 84).

Diante do exposto, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional torna-se uma alternativa de educação que propõe formar jovens com capacidades manuais e, ao mesmo tempo intelectuais, capazes de solucionar os obstáculos que possam surgir. Assim, o ensino profissional perde o caráter de mero instrumentalista, ou seja, jovens trabalhadores técnicos, porém intelectuais.

O Decreto Presidencial nº 5.154/2004 foi implantado como uma nova modalidade de ensino, sendo ofertada de forma articulada à Educação Profissional técnica de nível médio e

de forma integrada, em escolas da rede pública e federal, tanto da forma integrada, destinada aos alunos egressos da educação fundamental com matrícula única e concomitante, àqueles que estejam cursando. Assim, o referido decreto, no parágrafo primeiro do Art. 4º definiu que a [...] articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio dar-se-á de forma:

**I – Integrada:** oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

**II – Concomitante:** oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso.

**III – Subsequente:** oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004, p.06).

A profissionalização da educação nessa etapa da Educação Básica tem se apresentado como uma das alternativas possíveis para a diversificação, pois atende às necessidades imediatas de milhares de jovens do Brasil afora, sendo tal ensino considerado o acesso ao trabalho como perspectiva imediata.

Outro ponto que devemos ressaltar é que parte dos jovens matriculados no Ensino Médio opta pela profissionalização por interesse ou motivado pela própria vocação, seja ela para fins profissionais, seja para a continuidade dos estudos. Outra metade dos jovens, infelizmente, necessita de qualificação já neste nível de ensino, motivada pela necessidade prematura do emprego, para garantir e suprir suas necessidades de subsistência.

Em relação ao Ensino Médio, o Estado de Mato Grosso, desde 1998, vem investindo e ampliando o número de vagas para essa etapa de ensino. Cabe aqui ressaltar que desde 1995, os cursos profissionalizantes da rede estadual foram encerrados mediante a portaria 1266/95 (MATO GROSSO, 2010).

As discussões em torno da Educação Profissional são retomadas a partir de 2004, mediante a aprovação do Decreto Presidencial nº 5.154/2004, foram implementadas na tentativa de eliminar a dualidade na oferta do ensino e, ao mesmo tempo, elevar a qualidade do ensino na última etapa da educação básica. Para tanto buscou resgatar, através de tal Decreto, uma educação que contemple a diversidade dos jovens mato-grossenses.

Mediante tais necessidades, em 2004, o Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Educação – SEDUC realizou na cidade de Cuiabá, capital do Estado, debates acerca da educação, na tentativa de adequar a educação mato-grossense em consonância com



a Diretriz Nacional. O objetivo era discutir a elaboração da proposta de implantação do Ensino Médio Integrado no Estado do Mato Grosso.

Os estudos ocorreram mediante a realização do Fórum Estadual de Educação, com a participação e colaboração do Sindicato Estadual dos Trabalhadores na Educação Pública – SINTEP, da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (1998) – ALMT, do Conselho Estadual de Educação – CEE e da Associação Mato-Grossense dos Estudantes – AME, o qual em detrimento às determinações da Lei Complementar 49/1998, visava à formulação de uma Política Estadual para a Educação no Estado de Mato Grosso, que atendessem ao PNE e à realidade de Mato Grosso, e assim nesse contexto é então apresentado o Plano Estadual de Educação (PEE).

Ainda em 2004 o Estado de Mato Grosso organizou um grupo de trabalho e realizou, a capacitação dos membros da Comissão pelo MEC, com os temas: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, Proposta Pedagógica, Diretrizes Curriculares e Avaliação por competência. Durante a elaboração do projeto foi decidido sobre a oferta dos Cursos nos municípios de Alta Floresta, Sinop, Barra do Garças e Rondonópolis.

Em 2005, os debates foram retomados com o grupo de trabalho de Ensino Médio Integrado, e consolidou-se a criação da Comissão para o Ensino Médio Integrado. O governo do Estado de Mato Grosso, através da Portaria Conjunta nº. 002/2005 determina que, a SECITEC- Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, a SEDUC- Secretária de Estado de Educação, a SETEC - Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania e o CEPROTEC - Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso, constituam Comissão Interinstitucional com o objetivo de elaborar o pré-projeto para a implantação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional.

No ano de 2006 foi realizada uma reunião de mobilização em cada comunidade escolar piloto. Em 2007, houve a retomada do grupo de trabalho do Ensino Médio Integrado. Foi realizada a capacitação da equipe técnica e professores envolvidos no projeto e solicitados o credenciamento e autorização para a oferta dos cursos junto ao Conselho Estadual de Educação, a partir de uma breve análise do processo ocorrido na implantação de um projeto piloto de Ensino Médio Integrado, na rede estadual de ensino de Mato Grosso.

O Projeto Ensino Médio Integrado foi elaborado e implantado pela Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Educação de Estado de Ciência e Tecnologia. Em abril de 2007, deu-se início às aulas com 05 (cinco) turmas com 35 alunos cada turma. Sendo em

uma turma em Alta Floresta uma turma no curso técnico em Informática na escola Estadual Vitória Furlani da Riva e uma turma no curso técnico em Administração em pequenas propriedades rurais na escola Ouro Verde. Em Sinop uma turma de técnico em Informática na escola Estadual Edeli Mantovani, em Rondonópolis uma turma no curso Técnico em Informática na escola Estadual Pindorama e em Barra do Garças uma turma no curso técnico em Informática, na escola Estadual Heronides Araújo.

Em 2008, Mato Grosso assina o convênio com o MEC e adere ao Programa Brasil Profissionalizado, Lei nº 11.741/2008, ampliando o número de alunos atendidos, com a oferta de duas turmas em cada escola. A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECITEC/MT), além de acompanhar e avaliar a oferta dos cursos implantados assumiu a responsabilidade pela execução dos mesmos junto à SEDUC.

Em novembro de 2009, ocorreu em Cuiabá, o Seminário de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, cujo objetivo era o aprimoramento das práticas pedagógicas nas escolas estaduais que aderiram ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em 2010 e, para as escolas que já haviam aderido em 2007.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional ficou conhecido no Estado de Mato Grosso e nas escolas por EMIEP, a sigla foi e é utilizada nos documentos Orientativos da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e nos livros de autores que pesquisam o tema em questão. A sigla também é utilizada pelos professores, alunos e funcionários da escola para se referir ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Atualmente o Estado de Mato Grosso possui 89 escolas EMIEP na modalidade integrada, distribuídas por 52 municípios do estado, agregando teoria e prática, sendo doze do campo, uma quilombola e uma indígena (Programa Brasil Profissionalizado). São onze cursos nas áreas de: informática, administração, vendas, comércio, meio ambiente, agroecologia (para escolas indígenas, do campo e quilombola), secretariado, serviços de restaurante, bar e hotelaria.

O objetivo a ser atingido é formar um cidadão com capacidade para lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade e rapidez, de modo a atender às demandas dinâmicas que se diversificam em qualidade e quantidade, não para ajustar-se, mas para participar como sujeito na construção de uma sociedade em que o resultado da produção material e cultural esteja disponível para todos, assegurando qualidade de vida e preservação da natureza (MATO GROSSO, 2010, p. 66).

Nesse contexto, para atender às constantes mudanças geradas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, a Educação Profissional dedica-se em atender à demanda de mão de obra que emerge do crescimento da oferta de empregos. Assim, a Educação Profissional tem investido na capacitação de pessoas que possam exercer sua cidadania e o trabalho, no contexto de uma sociedade dinâmica e globalizada.

O Estado de Mato Grosso, no que se refere à elaboração de sua política pública, prioriza a participação efetiva de sua população, tanto na sua construção, quanto no acompanhamento e avaliação, respeitando os direitos dos cidadãos e consolidando dessa forma a cidadania. Nesse sentido, o Decreto Presidencial nº 5.154/2004, resgata a proposta de Ensino Médio Integrado, com a implantação de políticas públicas alicerçadas no respeito às diferenças e às diversidades que compõem a complexidade social.

O governo do Estado de Mato Grosso, no esforço de incentivar e apoiar alternativas diferenciadas de organização escolar e de preparação dos professores para atuação na Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Especial, Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos, reformula o seu plano estadual de educação- PEE, aprovando 17 metas pela Assembleia Legislativa em sua integralidade e sancionada, pelo governado do estado Sinval Barbosa (2010-2014).

O Plano Nacional de Educação (PNE) possui 20 metas para a educação, aprovado em 2014 pelo Congresso nacional e homologado pela presidenta da República, Dilma Rouseff (2011-2014). Tais metas qualificam a intencionalidade de uma nação melhor, de uma educação como direito, e como resposta às necessidades dos cidadãos brasileiros, na perspectiva de um país cada vez mais inclusivo.

O Plano Nacional de Educação 2014 rompe com a dualidade da oferta da educação na medida em que propõe uma organização sistêmica, superando a oferta da educação dividida em redes, educação pública com qualidade social para todos e todas.

Dessa forma, o Estado de Mato Grosso, concomitante ao Plano de Educação Nacional, aprova o seu Plano Estadual de Educação instituído pela Lei nº 10.111, de 06 de junho de 2014. Em relação às metas que contemplam o âmbito do Ensino Médio e as distintas possibilidades propostas no Decreto nº 5.154/04 de modo a considerar as diferentes realidades dos jovens mato-grossenses com vistas a sua inclusão social, o governo do Estado de Mato Grosso apresenta como metas educacionais:

- 1 Promover, continuamente, o Sistema Único de Ensino.
- 2 Aferir a qualidade da educação, em 100% das unidades de ensino do sistema estadual até 2015.
- 3 Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em Lei, destinados à Educação.
- 4 Assegurar, imediatamente, a existência de plano de carreira para os profissionais da educação básica pública.
- 5 Oportunizar formação específica inicial e continuada, de modo que todos que atuam na educação possuam formação em nível superior até 2017.
- 6 Ofertar educação infantil para 80% das crianças de 0 a 03 anos até 2017.
- 7 Ofertar educação infantil para 100% das crianças de 04 e 05 anos até 2016.
- 8 Atender 100% da população escolarizável no ensino fundamental até 2015 na idade apropriada.
- 9 Garantir a oferta de ensino médio a 100% da demanda, com acréscimos anuais de 25% até 2017.
- 10 Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, de modo a triplicá-las até 2017.
- 11 Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para 100% da demanda existente até 2016.
- 12 Ofertar educação básica a toda população escolarizável que mora no campo, em escolas do e no campo, até 2017.
- 13 Atender a população indígena em todos os níveis de ensino, em 100% da demanda em idade apropriada até 2017.
- 14 Expandir o atendimento aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo a 100% da demanda até 2015.
- 15 Igualar a escolaridade média entre grupos de cor e raça declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até 2017.
- 16 Aumentar progressivamente a carga horária em 01 hora por ano, atingindo pelo menos sete horas diárias, para 25% dos estudantes matriculados na educação básica, até 2017.
- 17 Prover a oferta de educação superior para pelo menos 33% da população mato-grossense com ensino médio concluído na faixa etária de 18 a 24 anos garantindo seu financiamento (MATO GROSSO, 2014, p.15-16).

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional por ser uma política educacional recente, necessita de estratégias que preveem e garantam a qualidade na oferta do ensino, proporcionando aos alunos uma formação geral, sólida, com fundamentação teórica, cultural, científica, pois diante das novas exigências impostas pelo mundo do trabalho, os jovens precisam ter uma formação que responda efetivamente a essas exigências, ou seja, relacionando com autonomia os conhecimentos básicos com os conhecimentos técnicos.

## CAPÍTULO 3: CAMINHO METODOLÓGICO

A finalidade deste capítulo é indicar a abordagem e os procedimentos metodológicos, descrever o desenvolvimento da pesquisa, apresentar o espaço investigado da pesquisa, os sujeitos participantes do presente trabalho, bem como explicitar os instrumentos metodológicos utilizados durante as etapas da investigação.

### 3.1 A pesquisa

A presente pesquisa buscou analisar a compreensão do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e os seus respectivos objetivos, relatados pelo diretor, coordenador pedagógico, professores e alunos da Escola Estadual Major Otávio Pitaluga, pois entendemos que o processo educativo não ocorreria sem a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos.

Para iniciarmos o processo de construção desta pesquisa qualitativa, foi necessária a compreensão das formas de conhecimento que o pesquisador precisa ter para desenvolver o seu trabalho. Para apropriar-se desse conhecimento, é preciso ter um caminho a ser seguido, que é o método. O termo método vem do grego e significa o estudo do caminho *methodos* - a organização, e *logos* - estudo sistemático.

Segundo Gamboa (2006) o método consiste em:

Uma teoria de ciência em ação que implica critérios de cientificidade, concepções de objeto [...] Essas diversas concepções dão suporte as diversas abordagens utilizadas nas construções científicas e na produção de conhecimentos (GAMBOA, 2006, p.7).

Mediante a necessidade de compreensão sobre o ato de investigação, faz-se necessário abordar, brevemente, sobre a concepção de pesquisa, ciência e conhecimento.

Fonseca (2002) alega que a ciência é:

[...] Caracteriza-se por um conjunto de modelos de observação, identificação, descrição, investigação experimental e explanação teórica de fenômenos. O método científico envolve técnicas exatas, objetivas e sistemáticas. Regras fixas para a formação de conceitos, para a condução de observações, para a realização de experimentos e para a validação de hipóteses explicativas. O objetivo básico da ciência não é o de descobrir verdades ou de se constituir como uma compreensão plena da realidade. Deseja fornecer um conhecimento provisório, que facilite a interação com o

mundo, possibilitando previsões confiáveis sobre acontecimentos futuros e indicar mecanismos de controle que possibilitem uma intervenção sobre eles (FONSECA, 2002, p. 11-12).

O termo ciência durante muitos anos foi utilizado para indicar conhecimento em sentido amplo, cuja função era informar. Com o passar dos anos, o termo foi tornando-se restrito, sendo utilizado para designar o conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente organizados em relação ao determinado assunto em questão.

Tartuce (2006), ao discutir a importância da produção conhecimento, alega que:

[...] O conhecimento é um processo dinâmico e inacabado, serve como referencial para a pesquisa tanto qualitativa como quantitativa das relações sociais, como forma de busca de conhecimentos próprios das ciências exatas e experimentais. Portanto, o conhecimento e o saber são essenciais e existenciais no homem, ocorre entre todos os povos, independentemente de raça, crença, porquanto no homem o desejo de saber é inato (TARTUCE, 2006, p.5).

Diante disso, é possível compreender que a metodologia científica corresponde ao método e à ciência, ou seja, é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos para realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência (FONSECA, 2002).

Para Minayo (2004, p.35), “a ciência é a forma hegemônica de construção do conhecimento, embora seja considerada por muitos críticos como um novo mito da atualidade por causa de sua pretensão de ser único motor e critério de verdade”.

O estudo do método de acordo com Gerhardt (2009, p.11), “é o conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas para a formulação de conclusões de acordo com certos objetivos predeterminados”.

De acordo com Oliveira (2006, p.43), ao se reportar à pesquisa também traz contribuições à respeito da metodologia, afirmando que “metodologia é um conjunto de métodos utilizados dentro de um determinado setor de atividades”.

Gil (2007, p. 17), no diz que a pesquisa “[...] desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”.

Nessa perspectiva, para definir uma metodologia a ser usada em um processo investigativo, é preciso delimitar o problema a ser investigado. Para desenvolver uma pesquisa não basta também apenas o desejo do pesquisador em realizá-la, é necessário que o mesmo tenha conhecimento prévio do assunto a ser abordado.

Segundo Fonseca (2002), é por meio da realização de uma pesquisa que se apresenta a possibilidade da aproximação e um entendimento maior com o fenômeno estudado, com a realidade investigada, uma vez que a construção do conhecimento é um processo permanentemente inacabado. Por isso, a pesquisa se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.

Conforme Gamboa (2006), o método a ser utilizado é a chave da construção do saber científico ou, o conhecimento produzido acerca de determinado assunto. É o método que irá auxiliar o processo da pesquisa desde a fase de investigação até o momento da apresentação da pesquisa, fornecendo respostas para as dúvidas que foram abordadas.

Desta forma, a pesquisa aqui apresentada é de natureza qualitativa, cuja abordagem metodológica é a comunicativa crítica. Porém, antes de explicar a abordagem metodológica utilizada, bem como suas técnicas de coleta de dados, é importante destacar que, realizar pesquisa qualitativa no campo educacional é importante, pois, segundo Minayo (2004):

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004, p.21-22).

Segundo Gonzaga (2006), a pesquisa qualitativa é indutiva, pois segundo o autor os pesquisadores seguem um caminho de investigação flexível:

[...] o pesquisador vê o cenário e as pessoas a partir de uma perspectiva holística [...]. O pesquisador qualitativo estuda as pessoas no contexto de seu passado e das situações nas quais se acham. [...] tratam de compreender as pessoas dentro do marco de referência delas mesmas. [...] suspende ou afasta suas próprias crenças, perspectivas e predisposições, vê as coisas como se estivessem ocorrendo pela primeira vez. [...] todas as perspectivas são valiosas; procuram um entendimento detalhado das perspectivas de outras pessoas. [...] Os pesquisadores qualitativos dão ênfase à validade em sua pesquisa. Os métodos qualitativos nos mantêm próximos ao mundo empírico. Estão destinados a assegurar um estreito ajuste entre os dados e o que a gente realmente diz e faz. [...] todos os contextos e pessoas são dignos de estudo. Nenhum aspecto da vida social é demasiado frívolo ou trivial para ser estudado (GONZAGA, 2006, p. 72 a 74).

Nesse cenário, o pesquisador é considerado o agente principal da pesquisa, haja vista, que o mesmo participa tanto como sujeito, quanto como objeto de suas pesquisas e, como tal, valoriza todo o processo, não reduz sua análise apenas aos resultados das mesmas. Assim,

para desenvolver a pesquisa, significa que o investigador deve estudar a realidade no seu contexto natural, a forma como os acontecimentos se sucedem e, através dos mesmos, procurar interpretar os fenômenos, considerando os significados que possuem para as pessoas implicadas nesse contexto.

### **3.2 A Abordagem Metodológica da Pesquisa: Comunicativa Crítica**

A abordagem metodológica utilizada para a realização desta pesquisa baseia-se na Metodologia Comunicativa Crítica, cujos instrumentos utilizados para o levantamento dos dados foram o Relato Comunicativo Crítico e ao Grupo de Discussão Comunicativo Crítico.

Tal metodologia é uma alternativa para combater as desigualdades sociais, foi criada pela Universidade de Barcelona, pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades-CREA. Seus fundamentos estão alicerçados na ação comunicativa de Habermas (1987). A teoria comunicativa crítica foi criada por Habermas na década de 1980. A opção pela abordagem metodológica Comunicativa Crítica, ocorreu mediante aos estudos oferecidos pela disciplina Projeto de Pesquisa e pelo estudo realizado no Grupo de pesquisa - o Grupo de Estudos em Aprendizagem Dialógica – GEAD.

De acordo com Gabassa (2009):

A partir da concepção comunicativa crítica da educação, a realidade natural existe independentemente da vontade dos sujeitos ou dos significados que eles constroem. As montanhas, os rios e os lagos existem independentemente da vontade e/ou interpretação de qualquer pessoa. A realidade social, por outro lado, se constrói através das definições dadas pelos sujeitos mediante suas interações. Ela está de acordo com a contribuição construtivista, a partir da qual a realidade social se constrói socialmente e depende dos significados que lhe atribuem, embora não acredite em significados gerados solitariamente, mas em sua construção intersubjetiva, elaborada a partir do consenso alcançado através da interação humana que se realiza sob pretensões e validades. E como os significados são construídos na comunicação interativa, a ênfase está na interação social, nos acordos firmados pelo diálogo, e não na construção de significados em si; a chave para a compreensão e a atuação na realidade é o diálogo e a intersubjetividade (GABASSA, 2009, p.84).

Desta forma, na compreensão da autora citada, a Metodologia Comunicativa Crítica, compreende o lugar como natural e social, cuja realidade é construída através de significados dos conhecimentos que os envolvidos lhe atribuem no processo de interação, uma vez que todos possuem a capacidade de linguagem e ação (HABERMAS, 1987). A ação comunicativa



de Habermas (1987) é crítica porque além de compreender e interpretar a realidade, busca a transformação.

Assim, para abordarmos a Metodologia Comunicativa Crítica, buscamos alicerçar a pesquisa nas obras de Flecha (1997) e Rodrigues (2010).

De acordo com Rodrigues (2010):

Das interpretações e teorias das pessoas que fazem parte da realidade que se investiga, é considerada crítica, porque além de compreender e interpretar a realidade, busca a transformação. O processo de diálogo realizado com todas as pessoas envolvidas na pesquisa, além de gerar reflexão, análise e auto reflexão, gera também mudança (RODRIGUES, 2010, p.93).

Nessa mesma linha de pensamento, Gabassa (2009, p.89) alega que a Metodologia Comunicativa Crítica, “compreende que todas as pessoas são capazes de refletir e agir sobre a realidade em que vivem por isso numa investigação o/a pesquisador/a não tem lugar privilegiado na reflexão sobre a realidade investigada”.

Nesse contexto, a investigação comunicativa crítica tem por finalidade transformar a realidade social por meio da ação comunicativa. Na investigação comunicativa crítica o investigador estabelece uma relação de igualdade entre as pessoas do grupo, sendo que sua palavra só é aceita pela validade de seus argumentos, o mesmo possa contribuir para a transformação da realidade social, sendo assim, possível conhecer realidade social de maneira objetiva (MELLO, 2006).

A realidade social é uma construção humana que ocorre através dos processos de interações construídas no coletivo, por meio do diálogo os significados da realidade social. De acordo com Freire (1987, p. 77), “o diálogo é um fenômeno humano e que pode ser entendido como ele mesmo: a palavra”. Assim, o diálogo ocorre entre o pesquisador investigador e as pessoas do grupo investigado, todo o participante da pesquisa encontra-se em uma relação horizontal.

Segundo Rodrigues (2010, p.52): “a ação comunicativa tem um lugar quando os atores sociais tomam parte da interação e decidem chegar a um entendimento sobre a situação”. Nas análises de Rodrigues (2010) acerca da teoria de Habermas (1987), a mesma discute a importância de sua teoria para explicar o mundo atual:

Os estudos de Habermas contribuem para a elaboração de uma teoria explicativa do mundo atual, uma vez que Habermas defende a ideia de que todas as pessoas adultas são capazes de linguagem e ação, ainda que tenham que aprender a estabelecer suas ações a partir de outra perspectiva da razão.

O autor entende que o indivíduo adulto pode estabelecer um processo de comunicação pautado não mais na racionalidade técnica, mas na racionalidade comunicativa e afirma que esta viabiliza uma construção mais humana do mundo (RODRIGUES, 2010, p.54).

Desse modo, as interações direcionadas na dialógica da aprendizagem fluem espontaneamente e durante o processo de interação entre os participantes é possível conhecer a realidade social e verificar como os envolvidos contribuem com ações transformadoras no meio social em que estão inseridos, superando, dessa forma, a perda de sentido.

A opção pela abordagem metodológica Comunicativa Crítica é importante, pois a mesma possibilita o diálogo entre os participantes, contribuindo para encontrarem as soluções dos problemas reais que os cercam. Nesse contexto, a reflexão em conjunto possibilita o amadurecimento crítico dos envolvidos conduzindo a respostas, ou seja, os diálogos produzem ações transformadoras que aumentam a igualdade educativa.

Habermas (1987), em sua teoria da ação comunicativa, Aubert et al., (2008, p.77 apud RODRIGUES, 2010, p.53) afirmam que os “conhecimentos tácitos e as experiências comuns permitem que os indivíduos se comuniquem entre si para alcançar o entendimento mútuo e coordenar suas ações por meio de um processo interativo.”

Nessa perspectiva, por intermédio dos estudos de Habermas é possível a elaboração de uma teoria capaz de dar sentido ao mundo atual, uma vez que o mesmo defende que as pessoas adultas são capazes de linguagem e de ação e essas capacidades devem ser adquiridas. Ainda que tenham que aprendê-las, uma vez dotados de tais capacidades, os envolvidos conseguem estabelecer a razão em torno de suas atitudes (HABERMAS, 1987).

Conforme já mencionado, em virtude do tempo disponível para o Mestrado, não foi possível atender todos os critérios exigidos dentro desta abordagem metodológica. O fator tempo impossibilitou que os sujeitos pudessem conhecer as contribuições, antes de serem contempladas na redação final da dissertação. Contudo, é importante dizer que a mesma foi estudada e desenvolvida de forma qualitativa, como é possível identificar na coleta dos dados (por meio das técnicas utilizadas).

No que se refere às técnicas adotadas da Abordagem Comunicativa Crítica, optei por trabalhar com duas técnicas: O Relato Comunicativo Crítico (com os professores, diretor e com o coordenador pedagógico) e o Grupo de Discussão Comunicativo Crítico (com alunos dos terceiros anos técnicos) as quais serão descritas logo a seguir.

### 3.3 Técnicas de Investigação: Grupo de Discussão Comunicativo Crítico e Relato Comunicativo Crítico

As técnicas de investigação da pesquisa serviram para a coleta de dados, auxiliando no conjunto de procedimentos, cuja finalidade é o resultado final, que consiste nesta dissertação de mestrado.

Segundo Oliveira (2006) a técnica adotada refere-se à:

Aplicação de instrumentais, regras e procedimentos que facilitam o processo ensino aprendizagem e a construção do conhecimento. As técnicas utilizadas em pesquisa devem ser compreendidas como meios específicos para viabilizar a aplicação do método(s) (OLIVEIRA, 2006, p. 57).

Sendo assim, na abordagem Comunicativa Crítica, os envolvidos são “sujeitos participantes” da pesquisa, uma vez que realizada as análises é feita a devolutiva dos dados analisados aos sujeitos: “a linguagem deve voltar-se ao entendimento”. Sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, possibilitando que a interpretação dos dados se aproxime ao máximo da realidade (HABERMAS, 1987). Ilustramos através do quadro abaixo, o universo da pesquisa, com seus respectivos procedimentos metodológicos:

#### Quadro 4: Procedimento Metodológico da Pesquisa

Procedimentos Metodológicos	Sujeitos
Relatos Comunicativos Críticos	03 professores, Diretor e 01 coordenador pedagógico
Grupo de Discussão Comunicativos Críticos	15 alunos dos 3º Ano Técnico em Vendas e 15 alunos do 3º Ano Técnico em Logística.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

#### Técnica 1: Relato Comunicativo Crítico

Os relatos comunicativos de vida são realizados por meio de diálogo entre a pessoa que investiga e a pessoa investigada, com a intenção de refletir e interpretar a vida. O objetivo não é fazer uma biografia da pessoa investigada, mas sim uma narração refletida de sua própria vida cotidiana, com a finalidade de destacar aspectos do presente e do passado, bem como expectativas do futuro (RODRIGUES, 2010).

Nesta técnica, interessam os pensamentos, as reflexões, a maneira de resolver situações concretas da vida cotidiana das pessoas com as quais se dialoga. Trata-se de um processo cooperativo de entendimento em que ambas as pessoas participam desde seus próprios pressupostos na compreensão do mundo da vida. O Relato Comunicativo Crítico é importante principalmente por proporcionar a ação de reflexão entre os envolvidos na pesquisa. Importante destacar que, na interlocução, cabe à pessoa investigadora trazer os conhecimentos da comunidade científica sobre o tema estudado e compartilhá-los com as pessoas investigadas (RODRIGUES, 2010). Os relatos são realizados por meio do diálogo entre o investigador e o investigado.

Tal técnica foi realizada com três professores que atuam nas turmas do técnico, com o diretor e um coordenador pedagógico. Os relatos foram realizados individualmente em uma sala de recurso no interior da escola EMOP, com cada sujeito da pesquisa: os três professores, o diretor e um coordenador pedagógico. Os relatos foram gravados e posteriormente transcritos em um caderno de campo (diário de campo) e posteriormente digitalizados.

Os relatos, como já mencionado anteriormente, foram realizados com dois professores efetivos que atuam no técnico desde sua implementação, que participaram da formação inicial sobre o EMIEP e uma professora contratada da área técnica. O diretor da escola Estadual Major Otávio Pitaluga é formado em Filosofia e atualmente está no seu segundo mandato (2012-2013) e (2014-2015).

No que tange à compreensão dos professores, coordenação e direção da escola, foi possível perceber por meio dos relatos comunicativos críticos que a compreensão dos sujeitos se diferencia, no que se refere aos objetivos dessa modalidade de ensino apresentada nos documentos orientativos da SEDUC.

No que diz respeito aos alunos, buscou-se investigar a compreensão dessa modalidade de ensino em relação à sua formação para o mundo do trabalho, quais são suas expectativas quanto ao curso oferecido pela escola. Os relatos, a partir das entrevistas, possibilitaram uma análise em profundidade. Em relação aos alunos, as entrevistas foram realizadas na sala de aula.

## **Técnica 2: Grupo de Discussão Comunicativo Crítico**

O Grupo de Discussão Comunicativo Crítico refere-se a um grupo de pessoas que se reúne para elaborar uma interpretação conjunta de uma realidade, do objeto de estudo. Isso se

dá por meio da comunicação entre todas as pessoas participantes. A base do grupo de discussão é uma comunicação entre iguais, a partir do diálogo igualitário.

A existência do diálogo facilita o estabelecimento da comunicação em condições de igualdade. Para a realização do grupo de discussão é necessário um consenso prévio entre as pessoas participantes, tanto para sua constituição, quanto para o desenvolvimento do trabalho (RODRIGUES, 2010).

Outro ponto importante é esclarecer que todas as pessoas do grupo participam como investigadoras porque, por meio da interação e da comunicação, o grupo como um todo é quem elabora conclusões em consenso sobre o tema investigado. Assim, o objetivo do Grupo de Discussão Comunicativo Crítico não é de analisar o grupo (os membros do grupo), mas sim participar da discussão das ideias que surgem neste grupo para maior entendimento da realidade.

Os sujeitos que participaram desta técnica foram 15 alunos pertencentes às turmas dos terceiros anos do EMIEP em Vendas e 15 alunos do EMIEP em Logística. Para nortear o desenvolvimento do trabalho foi elaborado um roteiro (em anexo), semelhante a uma entrevista semiestruturadas, a fim de contemplar o projeto de pesquisa em conformidade ao tema apresentado.

O roteiro de entrevista diz respeito a conhecer a concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implantado pelo Decreto nº 5.154/2004 no Estado de Mato Grosso, dos sujeitos na escola onde a pesquisa foi desenvolvida. Outros pontos relevantes levantados durante o encontro foi o objetivo do EMIEP. O roteiro de entrevistas encontra-se nos anexos: II, III, IV e V.

O Grupo de Discussão Comunicativo Crítico ocorreu no interior da escola. Para coletar as informações necessárias foram realizados dois encontros com cada turma de terceiro ano técnico. A opção pela técnica do Grupo de Discussão Comunicativa Crítico se deu pelo fato de a mesma possibilitar a descrição e a compreensão sobre uma determinada situação, pois supõe um diálogo igualitário entre a investigadora e a comunidade que participa da pesquisa por meio de encontros realizados, cujo objetivo é a interpretação conjunta do objeto pesquisado, que no caso é a concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e, ocorre através da comunicação entre todas as pessoas participantes. Segundo Flecha (2006), Grupo de Discussão Comunicativo Crítico, refere-se a uma estratégia qualitativa de coleta de dados.

### **3.4 Percurso Metodológico da Pesquisa**

O início da investigação na Escola Estadual Major Otávio Pitaluga, ocorreu de forma tranquila, não havendo nenhum tipo de entrave por parte dos sujeitos participantes, que impossibilitasse o desenvolvimento desta atividade. Ao contrário, todos estavam dispostos a contribuir para a realização da mesma.

#### **3.4.1 O lugar da pesquisa e o tempo da pesquisa**

A pesquisa foi desenvolvida no período de fevereiro a agosto de 2014.

A escola Estadual de Ensino Médio Major Otávio Pitaluga, foi criada pelo Decreto nº 973 em 01/07/65, Decreto de Denominação nº 1.887/28-02-74, Reconhecimento nº 3277/29/12/92, autorização nº 050/86, Renovação do Reconhecimento Portaria nº 073/04 - CEE-MT (SEDUC/MT, 2014), localiza-se na área urbana do município de Rondonópolis, Mato Grosso e recebe alunos de diversos bairros da cidade. A escola busca correlacionar o Projeto Político Pedagógico, o currículo à realidade da cidade, acompanhando as mudanças no mundo do trabalho e adequando o ensino à qualificação profissional, promovendo elevação do nível de escolaridade e qualidade na formação profissional.

Tais estratégias educacionais presentes nesta modalidade de ensino médio possibilitam que os educandos consigam atingir ao máximo suas potencialidades, resgatando o verdadeiro sentido da educação formal, ancorado no respeito às diversidades, na valorização cultural da ética, possibilitando a convivência harmoniosa entre os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, tornando o ensino uma atividade prazerosa, a cada nova descoberta.

Para atender a nova realidade dos jovens que procuram pelo ensino e, ao mesmo tempo necessitam trabalhar, a Escola Estadual Major Otávio Pitaluga implementou em 2009, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), na modalidade integrada.

A implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional iniciou-se de forma gradativa e no ano de 2009, de acordo com a Resolução nº 169/2006- CEE/MT, e tendo em vista o que consta no Processo nº 103692/09-CEE/MT, e do Parecer CEB nº 003/2010-CEE/MT, aprovado em 26 de janeiro de 2006, autoriza a oferta do Curso Técnico em Logística, do Eixo Tecnológico Gestão e Negócio, da Educação Profissional Técnica de nível Médio Integrado ao Ensino Médio, por quatro anos, a partir de janeiro de 2009. No mesmo ano o governo do Estado de Mato Grosso, através da Resolução nº 169/2006- CEE/MT, e

tendo em vista o que consta no Processo nº 103741/09-CEE/MT, e do Parecer CEB nº 003/2010- CEE/MT, aprovado em 26 de janeiro de 2006, autoriza a oferta do Curso Técnico em Vendas, do Eixo Tecnológico Gestão e Negócio, da Educação Profissional Técnica de nível Médio Integrado ao Ensino Médio, por quatro anos, a partir de janeiro de 2009. Tal resolução foi publicada no diário Oficial no dia 28 de janeiro de 2010.

Assim, a escola passa a oferecer quatro turmas de técnico na modalidade integrada para os alunos egressos do ensino fundamental. A escola EMOP optou por duas modalidades de ensino técnico: Vendas e Logística.

Os períodos matutino e vespertino possuíam uma turma de cada modalidade de EMIEP, ou seja, uma turma em Vendas e a outra em Logística. Cabe frisar, que as turmas do período vespertino eram composta por 31 (trinta e um) alunos matriculados. O período matutino possuía 34 (trinta e quatro) alunos matriculados nas turmas do EMIEP, totalizando 130 (cento e trinta) alunos, distribuídos nas 04 (quatro) turmas.

A opção pela habilitação técnica ocorreu pela constatação da necessidade de profissionais competentes na área, devido ao crescimento do agronegócio na região e a instalação da ferrovia e da América Latina Logística (ALL) na cidade.

Inicialmente, a divulgação da proposta ocorreu em âmbito interno, com os alunos já matriculados. No período da implementação ocorreram reuniões com os pais e com os alunos, para apresentarem os objetivos da nova modalidade de ensino da escola, encerrando, assim, o processo de divulgação e orientação da proposta de ensino.

A escola realizou um processo de seleção, haja vista que o número de vagas por curso e período era inferior ao número de candidatos. A elaboração do processo seletivo foi realizada pela equipe pedagógica da escola. Um dos critérios para efetivação da matrícula foi que o candidato deveria ter concluído o ensino fundamental, ter no mínimo 14 anos, aceitar a proposta do Curso e suas exigências administrativas.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, oferecido pela Escola Estadual Major Otávio Pitaluga, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico, possui como objetivo central consolidar a integração entre a Educação Básica (formação básica do cidadão) e a formação específica (para o mundo do trabalho). Para tanto, houve a necessidade de ampliar a carga horária total do Curso.

O Ensino Médio permaneceu com a duração de três anos, entretanto, para atender à necessidade das disciplinas específicas, realizou adequações na grade curricular, houve a necessidade de ampliar o número de aula diária. O EMIEP possui aulas de segunda a sexta-

feira, das 07h às 12h e, aulas aos sábados. No contra turno são ministradas as aulas de Educação Física. Sendo assim, no total, a carga horária é de 1440 horas e, desse total, 1000 horas são destinadas à base geral, 300 horas são voltadas às disciplinas técnicas e 144 horas são reservadas para a disciplina de TCC.

Vale ressaltar que a clientela atendida pela Escola Estadual Major Otávio Pitaluga é heterogênea, oriunda de diversos bairros da cidade, inclusive da zona rural. Em relação ao quadro docente, o grupo de professores é capacitado e habilitado para atender às diversidades culturais, contribuindo para que os alunos aprendam a reconhecer a si próprios e aos demais, como agentes históricos contribuindo com ações transformadoras em prol de uma sociedade mais justa.

### **3.4.2 Os sujeitos da pesquisa**

Os participantes desta pesquisa foram: 1 diretor, 1 coordenador, 3 professores e 30 estudantes (sendo 15 do curso EMIEP em Vendas e 15 do curso EMIEP em Logística).

Para a escolha dos professores, adotei como critério os professores efetivos que trabalhavam nas turmas do EMIEP e, que atuavam nas turmas do técnico desde sua implementação. Outro ponto importante para esta escolha foi o fato desses professores efetivos terem realizado uma formação sobre o EMIEP que ocorreu na cidade de Cuiabá no ano de 2008. Assim, os professores que possuíam esse perfil eram somente dois, a professora 1 e o professor 3. Em relação à professora 2, a mesma é professora contratada da área técnica e foi escolhida pelo fato que ministrava em 2013, quatro disciplinas da área técnica.

No que se refere à caracterização dos professores participantes da pesquisa, dois dos três professores entrevistados optaram por não usar codinomes, e apenas um manteve restrição em relação à quebra do anonimato. Mediante tal situação optei por utilizar apenas números no intuito de resguardar a identidade de cada um. Já em relação à caracterização do coordenador e do diretor, ficou acordado que seriam tratados de acordo com a função que cada um desempenha na escola (diretor e coordenador).

O caminho percorrido consistiu, primeiramente, em informar o diretor da escola acerca de todos os procedimentos adotados para a realização da investigação. Após a apresentação da proposta de investigação, foram explicados os objetivos da pesquisa, a metodologia e as técnicas que seriam utilizadas.



Após a explicação de todos os procedimentos metodológicos aos sujeitos envolvidos, solicitei a autorização do diretor para iniciar a atividade de investigação na escola e, para oficializar legalmente o trabalho, entreguei o ofício de autorização que foi assinado pelo mesmo. Em seguida foi realizada uma conversa informal com os professores, para agendar nosso encontro a fim de iniciar o procedimento de coleta de dados a partir dos Relatos Comunicativos Críticos, o mesmo foi desenvolvido também na escola. Nesse momento informei aos professores sobre o objeto de estudo investigado, bem como os objetivos da pesquisa e as técnicas a serem utilizadas.

O uso da técnica do Relato Comunicativo Crítico que foi aqui utilizada exigiu da pesquisadora a elaboração de um conjunto de questões (um roteiro) sobre o tema abordado e permitiu que os entrevistados falassem livremente sobre assuntos que foram surgindo com desdobramentos do tema principal.

Em relação ao levantamento das informações com os alunos, o processo foi extremamente tranquilo e gratificante. Vale ressaltar que, na condição de pesquisadora, ao iniciar o levantamento da coleta de dados me encontrava lotada em sala de aula como professora de uma disciplina na referida turma, o que facilitou a interação e a realização da coleta de dados por intermédio do Grupo de Discussão Comunicativo Crítico.

Durante os encontros realizados com os alunos, professores, diretor e coordenador, todos os relatos foram gravados (aparelho gravador). No decorrer do Grupo de Discussão Comunicativo Crítico, ficou evidente que os alunos sentiam-se livres para expressarem seus pensamentos, fato este que contribuiu para uma participação efetiva nas discussões, o que tornou o processo ainda mais rico, pois mediante os relatos foi possível verificar os anseios e as dúvidas de muitos alunos acerca do EMIEP.

Nesse sentido, o Grupo de Discussão Comunicativo Crítico foi de grande relevância, uma vez que propiciou um diálogo aberto entre os alunos que não se intimidaram ao ressaltar alguns pontos do EMIEP que ainda necessitam de uma reflexão mais aprofundada. As entrevistas em grupos pequenos de entrevistados respondem simultaneamente às questões, de maneira informal. As respostas são organizadas posteriormente pelo entrevistador, numa avaliação global.

Após a realização do Grupo de Discussão Comunicativo Crítico, com os alunos, iniciamos a coleta junto aos professores. Em seguida, foram realizados os Relatos Comunicativos Críticos, com o coordenador pedagógico e posteriormente com o diretor da escola.

Nesse sentido, os debates e as discussões realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa tiveram como objetivo encontrar caminhos que pudessem proporcionar aos alunos experiências que lhes possibilitassem construir conhecimentos vinculados às suas vidas e que lhes permitissem uma visão crítica da realidade onde estão inseridos.

No próximo capítulo apresentarei a organização dos dados obtidos por meio das técnicas utilizadas, bem como as análises dos mesmos, o que se configura um momento de grande importância, pois é este o momento em que os nossos sujeitos dialogam sobre o EMIEP, a respeito dos limites e das expectativas em torno dessa modalidade de ensino.

## **CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS DADOS**

Neste capítulo é abordado de forma sucinta a história da Escola Estadual Major Otávio Pitaluga, apresentando também as análises dos dados coletados, os quais têm por objetivo a indução de diálogos que contribuíram para encontrar caminhos capazes de proporcionar aos alunos experiências que lhes possibilitassem construir conhecimentos e, ao mesmo tempo, compreendessem o movimento na esfera do mundo do trabalho.

### **4. 1 Compreendendo os dados coletados da pesquisa**

Os dados foram obtidos por meio do nosso contato direto com os sujeitos. Para iniciarmos nossa pesquisa entramos em contato com os sujeitos que participariam da mesma e desde o nosso primeiro encontro foi estabelecido um ambiente agradável. Por meio do diálogo informamos aos participantes todas as etapas necessárias para o processo da investigação, destacando principalmente a relevância da pesquisa, bem como a necessidade da colaboração dos mesmos para o êxito do trabalho. Nesse ambiente, procuramos estabelecer um elo de confiança entre investigador e investigados. Assim, a conversa foi mantida numa atmosfera de cordialidade e de amizade.

Os dados coletados, constituídos pelo Relato Comunicativo Crítico (professores, coordenador e diretor), foram realizados no interior da escola e foram registrados em gravador. Os mesmos ocorreram no período de fevereiro a agosto de 2014. Ao término dos relatos, todo o processo foi marcado por um clima de cordialidade, condição necessária para que o investigador possa retomar a investigação, caso ele necessite obter novos dados, ou até mesmo para fazer a devolutiva da pesquisa.

O primeiro Relato Comunicativo Crítico foi realizado no dia dezenove de fevereiro de 2014, com a professora de matemática que atuava em todas as turmas do técnico, o mesmo teve a duração de 45 minutos e 32 segundos. O segundo Relato Comunicativo Crítico foi realizado com a professora que trabalhava com as disciplinas técnicas, no dia dez de março de 2014, com duração de 26 minutos e 13 segundos. O terceiro Relato Comunicativo Crítico foi feito com o professor de biologia, no dia nove de abril de 2014 e teve duração de 38 minutos e 6 segundos. Em relação ao Relato Comunicativo Crítico com o coordenador pedagógico, o mesmo ocorreu no dia treze de agosto e durou cerca de 19 minutos e quarenta e dois segundos. O Relato Comunicativo Crítico com o diretor aconteceu no dia 22 de agosto de 2014 e durou 27 vinte e sete minutos.

Para realizar as análises dos Relatos Comunicativos dos sujeitos (professores, diretor e coordenador pedagógico) optei por utilizar quatro eixos básicos, são eles:

- Conceção acerca do EMIEP;
- Objetivos e funcionamento do EMIEP;
- Elementos Obstaculizadores;
- Sugestões de melhoria.

No intuito de identificar a compreensão dos professores, coordenador e diretor, a pergunta consiste em: Qual a sua a compreensão acerca da concepção do Ensino Médio Integrado à Educação profissional? Para demonstrar, preparamos o quadro abaixo:

**Quadro 5: Relatos Comunicativos Críticos dos Professores: Concepção sobre o EMIEP.**

1º Eixo de análise	Professora 1	Professora 2	Professor 3
Concepção sobre o EMIEP	Em relação aos professores eu acredito que só alguns professores conhecem a concepção do EMIEP. Porque, o que aconteceu? A SEDUC fez, ela chamou alguns professores para a formação. O professor de biologia, de química, de geografia, eu fui também, mas não foram todos os professores. Então a formação apesar de ter sido boa, foi falha, porque nós tínhamos muitas dúvidas e essas dúvidas não foram sanadas em momento algum, não atingiram os objetivos, não ficou claro qual era na verdade a concepção do EMIEP.	Inicialmente, fazíamos entre nós comentários sobre os objetivos, sobre o que é o EMIEP, mas eu não sei se poderei somar, uma vez que não conheço o Projeto, eu não trabalhava na escola quando implantou o curso.	Eles têm umas metas, um planejamento feito para desenvolver dentro do processo de educação. Eles querem desenvolver esse Curso Técnico junto com o Ensino Médio, justamente para solucionar esses problemas da mão de obra técnica que está escassa no país. Então (...), eles querem fazer a escola né? Suprir essa necessidade que está em todo o país

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

Em relação a seleção das falas obtido através dos relatos dos sujeitos, houve o cuidado em mantê-las na íntegra, preservando a opinião dos entrevistados. Vale ressaltar que durante a transcrição dos relatos eliminamos apenas as falas idênticas sobre o mesmo assunto abordado. De acordo com a professora 1, o corpo docente não participou da formação inicial para a implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na escola Estadual Major Otávio Pitaluga, um professor de cada área do conhecimento foi convocado e ficaria responsável em repassar as informações para os demais professores.

Conforme o Relato Comunicativo Crítico da Professora 1, percebemos que ela afirmou ter participado da formação, entretanto deixou claro que mesmo tendo recebido a formação, houve falha, pois em momento algum as suas dúvidas foram sanadas, alega ter

recebido material impresso, entretanto o formador não possuía conhecimento suficiente para esclarecer a concepção e a importância de tal modalidade de Ensino. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) “o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional”.

Nessa perspectiva, questiono a professora 1, quais seriam suas dúvidas durante a formação? A mesma alegou que as dúvidas eram em torno do funcionamento do curso, da formação dos professores técnicos, parcerias, estágios e a Matriz Curricular de ambos os cursos que seriam oferecidos pela escola. Em relação ao material que foi disponibilizado durante a formação, a professora afirmou não mais possuí-los, pois a formação ocorreu no final de 2008.

A concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional para Regattieri (2010, p. 41), “a integração sugere que a educação profissional técnica seja oferecida simultaneamente e ao longo do ensino médio”.

Devo ressaltar que tais apostilas não foram arquivadas no acervo bibliográfico da escola, haja vista que, as mesmas foram disponibilizadas para os professores que participaram da formação e estes deveriam tirar cópias para fazerem os repasses para os demais professores.

No momento da pesquisa, os materiais disponíveis no acervo da biblioteca eram: O Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005), Coletânea de Textos para estudos sobre o ensino Médio Integrado (SEDUC, 2008), Documento Base (2007), Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da Integração (REGATTIERI, 2010).

Outro ponto importante ocorreu em 2012, momento que a equipe técnica do MEC, fez a vistoria na escola e por não possuir espaço físico para a construção de laboratório específico resolveu não prorrogar a autorização para o funcionamento do curso técnico da escola, estipulando a terminalidade para os alunos matriculados. Diante de tal situação a direção fez doação de todos os textos e livros específicos para uma escola da rede estadual de Rondonópolis, que oferece o Ensino Médio Integrado à Educação.

Em relação à professora 2, a mesma afirmou desconhecer a concepção acerca do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, uma vez que não lecionava na escola no ano que o curso foi implementado e não participou da formação. A professora 2 pertence ao quadro de funcionários da área técnica, sua admissão é de caráter temporário, por não

pertencer ao quadro de funcionários efetivos, foi contratada em regime temporário, aqui, no Estado de Mato Grosso utiliza-se o termo de interino.

Nesse momento, vale enfatizar, que tal documento orientativo foi repassado, norteando as discussões, os debates na formação interna da escola. Porém, o material não foi disponibilizado para todos os professores, haja vista que a escola passou a oferecer o Ensino Médio Regular e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

No ano de 2010 a formação ocorreu para os professores que estavam lotados no ensino técnico, porém, ocorria paralelamente à formação para os professores do Ensino Médio regular. Assim, aqueles professores que estavam lotados nas duas modalidades de ensino optavam pela formação, cuja carga horária era superior. Fato este que contribuiu para falta de integração entre os professores, principalmente, no momento do planejamento em conjunto e integrado das aulas e das atividades a serem desenvolvidas.

Para Regattieri (2010), a concepção de integração:

[...] não pode e nem deve ser entendido como curso que represente a somatória de dois cursos distintos, embora complementares, que possam ser desenvolvidos de forma bipolar, com uma parte de educação geral e outra de educação profissional. Essa foi a lógica da revogada Lei nº 5.692/1971. Essa não é a lógica da atual LDB, a Lei nº 9.394/1996, nem do Decreto nº 5.154/2004, que rejeitam essa dicotomia entre a teoria e prática, entre conhecimento e suas aplicações (REGATTIERI, p. 41).

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, na modalidade integrada, sugere a formação humana integral e, é essa formação integral que possibilitará aos sujeitos, o acesso aos bens materiais necessários a sua formação como membros plenos do gênero humano, condição humana, que diz respeito à emancipação humana.

Diante do exposto, destaco outro ponto importante em relação à professora 2. Ela foi escolhida como sujeito da pesquisa por ser professora da base técnica e em 2013 trabalhava em todas as turmas do EMIEP, ministrava cerca de quatro disciplinas técnicas e, mesmo assim, não participou dos repasses feitos pela escola. O pouco entendimento obtido acerca do EMIEP em Vendas e Logística, como argumenta a entrevistada, resulta de sua participação em rodas de conversas com outros professores.

Na análise do Relato Comunicativo Crítico realizado com o professor 3, o mesmo demonstra possuir certo entendimento acerca da concepção, no que diz respeito a preocupação do Governo Federal em preparar os jovens para atuarem no mundo do trabalho e, também prepará-los para atuarem na sociedade.

[...] esse novo intelectual, a ser formado pela mediação do Ensino Médio, potencialmente preparado para participar ativamente da vida social, política e produtiva, será fruto da nova síntese entre ciência, trabalho e cultura, portanto, capaz de desempenhar suas atividades como cidadão, homem da polis, sujeito e objeto de direito e, como trabalhadores, em um processo produtivo em constante transformação (MATO GROSSO, 2010 p. 67).

Diante das análises dos Relatos Comunicativos Críticos dos professores, é perceptível na prática que o entendimento da concepção de integração e os objetivos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, não foram introduzidos de forma satisfatória no ambiente escolar, deixando lacunas, acarretando com isto prejuízos no processo de ensino-aprendizagem, haja vista que os professores desconhecem algumas concepções daquilo em que estão atuando. Diante disto questiono: como vamos formar preparar os jovens com vista à formação integral, humana e autônoma?

O caminho a ser trilhado para o enfrentamento dos desafios educacionais da contemporaneidade é o fortalecimento da comunicação dos indivíduos, o qual deve sempre pressupor a busca permanente do consenso.

**Quadro 6: Relato Comunicativo Crítico dos professores: Objetivos e funcionamento do EMIEP.**

2º Eixo de Análise	Professora 1	Professora 2	Professor 3
Objetivos e funcionamento do EMIEP	Bom o que eu entendo é que é para trabalhar com projetos, uma forma diferente encontrado pelo governo para melhorar a qualidade na educação. [...] objetivos que é a formação dos alunos do Ensino Médio com habilitação técnica, que era para prepará-los para o futuro, ter uma habilitação técnica de nível de ensino médio, ter um diferencial profissional. Mas pra falar a verdade, foi muito pouco né? Até porque durante os encontros, as reuniões, os professores que eram da área técnica, que estão trabalhando em outros lugares, em outras escolas, por serem interinos, eles mudam muito.	Eu inicialmente realizei algumas leituras em torno do assunto. No meu entendimento um dos objetivos do EMIEP é preparar o aluno do Ensino Médio para um ramo profissional. Aqui na escola o Ensino Médio possui uma habilitação técnica específica, que é realizada automática na matrícula do aluno. Mas quanto aos objetivos de acordo com a Lei, eu não conheço, eu não tenho conhecimento, mas, eu tenho conhecimento na prática de que faltam alguns ajustes para um bom funcionamento, que é mais investimento nesse Curso.	Bom, quanto aos objetivos, o principal objetivo que foi repassado para nós durante o treinamento é que no Brasil todo havia a necessidade né? De mão de obra técnica né? Então, não se tem ainda hoje técnicos suficientes para atender à indústria e eles, o governo precisa colocar né? Os alunos para estar fazendo os cursos. A partir do momento que o governo encerrou os cursos técnicos que existiam nas escolas, houve uma defasagem, então o objetivo era este: em pouco tempo estar repondo essa mão de obra. Então foi um dos grandes motivos que o governo incentivou esses cursos dentro das escolas estaduais.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quando perguntados se conheciam os objetivos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, os professores responderam o seguinte: a professora 1 discorre sobre a necessidade em elevar a qualidade da última etapa da Educação Básica. Assim, os objetivos deste ensino consistem em trabalhar com projetos, sendo que o aluno matriculado no EMIEP, ao final do Ensino Médio, terá a conclusão do Ensino Médio com a Habilitação Técnica e, ao mesmo tempo, dotar o aluno com um diferencial, que é justamente a habilitação técnica do Curso. De acordo com Ciavatta (2005) a concepção de integração expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo.

Entretanto, durante seu relato, a professora 1 esclareceu que a formação e os esclarecimentos acerca do Ensino Médio Integrado deixaram várias lacunas, às quais não foram sanadas, dificultando a compreensão acerca dos cursos técnicos em Vendas e Logística.

Em relação à professora 2, ela coaduna com a professora 1, no que diz respeito à preparação e formação do aluno voltado para o mercado de trabalho, ou seja, o Ensino Médio com uma habilitação técnica, realizada com matrícula única na escola. A professora 2, reafirma desconhecer na íntegra a parte teórica no Documento Base que define o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no qual desenvolvia sua atividade docente, alegando conhecê-lo apenas na prática.

O objetivo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é a formação integral do indivíduo e, sua finalidade é ofertar em um único curso cumprindo duas finalidades complementares, de forma simultânea e integrada, nos termos do projeto pedagógico da escola que decidir oferecer essa forma de profissionalização a seus alunos, garantindo que todos os componentes curriculares referentes às duas finalidades complementares sejam oferecidos, simultaneamente, desde o início até a conclusão do curso (PARECER CNE/CEB Nº 39/2004).

Sob essa ótica, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional deverá se estruturar em consonância com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura um componente da formação geral, articulada com o trabalho produtivo (REGASTTIERI, 2010).

Assim, o professor 3, no seu relato abordou a necessidade em preparar os jovens para um ramo profissional, já mencionado nos Relatos Comunicativos Críticos das professoras 1 e 2, porém, o professor 3, trouxe durante a sua fala, os motivos pela implantação do Decreto Presidencial nº 5.154/2004, que dá vida ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.



De acordo com o professor 3, após a revogação do Decreto Presidencial nº 2.208/97, o Brasil, encerrou por um certo período a oferta de ensino profissionalizante, haja visto que no Decreto Presidencial nº 2.208/97, a forma como estava posto, ofertado de forma aligeirado e desvinculado da Educação Básica, voltado a atender unicamente o mercado de trabalho, não contemplando a formação humana integral. O termo aligeirado é utilizado para exemplificar os cursos de curta duração, cujas disciplinas são todas específicas do curso em questão, não há uma articulação, uma integração entre o Ensino Médio e o ensino profissional, ao contrário, o ensino profissional era ofertado independente do grau de instrução do candidato, direcionado apenas para a formação técnica, independente da Educação Básica.

É importante destacar que durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), os debates em torno da Educação Profissional foram retomados, sendo então criado o Decreto 5.154/2004, com vista à formação integral dos jovens educandos, cuja finalidade consiste na preparação para o mundo do trabalho e a formação da cidadania.

[...] um tipo de Ensino Médio que garanta a integralidade da educação básica, ou seja, que contemple o aprofundamento dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, como também objetivos adicionais de formação profissional numa perspectiva da integração dessas dimensões [...] (BRASIL, 2010, p. 18).

De acordo com Ramos (2005), a concepção de Ensino Médio Integrado, discute sobre os sentidos da integração no Ensino Médio, apresentando três sentidos que se complementam na compreensão da proposta de ensino médio integrado: em sentido da formação omnilateral<sup>11</sup>; em sentido da indissociabilidade entre educação profissional e educação básica; e integração no sentido de integrar conhecimentos gerais e específicos como uma totalidade.

- a) ontológico, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;
- b) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseados em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos (RAMOS, 2005, p. 49).

---

<sup>11</sup> O termo Omnilateral - educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana, ou seja, aquela que reintegra as diversas esferas da vida humana que o modo de produção capitalista prima por separar.

Pelas análises de Ramos (2005), a integração no sentido omnilateral da qual trata é um sentido filosófico, onde o termo trabalho assume duas dimensões, em sentido ontológico e em sentido histórico, ou seja, o trabalho em sentido ontológico é processo inerente à formação e realização humana. Em sentido histórico ou econômico, é visto sob a forma de produção da existência humana, com base em um determinado modo de produção. O segundo sentido proposto por Ramos (2005) é o de indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; trata-se das formas de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional e, por último, o terceiro sentido é a integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade curricular.

Nesse sentido, a Educação Profissional, promoverá a formação de jovens com autonomia a partir da integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, cuja finalidade é integrar os conhecimentos específicos com os conhecimentos gerais, com vista à formação plena do indivíduo, na tentativa de formar jovens com identidades próprias, íntegros, emancipados, capazes de fazer uma leitura completa da sociedade, na qual estão inseridos e principalmente que atuem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Freire (1987, p. 186) “a educação é humanização, e para além do tecnicismo, é responsável por formar o ser humano em sua totalidade”.

**Quadro 7: Relato Comunicativo Crítico dos professores: Elementos Obstaculizadores**

Eixo 3	Professor 1	Professor 2	Professor 3
Elementos Obstaculizadores	Olha é difícil falar sobre isso né? Mas tem uma coisa que é bastante clara, a falta de investimento no profissional dessa área técnica, fez com que a escola trocasse muito de professores e o mesmo professor lecionava, cinco, quatro matérias diferentes, mas eles mesmos não receberam nenhuma formação específica, porque, esse profissional, não é professor, ele é um contador, um administrador, ele tem o conhecimento na área e trabalha com o Ensino Superior e não no Ensino Médio e em momento algum eles receberam qualquer tipo de formação para isso. Outra coisa também é o fato dessa mudança constante de professor, acredito que na escola, dois ou três professores no máximo, entre as 17 e 18 matérias que eles têm	A proposta do EMIEP é boa, mais está precisando de alguns ajustes, de melhorias, mas isso tudo depende do governo, do direcionamento que ele dá. Mas eu acho que o principal é a falta de investimento em projetos, a questão estrutural, pois a escola não possui acervo de livros disponível para o Curso Técnico e, não possui laboratório específico para as aulas, então as aulas se resumem apenas em textos mesmos.	Foi na parte técnica, que mais assim, teve problemas, por conta que os professores não tinham o material específico, como Cuiabá demorou a mandar o material, então, eles não tinham como fazer um trabalho melhor, porque, eles não tinham uma base a seguir. Na montagem da Matriz, nós também não tivemos apoio para montar essa Matriz, então nós tivemos que buscar informações de pessoas ligadas à área técnica né? Essas pessoas que contribuíram não tinham vínculo com a escola, mas foram importantes para a gente conseguir montar essa grade curricular, depois que a gente conseguiu

	acompanharam a turma. E isso era uma das propostas do Estado, que os professores continuassem nas turmas, mas os professores interinos não têm a garantia de permanecer na escola, esse foi com certeza um dos pontos de obstáculos negativos do Curso aqui na escola. Outra coisa é que não houve, não existe na verdade parceria em termo das indústrias com a escola né.		montar a grade curricular e a Ementa de cada disciplina, aí não conseguia o material para poder ir trabalhando. O professores tiveram que praticamente montar o material para trabalharem, então no início não ficou um trabalho 100%. Ficou assim, improvisado. Porém existia outro problema, era a questão da didática da área técnica, e a dificuldades em passar o conteúdo.
--	--	--	--

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

Durante os Relatos Comunicativos Críticos foram questionados sobre os elementos Obstaculizadores. Este foi o momento do desabafo dos professores participantes, uma vez que todos concordaram que houve defasagem na preparação do corpo docente para receber o curso técnico em Vendas e Logística na escola. Dessa forma, a professora 1 e o professor 3 concordaram que um dos principais obstáculos identificados por ambos, se encontrava no quadro de profissionais da base técnica do curso, uma vez que os mesmos possuíam a formação de bacharéis e não possuíam didática para atuarem em sala de aula. Para agravar ainda mais a situação, ocorreu durante o ano letivo a troca de professores, uma vez que os mesmos possuíam contratos temporários e, com o surgimento dos problemas, muitos dos professores técnicos optaram por rescindirem seus contratos. Tal fato contribuiu para que, os professores que permaneceram aumentassem sua carga horária, ampliando o número de disciplinas técnicas.

Outro ponto em comum entre os Relatos dos professores foi em relação aos livros didáticos, pois no início do ano letivo, a Secretaria de Educação não disponibilizou o material de trabalho, acarretando prejuízo no processo ensino aprendizagem. O professor contratado acabava montando seu material de trabalho, de acordo com a sua visão técnica e, com a rotatividade de professores, ocorria que o professor contratado abandonava aquele material e inseria um novo material, acarretando prejuízo para os alunos, uma vez que sempre que mudava de professor, o novato não concordava com o conteúdo trabalhado, alegando que não era esse o conteúdo e mudava tudo novamente.

A professora 2 e o professor 3 concordam em relação aos investimentos estruturais, pois as mudanças, as reformas na infraestrutura deveriam ter sido realizadas, antes do início

do curso, de acordo com a proposta do Governo Federal (BRASIL 2012) que orientava “[...] construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais, aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade do ensino médio.”

Entretanto a mesma só foi realizada após ter iniciado o ano letivo, tal como o recebimento de livros para o acervo da biblioteca, adequações no laboratório já existente, recebimento de aparelhos de ar condicionado. Sendo assim, o primeiro ano da implementação do curso na escola passou por grandes desafios, sendo sanados somente nos anos posteriores.

**Quadro 8: Relato Comunicativo Crítico dos professores: Sugestões de Melhorias**

4º Eixo de Análise	Professora 1	Professora 2	Professor 3
Sugestões de Melhorias	[...] alguns alunos acabaram se encontrando em termos profissionais, eles viram tanto na Venda, quanto na Logística um gancho para irem para o mercado de trabalho, mas não só para o mercado de trabalho, irem também para uma Universidade, irem além, na questão da formação dele próprio. Então, despertou no aluno, uma visão diferente.	[...] a proposta é boa, mas está precisando de alguma melhoria, mas tudo depende do Governo e do direcionamento que ele dá. Para mim seria a reformulação da grade curricular, convênios com empresas de acordo com o curso específico, estágios para os alunos e laboratórios.	O EMIEP é bom, ele, se fosse levado a sério. Eu acho que deveria ter feito um treinamento para todos os professores, inclusive da área técnica e, junto com esse treinamento, deveria ter feito a organização dentro da escola a parte física. Teria que ter feito a mudança na infraestrutura antes de iniciar o Curso.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Como tudo que é novo traz mudanças, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional foi implementado na escola cheio de dúvidas e incertezas, com carência de profissionais habilitados e preparados, marcado pela rotatividade de profissionais, com a falta de entendimento e aplicação do conceito de integração, insuficiência ao entendimento das concepções sobre a forma integrada do Ensino Médio com a Educação Profissional. A Integração segundo Regattieri, (2010, p. 154) “deve nascer na escola, caso contrário, corre o risco de tornar-se tema gerador”. Assim, para o curso técnico integrado ao Ensino Médio, é exigida uma nova concepção: a integração.

Outros pontos destacados foram a inexistência de material pedagógico e adequações físicas, entretanto os obstáculos foram sendo sanados e após os relatos dos professores, os mesmos deram sugestões para elevar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, melhorar o processo de ensino aprendizagem.

Segundo o documento Mato Grosso (2010):

É fundamental que a escola incorpore a noção de uma escola que não tenha apenas objetivos profissionalizantes, mas que também garanta ao educando a liberdade de escolha e iniciativa, o desenvolvimento intelectual, não limitando seus futuros possíveis por meio do trabalho meramente instrumentalizado, voltado para o ingresso no mercado de trabalho, desenvolvendo, também, a consciência crítica (MATO GROSSO, 2010, p. 101).

Quanto às sugestões os professores foram unânimes, alegando que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é bom. De acordo com a professora 1, o curso é bom e muitos alunos conseguiram ingressar tanto no mercado de trabalho, quanto nas universidades.

A professora 2 destaca a importância do estágio para os alunos dos cursos Técnicos, identificando os pontos positivos e a necessidade de reformular a grade curricular, mesmo não apresentando nenhuma sugestão quanto à formulação da mesma. Já, o professor 3 levantou a necessidade de se realizar uma formação para os professores técnicos.

Analisando o relato do professor 3, a formação não deve ser direcionada apenas aos profissionais técnicos e sim uma complementação pedagógica para todos os professores, das disciplinas profissionais e da base nacional comum, com noções mais aprofundadas dos cursos ofertados pela escola, o técnico em Vendas e o Logística.

A Escola Estadual Major Otávio Pitaluga, como qualquer outra escola da rede estadual de Mato Grosso e do Brasil sofre com a rotatividade de professores, às vezes sem a opção de escolha, contrata profissionais que possuem conhecimento sobre o assunto, porém não possuem didática para lidar em salas de aulas que possuem em média 35 a 40 alunos. De acordo com Regattieri (2010, p. 216) “há que ter um mínimo de domínios gerais; não se pode recrutar qualquer profissional que tenha um domínio ou habilidade específica e jogá-lo numa sala”.

No curso técnico, a realidade ainda é pior, muitos profissionais da área técnica fazem bacharelado para serem profissionais liberais; depois de formados é que descobriram a possibilidade de se tornarem professores (REGATTIERI, 2010).

**Quadro 9: Relato Comunicativo Crítico do Diretor e Coordenador: Concepção sobre o EMIEP.**

1º Eixo de Análise	Diretor	Coordenador
Concepção do EMIEP	O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é um Programa do Governo Federal em parceria com o Estado, que no caso é a SEDUC/MT. É uma proposta do Ministério da Educação que pretende reestruturar o Currículo do Ensino Médio Regular. A base Comum juntamente com o ensino profissionalizante e buscando assim, garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, e propiciem o desenvolvimento pleno do processo de ensino aprendizagem de forma que possa atender ao mercado de trabalho e também a formação humana, social e também cognitiva do aluno.	Olha esse é um Programa de governo, que está aqui na escola né? Porque um programa de educação não é um ano, dois, três ou até mesmo quatro anos né? Não é tempo para você dizer: Olha já está funcionando! Em educação as coisas demoram um pouco para acontecer, mas pelo que eu tenho visto no sistema EMIEP, a minha opinião particular e sincera é somente na questão de recursos, a diferença é só essa.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

É possível perceber, pelo relato do diretor, que ele demonstra ter conhecimento e entendimento da proposta do Governo Federal, no momento em que colocou que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é uma proposta voltada à formação plena do jovem educando, com vista à formação humana e à formação para o trabalho.

Contudo, no relato do coordenador, percebe-se a concepção que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional ainda é novo na escola e, não tem como realizar uma avaliação mais detalhada. Segundo ele, um programa de educação, leva-se vários anos para se colher os frutos e ainda alega que as mudanças ocorridas até então são direcionadas apenas às questão dos recursos materiais, que o ensino continua sendo desenvolvido na escola, tal qual nos anos anteriores.

De acordo com Gabassa (2007), a escola para atuar frente à nova realidade necessita do entendimento da concepção integrada entre todos os envolvidos que compõem o ambiente escolar, para exercer com êxito sua função educativa e formativa. A escola não se faz apenas a partir de um agente educativo, mas que é preciso o envolvimento de toda a comunidade para uma educação de qualidade, que seja efetivamente para todos e todas.

Para Regattieri “a escola é, sobretudo, o lugar da reelaboração do saber, mas as relações de saber se dão fora da escola, incluindo aí o saber elaborado em tramas que acontecem nas comunidades de práticas, onde trabalhadores exercem seus ofícios, sua arte”. (REGATTIERI, 2010, p. 220).

Nesse momento o diretor diverge da opinião do coordenador. Para o diretor a concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional entre o Ensino Médio e a

Educação Profissional em um mesmo currículo, está clara. Para o coordenador, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional diz respeito apenas aos recursos.

**Quadro 10: Relato Comunicativo Crítico do Diretor e Coordenador: Objetivos do EMIEP**

2º Eixo de Análise	Diretor	Coordenador
Objetivos e funcionamento do EMIEP?	São objetivos do EMIEP: reestruturar o currículo; fortalecer o processo de ensino aprendizagem; ampliar o tempo dos estudantes na escola; desenvolver projetos interdisciplinares; garantir uma formação integral do aluno. E como objetivo principal inserir o aluno no mercado de trabalho e também contribuir com a formação cognitiva, ou seja, contribuir para o processo ensino- aprendizagem, interdisciplinar. Aí o conhecimento da base comum, ou seja, o ensino da matemática, física, história, sociologia com a base técnica que são os conhecimentos específicos de cada modalidade, no caso o Curso de Logística e o Curso de Vendas.	Eu vejo assim, me parece que cada governo que entra quer modificar alguma coisinha para justificar o governo dele, é essa a minha opinião né? E o que leva a isso? Isso é muito complicado para a educação, porque eu acho que a educação é um processo que tem que ter uma sequência, tem que haver sequência e aí o que acontece? Não tem sequência. Aí inventa uma coisa aqui, inventa outra coisa ali, aí coloco um recurso, coloca alguma coisinha e para dizer que é diferente, coloca uma nomenclatura diferente, para dizer que inovou, implantou alguma coisa né?

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quanto aos objetivos, foi identificado no Relato Comunicativo Crítico do diretor da escola que os mesmos estão direcionados à reestruturação da grade curricular com a ampliação da carga horária, cujo intuito é elevar a qualidade do ensino-aprendizagem, garantindo uma formação integrada e sólida, de forma interdisciplinar, integrando a formação geral com a formação específica, com vista à formação humana e cidadã e, ao mesmo tempo preparar os jovens para atuarem no mundo do trabalho. Para Ciavatta (2005, p.83), o termo de formação integrada “participa de um outro movimento da sociedade através daqueles que têm poder de gerar novos fatos ou de gerar novos discursos”.

No entanto para o coordenador, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, implementado pela SEDUC/MT na Escola EMOP, faz parte de uma estratégia de governo, no qual cada governo utiliza de certos meios para justificar as mudanças oriundas durante o seu mandato. O mesmo deixa claro que as mudanças na educação levam anos para perceber as diferenças e, que o ensino precisa ter uma sequência, não basta apenas mudar o nome do curso, ou nomenclatura do mesmo, é preciso ter sequência para se alcançar êxito.

O relato do coordenador é um momento de reflexão, pois devemos ter o cuidado para não cair na banalização do ensino, mudar apenas por mudar, pois todas as mudanças necessitam que todos estejam envolvidos. Para que tal mudança tenha sucesso é necessário o

engajamento de toda a comunidade escolar, caso contrário, os programas são implementados e em seguida extintos.

A concepção de educação, como processo de formação humana, pressupõe um professor reflexivo que se pergunta sobre o que fundamenta o seu pensamento pedagógico, a sua concepção de ser humano, de mundo e de sociedade e como isso se relaciona com a sua concepção de educação e suas práticas pedagógicas e, principalmente, qual a sua postura frente ao mundo, à sociedade e ao sentido do conhecimento: uma concepção da escola com o princípio da educação como direito para todos. Uma educação de qualidade que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade, o acesso à cultura (RAMOS, 2005).

Atualmente a Escola Estadual Major Otávio Pitaluga não oferta mais o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Vendas e Logística. Como já relatado, em 2012, houve a visita de técnico do MEC para verificar a possibilidade da construção de laboratórios e do refeitório, por falta de espaço para realizarem as futuras construções o MEC indicou a terminalidade dos cursos em andamento. De acordo com a SEDUC/MT (2010, p.69) “é necessário construir condições materiais que permitam de fato a ampliação de oportunidades, assegurando a qualidade de ensino”. As últimas turmas do técnico em Vendas e em Logística encerraram em março de 2013. Em agosto de 2013, as escolas aderem ao Ensino Médio Inovador.

Tais etapas com terminalidade conforme orienta o Artigo 23 da LDBEN. Os alunos concluintes de uma dessas referidas “etapas com terminalidade”, com perfis profissionais claramente definidos, farão jus aos respectivos certificados de qualificação técnica de nível médio, da mesma maneira que aqueles que concluírem uma etapa pós-técnico de nível médio, como especialização, farão jus ao correspondente certificado de especialização técnica.

**Quadro 11: Relato Comunicativo Crítico do Diretor e Coordenador: Elementos Obstaculizadores**

3º Eixo de Análise	Diretor	Coordenador
Elementos Obstaculizadores	O processo de implementação do EMIEP na escola, foi um processo rápido, construtivo é claro. E por mais que tenha sido um processo construtivo nós encontramos muitas dificuldades em encontrar profissional que conseguisse articular, engrenar a base comum com a base técnica né? A base comum foi mais fácil, mas a base técnica deixou muito a desejar, haja vista que, os profissionais que assumiram as aulas, eram administradores,	Desmotivação, falta de uma..., é, algo que se juntasse com o que o aluno está aprendendo com a prática, eu acho que tinha que ter isso, o aluno está aqui, por exemplo tem 60 alunos aqui, eles tinham que já estar fazendo tipo um estágio, mais um estágio bom, não um estágio assim simples né? Eles teriam que estar trabalhando que pudesse contribuir com a empresa e é isso que o



	<p>contadores, tinham especialização, possuíam formação em bacharéis, mas não tinham a licenciatura, ou seja, eles não passaram por um processo de formação voltada para a sala de aula de forma que pudessem fazer um feedback bacana. Acredito que esse tenha sido um dos grandes obstáculos e, também os formadores dos professores da base comum é (...), não conseguiram entender muito bem a proposta, então dificultou muito esse processo de interdisciplinaridade dentro do EMIEP, que era um dos objetivos maiores né?</p>	<p>governo não faz. O governo joga o EMIEP pra ser cumprido, aí ficamos nós aqui igual doido batendo a cabeça igual doido tentando ajeitar, não, era o governo tinha que fazer.</p>
--	--	---

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

Nas análises dos elementos Obstaculizadores ficaram evidentes dois elementos, abordados pelos professores investigados e pelo diretor da escola. Os dois grandes obstáculos foram a carência de professores com habilitação técnica e a ausência dos mesmos na formação continuada, momento este onde eram realizados os repasses e as informações sobre o EMIEP. A falta de compreensão da concepção integrada do EMIEP, a falta de contextualização dos conteúdos do Ensino Médio às competências da habilitação profissional, também contribuíram para desenvolver um planejamento coletivo das atividades para ocorrer de fato a integração necessária para articular a teoria com a prática. Nesse sentido, “as disciplinas escolares, sendo consideradas como acervos de conteúdos de ensino, isoladas entre si e desprendidas da realidade concreta da qual esses conceitos se originaram, não permitem compreender o real” (RAMOS, 2005, p. 116).

O diretor faz um destaque em relação à dificuldade enfrentada por ele durante seu primeiro mandato (2012-1013), foi a falta de informações que os professores possuíam acerca da concepção de integração, refletindo na interdisciplinaridade<sup>12</sup>. Santomé (1998), explica que a denominação de currículo integrado tem sido utilizada como tentativa de contemplar uma compreensão global do conhecimento e de promover maiores parcelas de interdisciplinaridades na sua construção.

Para o coordenador, durante o curso, os alunos e professores estavam desmotivados, pois não havia um elo que ligasse a teoria com a prática, ou seja, o estágio. É nesse ponto que o coordenador deixa claro a sua indignação, pois, para ele, se é um curso técnico, o próprio governo deveria estabelecer, criar parcerias com as empresas, estabelecendo estratégias que

<sup>12</sup> De acordo com Santomé (1998), o termo interdisciplinaridade surge ligado à necessidade de superação da esterilidade acarretada pela ciência excessivamente compartimentada e sem comunicação entre os diversos campos. O termo poderia ser reservado à inter-relação de diferentes campos do conhecimento com finalidade de pesquisa ou solução de problemas.

estimulassem as empresas a aceitarem esses alunos como estagiários. Ele ainda destacou a necessidade do estágio ser desenvolvido desde o primeiro ano do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Essas mudanças na educação são desafiadoras. Haja vista que o mundo se encontra em constante mudança.

Sobre o assunto, Sacristán e Pérez Gómez (1998) destacam:

O conceito de aprendizagem é um conceito prévio, um requisito indispensável para qualquer elaboração teórica sobre o ensino. [...] a teoria e didática necessitam de um corpo de conhecimentos sobre os processos de aprendizagem que cumpra duas condições essenciais: abranger, de forma integral e com tendência holística, as diferentes manifestações, processos e tipos ou classes de aprendizagem; manter-se apegado ao real, sendo capaz de explicar não apenas fenômenos produzidos no laboratório, em condições especiais, mas também a complexidade dos fenômenos e processos da aprendizagem na aula, em condições normais da vida cotidiana (SACRISTÁN; PÉREZ GÓMEZ, 1998, p.47).

Diante do exposto, coaduno com o coordenador, pois o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional implantado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), enquanto política educacional, tem como proposta de educação um diferencial, contribuindo para romper com a dualidade na oferta de ensino. Todavia, o Governo estadual deve proporcionar mais facilidades para os gestores das escolas no que diz respeito aos estágios, pois até o presente momento, a responsabilidade em conseguir parcerias ficou exclusivamente para o diretor da escola. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é mais do que uma questão metodológica. É uma questão de princípios, objetivos e vivências de possibilidades formativas que contemplem as necessidades sociais, culturais e econômicas dos jovens que o procuram.

**Quadro 12: Relato Comunicativo Crítico do Diretor e Coordenador: Sugestões de Melhorias**

4º Eixo de Análise	Diretor	Coordenador
Sugestões de melhorias	Os pontos positivos é que os nossos alunos, muitos deles, conseguiram durante e a após o EMIEP se manter no mercado de trabalho, exercendo a profissão, a formação que eles tiveram durante o curso no mercado de trabalho, nas lojas, nas empresas. [...] conseguimos formar parcerias com algumas empresas, com lojas, com uma rede de supermercado, algumas transportadoras também nos procurou para que estes alunos pudessem ser encaminhados para entrevistas e alguns deles conseguiram sucesso. A minha sugestão é que dentro do EMIEP, tem que ser trabalhado realmente uma formação	O governo tinha que fazer uma lei obrigando as empresas receber todos os alunos do ensino técnico, por exemplo, obriga e a empresa vai lá é obrigada a ter um, dois alunos. Aí o aluno vai estar lá dentro aprendendo, todos os dias, desde o primeiro dia de escola o último dia, aí sim, ia ter funcionamento. Ligar a prática com a teoria, porque o aluno fica aprendendo um monte de teoria, como ele vai colocar em prática essas teorias? Onde ele vai ver aquilo, ter respostas do que ele aprendeu, tem que ter respostas

	<p>voltada para o corpo docente. Trabalhar mais a concepção de interdisciplinaridade, de maneira que deixe claro o envolvimento das diferentes áreas do conhecimento da base comum com a base técnica, precisaria reforçar na formação desses profissionais a didática, como trabalhar com alunos, como transmitir conhecimentos, como aprender, ensinar e aprender com o aluno e buscar mais parcerias com o mercado de trabalho, mostrar também essa modalidade de trabalho.</p>	<p>para tudo o que ele aprendeu, aí sim.</p>
--	--	--

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

Em relação às sugestões para as melhorias, tanto o diretor quanto o coordenador em seus relatos abordam novamente a questão da necessidade de ampliar o número de alunos estagiando nas empresas, pois só assim o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional da escola EMOP estaria cumprindo com as exigências estabelecidas pelo Decreto Presidencial nº 5.154/2004, ou seja, todos os alunos realizando o estágio nas empresas.

Dessa forma, poderiam relacionar a teoria com a prática no dia a dia. Vale ressaltar que muitos desses alunos não foram agraciados com as vagas disponibilizadas pelas empresas abertas para os alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, fato este que gerou a desmotivação, principalmente, no último ano do curso.

De acordo com Ciavatta (2005):

Tanto os processos de ensino-aprendizagem como de elaboração curricular devem ser objeto de reflexão e de sistematização do conhecimento através de disciplinas básicas e do desenvolvimento de projetos que articulem o geral e o específico, a teoria e a prática dos conteúdos, inclusive com o aproveitamento das lições que os ambientes de trabalho podem proporcionar (visitas, estágios etc.) (CIAVATTA, 2005, p. 100).

Diante do exposto é necessário refletir sobre o processo do ensino e da aprendizagem planejada para os estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional valorizando sua cultura e o conhecimento adquirido no elo familiar, pois isso é de grande relevância para envolver o Ensino Médio com a Educação Profissional, pois não se pode esquecer que os jovens participantes na pesquisa, matriculados nessa modalidade de ensino, serão os futuros profissionais, que atuarão em diversos ramos da sociedade. Nesse contexto, cabe a nós professores, capacitá-los, pois quanto mais preparados, melhores serão os profissionais, quanto mais comprometidos, melhor será seu desempenho em prol da sociedade.

Assim, os jovens educandos concluintes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, egressos com uma formação científico-tecnológica e sócio histórica de

qualidade, terá condição necessária para o exercício de uma cidadania que compreende o direito universal de participar da produção e do consumo de bens materiais, culturais e políticos (KUENZER, 1997).

Outro ponto destacado pelo diretor que já foi mencionando nos relatos anteriores é a necessidade de se investir mais na formação dos professores que atuam na base geral e, principalmente, nos docentes que atuam na base técnica, haja vista que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional para se consolidar enquanto política pública necessita ter docentes comprometidos com esta modalidade de ensino.

Os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de Mato Grosso dão continuidade ao que vem sendo estabelecido pelas Orientações Curriculares para a Educação Básica, num processo de elaboração coletiva dos educadores.

Diante do exposto, o EMIEP, para obter êxito na Escola EMOP, demandaria que todos os docentes estivessem envolvidos, em busca da eficácia, que pesquisassem, que lessem os documentos acerca dos cursos técnico em Vendas e técnico em Logística, participassem efetivamente da formação continuada, pois são nesses encontros que ocorrem as trocas de experiência, os debates acerca dos documentos orientativos, tão importantes para a prática pedagógica. Em relação a rotatividade de professores é imprescindível a realização de concursos para que os docentes envolvidos sejam de caráter permanente na escola, ou seja, pertençam ao quadro de efetivos da unidade escolar. De acordo com Freire (1997, p.39) “na formação permanente de professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Nessa direção, Freire (1997) discorre sobre o ato de ensinar:

O ato de ensinar não é meramente transferir conhecimentos, conteúdo ou formar, é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. [...]. Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa (FREIRE, 1997, p 23).

O Grupo de Discussão Comunicativo Crítico foi utilizado com os alunos do terceiro ano Técnico em Vendas e Logística. No terceiro ano Técnico em Vendas foi realizado dia 05 de fevereiro de 2014. Nesse dia ocorreu a falta de um professor e obtive a permissão da coordenação da escola para realizar a dinâmica do Grupo de Discussão Comunicativo Crítico

com os alunos e, teve a duração de 110 minutos, ou seja, o tempo de duas horas-aula. Tal fato contribuiu para que a dinâmica iniciasse e terminasse no mesmo dia.

No primeiro momento foi utilizado trinta e três minutos, explicando a técnica do Grupo de Discussão Comunicativo Crítico, o tema da pesquisa, objetivos e a importância dos alunos para a realização da mesma. Em seguida iniciamos a discussão com a participação dos alunos no Grupo de Discussão, cuja duração foi de 72 minutos.

No mesmo dia a professora de matemática cedeu sua aula no 3º ano do Curso de Logística. Dessa forma, foi apresentada a técnica, como funcionava o Grupo de Discussão para a referida turma, explicando os objetivos, a importância da pesquisa e a participação dos mesmos, esse primeiro encontro teve a duração de 45 minutos e 17 segundos.

No dia 19 de fevereiro de 2014 foi realizado o segundo encontro com os alunos do 3º ano de Logística para finalizar as discussões do Grupo de Discussão Comunicativo Crítico e o mesmo teve duração de 52 minutos e 32 segundos.

Assim, o presente eixo de análise teve por intuito identificar a opção pela escola e pelo Curso e também compreender o que os alunos matriculados nessa modalidade de ensino pensam acerca da concepção e dos objetivos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Para realizar as análises do Grupo de Discussão Comunicativo Crítico com os alunos, optei por utilizar quatro eixos básicos, assim apresento os seguintes temas:

- 1-A opção pela escola;
- 2- Opção pelo EMIEP;
- 3- Elementos Obstaculizadores;
- 4- Sugestões e melhorias.

**Quadro 13: Grupo de Discussão Comunicativo Crítico com alunos: Opção pela Escola**

1º Eixo de análise	3º Ano Vendas	3º Ano Logística
	<p>É, assim, porque das escolas de ensino estadual, a escola EMOP é a uma das escolas mais bem informada, então eu acho que o estudo do ensino estadual seria o EMOP.</p> <p>Pela fama, e pela segurança. Eu estou aqui há três anos e nunca vi nada de violência.</p> <p>Eu vim pra cá porque tinha o Curso Técnico.</p> <p>Quando minha mãe visitou a escola, ela gostou do sistema.</p>	<p>Eu optei porque minha mãe estudou aqui, ela falava muito bem do colégio, que o ensino era bom.</p> <p>Porque eu sonhava em estudar na escola EMOP. Eu via as pessoas com o uniforme, eu achava a coisa mais linda do mundo e eu falava para minha mãe um dia eu vou estudar lá.</p> <p>Eu vim porque meus amigos me chamaram (risos) para estudar aqui, porque diz que aqui é a melhor escola de Ensino Médio.</p>

Opção pela escola	<p>Então..., eu ouvi falar que a escola era uma escola boa e, a escola só tinha Ensino Médio.</p> <p>Eu vim por causa das referências, é que eu ouvi falar que aqui os professores são mais dinâmicos e, que o Ensino Médio aqui era diferente das outras escolas, que tinha um diferencial.</p> <p>No meu caso também foi por causa das referências, eu tenho uma parente que estudava aqui, [...] aí ela dizia que a escola era ótima, que o curso era bom e, que a escola era muito boa.</p> <p>Eu porque, o meu pai queria que eu estudasse aqui, porque meu irmão, já estudava aqui e, porque tinha o técnico.</p> <p>Primeiramente, eu vim porque lá na minha escola falavam que a escola EMOP era uma escola muito boa, por causa das referências, na minha escola, a maioria das pessoas que eu conheço tinham vindo para cá, todas as pessoas, praticamente do Santo Antônio tinham vindo para cá.</p>	<p>Eu vim para a escola EMOP, porque é a escola mais próxima da minha casa (riso) que tem o Ensino Médio.</p> <p>Eu vim para a escola EMOP, pensando no meu bem, futuro (muitas risadas), porque fiquei sabendo que aqui tinha só Ensino Médio e muita menina bonita (risadas).</p> <p>Por que sempre ouvi falar que era um local bom, onde o estudo era bom.</p> <p>Porque assim, toda a cidade, assim, sempre falou que o EMOP era um local que o estudo era bom, tipo assim, o melhor.</p> <p>Eu escolhi por causa da referência, porque o que mais se fala é do La Salles e do EMOP. Então eu optei pela EMOP.</p>
-------------------	---	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

As turmas do Técnico possuem um número reduzido de alunos, o EMIEP em Vendas possui dezoito alunos, mas no dia da realização do Grupo de Discussão Comunicativo Crítico, apenas quinze alunos estavam presentes, e na turma de Logística estavam presentes quinze alunos. As discussões do grupo foram muito importantes para a realização da pesquisa, pois para muitos alunos foi o único momento em que os mesmos foram ouvidos.

Os motivos pela existência de vagas ociosas nas turmas dos terceiros anos técnico em Vendas e em Logística são: não recebimento de novos alunos transferidos de outra unidade escolar, por falta de critérios para isso. Mas a causa principal foi a transferência dos alunos para o período noturno. Durante o ano letivo vários alunos conseguiram ingressar no mercado de trabalho, optando assim, pela desistência do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e, matriculando-se no Ensino Médio Regular. Outros alunos mudaram de cidades ou, até mesmo de escola.

Dessa forma, quando questionados a respeito da opção pela Escola Major Otávio Pitaluga, vale aqui ressaltar que este foi um dos momentos em que os alunos mais participaram, sentiram-se descontraídos para relatarem os reais motivos da opção pela Escola. As duas turmas praticamente foram unânimes, a opção ocorreu mediante as referências de amigos ou parentes que estudam ou estudaram na escola e também pelo fato de a Escola possuir apenas o Ensino Médio nos três períodos e ser considerada por muitos como a melhor escola da cidade.

**Quadro 14: Grupo de Discussão Comunicativo Crítico com alunos: Opção pelo EMIEP**

2º Eixo de análise	3º Ano Vendas	3º Ano Logística
Opção pelo EMIEP	<p>Eu optei pelo Vendas, porque, ah, vai ser mais um Curso que eu vou ter na minha vida, na minha carreira né? Um Curso de Vendas.</p> <p>Eu optei pelo Curso de Vendas, porque eu queria ter um diferencial, eu não queria só entrar e fazer um curso regular, eu queria mesmo uma coisa, que se destacasse aí eu optei pelo de Vendas.</p> <p>É quando eu vim pra EMOP, eu também tinha a intenção de entrar no Logística e, pra ser sincero eu até menosprezava o Curso de Vendas mas, é, era uma ideia que eu tinha né, uma visão que eu tinha completamente baseada em nada, porque eu nunca tinha feito uma pesquisa tá? Aí eu fui pesquisar né? Aí eu vi que realmente a Venda não era tão inútil assim, eu vi que tudo o que você vai fazer na sua vida, não importa a profissão que você for fazer, você vai vender. Você vai vender seu produto, vender seus serviços. Qualquer coisa que você vai fazer, você vende, a Venda então, está presente em tudo, por isso eu gostei de fazer o Curso em Vendas.</p> <p>Bom, eu e minha mãe, a gente não sabia o que era o Curso Técnico, como eu gostava sempre de estudar de manhã e tinha também a oportunidade de fazer o técnico. Mas na hora da matrícula, como a minha mãe não sabia o que era o Logística, aí ela falou: “vai no Vendas mesmo, porque é melhor para trabalhar.”</p> <p>Na verdade, pra mim, estudar no ensino técnico não foi uma opção, foi uma escolha, eu não conhecia muito sobre o Curso Técnico, eu não sabia direito o que era, eu só sabia direito que eu queria estudar na EMOP e fazer um Curso Técnico, para ter mais facilidade em arrumar um trabalho.</p> <p>Eu optei pelo Curso de Vendas, eu vi que seria bom, porque seriam três anos estudando o Ensino Técnico e, o Ensino Médio, então eu vi que seria melhor.</p>	<p>Bom, era porque eu queria estudar aqui no período matutino e não tinha vaga no regular, então tinha que escolher entre o Logística e Vendas, aí eu achei o nome Logística bonito (riso), aí eu falei para minha mãe; eu quero o Logística (risos).</p> <p>Porque pra estudar de manhã, só tinha vaga no Técnico. Na fila você via que a disputa, mais era por Logística, aí optei pelo Curso de Logística, eu queria descobrir realmente o que era.</p> <p>Bom, eu optei pelo Curso de Logística, por causa do adicional né? No currículo no final do Curso. Eu achei interessante ter esse Curso Técnico em Logística, além do Ensino Médio.</p> <p>Por causa do currículo né? Ter meu diferencial, aí eu falei pra minha mãe que a escola tinha o Curso Técnico de graça (risada) olha a diferença né? (risada), então, por isso que eu optei pelo Curso de Logística (risada). Vai no Logística. Uma área que tá crescendo, que tá precisando aqui na nossa região, aí escolhi o Curso Logística.</p> <p>O curso é incluído na aula, incluído na escola, então eu vou ter que fazer, eu vou ter que vir no sábado, por que eu aposto que se fosse para eu acordar no sábado pra ir pra outro lugar para fazer o Curso, eu não iria, pelo menos eu acho, é minha opinião.</p> <p>Eu também acho que é uma oportunidade fazer o Ensino Médio e já poder ingressar no mercado de trabalho.</p>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Durante as falas dos alunos, foi perceptível que muitos dos alunos matriculados no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas duas modalidades: Vendas e Logística, não conheciam a concepção da modalidade do curso, afirmando que, desconheciam a proposta, a finalidade do Curso Técnico, no qual foram matriculados. Podemos perceber que a opção pela escola e pelo período matutino foi o motivo fundamental pela escolha do curso.

Em relação à turma do Técnico em Vendas, os alunos relataram que a opção pelo curso ocorreu de forma espontânea, que já tinham a intenção em cursar Ensino Médio

Integrado à Educação Profissional. Entretanto, a opção pela modalidade em Vendas ocorreu devido à falta de conhecimento e informação do Curso Técnico em Logística.

Dessa forma os alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Vendas, acreditavam que poderiam ser inseridos com mais facilidade no mercado de trabalho, pois segundo o relato de um dos participantes, o Curso de Vendas, “envolve tudo o que você faz. Você pratica a técnica em Vendas o tempo inteiro”.

Nas turmas do Técnico em Logística e em Vendas, vários alunos optaram pelo Ensino Médio Integrado à Educação Profissional pensando no futuro. Mesmo acreditando não possuir conhecimento sobre a modalidade em questão. Os alunos possuem informação sobre o desenvolvimento e crescimento da empresa ALL em Rondonópolis e, cujo ramo de atividade é a Logística, uma área em ascensão na cidade, que requer vários funcionários. Sendo assim, para os alunos, seria uma oportunidade de estar realizando o Ensino Médio junto com a habilitação técnica. De acordo com Kuenzer (2000, p. 28), “o Ensino Médio deverá responder ao desafio de atender a estas duas demandas: o acesso ao trabalho e a continuidade de estudos, com competência e compromisso”.

Essa é uma das funções do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, garantir a consolidação da cidadania e ao mesmo tempo integrar a educação e o trabalho, este entendido enquanto princípio educativo. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional deve conduzir a preparação de um sujeito ativo, reflexivo, criativo, solidário e autônomo.

**Quadro 15: Grupo de Discussão Comunicativo Crítico com alunos: Você considera que o EMIEP prepara para o mercado de trabalho?**

4º Eixo de análise	3º Ano Vendas	3º Ano Logística
O EMIEP contribui na formação e inserção no mercado de trabalho?	<p>Eu acho que depende dos alunos e também dos professores, por exemplo, quando o aluno quer estudar, ele vai estudar independente, por exemplo, quando começou o Curso Técnico em Vendas, tinha várias salas e assim, vários reprovaram e agora, nós temos uma sala só com 18 alunos, que estudam cada uma da sua forma. Quanto aos professores, nós não temos todos os professores qualificados, acho que ainda faltam professores qualificados para dar aulas para gente.</p> <p>Bom, em relação ao Curso Técnico, sim qualifica, porém, depende de cada aluno, mas eu acredito que deixou muito a desejar porque não foram passados todos os conteúdos que deviam ser passados pro Técnico em Vendas, então deixou muito a desejar nesta questão.</p>	<p>Bom, acho que ambas as opções, sim e não. Porque é dos alunos, pesquisar e aprender e ter um ensino de qualidade, assim, para eles, só que eu acho que o mercado de trabalho é bem diferente da escola, do que a gente tá vendo. Aqui na escola é bastante básico, tem professor que não aprofunda os conteúdos, acho que não é bem aquilo que o mercado quer, é que muitas vezes os professores pegam coisa da internet, passa para a gente. Só teoria, teoria e, a gente precisa da prática e não tem, então, eu acho que o mercado de trabalho é bem diferente do que a gente tá vendo aqui na escola.</p> <p>Na minha opinião, não, prepara para o mercado de trabalho. Ele apenas te dá uma grade para se colocar no seu currículo, aumenta o seu currículo. Assim, teve</p>



	<p>Eu acho que não prepara para o mercado de trabalho, pelo menos, porque desde o 1º Ano, ficou muito na teoria e, esse Técnico, tudo que eu estou estudando aqui, ficou muito na teoria, teve muito conteúdo sim, mas ficou um conteúdo muito repetitivo e, esse, conteúdo ele ficava, sempre na teoria, ele não ia para a prática e, vendas é uma coisa que você tem que praticar, como você vai aprender a vender se não praticar a venda? Então o Técnico em Vendas ele foi uma boa proposta, mas só que eu acho que com o passar do tempo, é foi assim, sendo desestimulado, porque, pela questão dos professores que não queriam, ou pelos alunos que não demonstravam interesse no Curso.</p> <p>É claro que o que vai definir se a pessoa vai ser um bom profissional vai ser ela mesma, eu conheço pessoas que fizeram o Curso Técnico e estudaram em escolas particulares e que hoje trabalham como atendentes em postos de gasolina. Mas o fato da gente estar fazendo o Curso Técnico não significa, porque ele é gratuito, não significa que ele seja inferior aos outros. Eu acredito que, esse Curso, ele deixou muito a desejar, porque foi algo assim, mal planejado, eu acho que eles, começaram com um número de turmas muito grande e, foi algo que em minha opinião, eles não puderam controlar, manter a organização das turmas.</p> <p>Esse Curso aqui não prepara para o mercado de trabalho, igual a faculdade não prepara, a gente vai aprender lá na frente, o ensino te dá conhecimento, apenas uma base.</p>	<p>professores que podia ter explicado coisa de Logística, passado o conteúdo de acordo com o Curso e não passou.</p> <p>Eu discordo, se você conversar com as pessoas do regular e parar para pensar, a gente aprendeu sim, muitas coisas sim, o Curso não foi ruim para nós, ele foi bom sim. Nós fizemos o TCC, aprendemos uma coisa que as pessoas do regular nunca ouviram falar, ah, eu estou preparando para o TCC, aí eles falam O que é o TCC? Como é que faz? As normas da ABNT? Eles não sabem, são poucos que sabem, então a gente aprendeu sim. A gente pesquisou e aprendeu sim, aprendeu a se impor, a se vestir, aprendeu o modo de falar, aprendeu sim, a gente teve um adicional. Se a gente pensar no regular aprendeu sim. O Curso foi bom sim, se fosse para escolher eu escolheria de novo o Técnico.</p> <p>Eu acredito que o Curso Técnico logístico não te prepara para o mercado de trabalho. O Curso tem que se encaixar no sistema de Curso de Ensino Médio. O Curso Técnico normal, você vai ter a matéria e a carga horária, quando encerra aquela matéria e a carga horária, começa outra e no Curso Técnico o EMIEP em Logística, o que você inicia no começo do ano tem que ir até o final do ano, ou seja, tem uma quantidade pequena de matéria que você aprende no terceiro ano em relação ao Curso Técnico separado e eu acho que têm algumas matérias que deveriam aprender e não aprendeu.</p>
--	---	---

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quando foi abordado se o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional contribuía preparando o aluno para o mercado de trabalho, tantos os alunos do 3º Ano técnico em Vendas quanto os do técnico em Logística, demonstraram momentos de dúvida, pois pairou um breve silêncio entre os participantes. Muitos optaram em não responder, pois não sentiram confiança ou não souberam responder. Nesse momento, participaram apenas ouvindo os argumentos dos colegas, fato este que também ocorreu na turma do técnico em Logística. Evidenciamos nos relatos de ambas as turmas uma aproximação entre as respostas, ou seja, parte dos alunos concorda que o Curso é bom e que o mesmo contribui com o diferencial da habilitação técnica. Os alunos são coerentes em suas falas, pois alegam que o EMIEP da escola oferece uma carga horária técnica mínima em relação aos cursos técnicos oferecidos por outras instituições. Entretanto, acreditam que o verdadeiro diferencial está no

próprio aluno, sendo ele o responsável pelos seus estudos. É responsabilidade do aluno pesquisar, estudar, ser o construtor do seu conhecimento.

Nesse contexto, parte dos alunos acredita que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional não prepara para o mercado de trabalho, alega que tal modalidade de ensino deixou a desejar, pois as aulas permaneceram apenas na teoria, muita teoria e pouca prática e, para os mesmos, os professores da área técnica poderiam ter aprofundado mais os conteúdos, haja vista que, os conteúdos foram reduzidos em relação às necessidades reais do EMIEP. Freire (1997, p. 65), explica que “cabe ao professor desejar enriquecer o processo educativo, inovando suas práticas com dinâmicas e estratégias que, além de tornarem as aulas mais agradáveis, favorecem a aprendizagem dos alunos”.

De acordo com Tardif (2002, p. 39), “Os docentes no exercício de suas funções e na prática de sua profissão desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio [...] os quais brotam da experiência e são por ela validados”.

Dessa forma, é papel do professor pensar a sua prática pedagógica, pesquisar, estudar para que o processo de ensino e aprendizagem possibilite aos jovens, principalmente do Ensino Médio, condições necessárias para serem os construtores de seus conhecimentos e que os mesmo possam fazer uma leitura mais ampla da sociedade e, principalmente, integrar-se ao mercado de trabalho. Diante do exposto, Sacristán e Pérez Gómez (1998), discorrem sobre a necessidade de uma maior reflexão acerca da prática pedagógica:

A reflexão implica a imersão consciente do homem no mundo de sua experiência, um mundo carregado de conotações, valores, intercâmbios simbólicos, correspondências afetivas, interesses sociais e cenários políticos. A reflexão, ao contrário de outras formas de conhecimento, supõe um sistemático esforço de análise, como a necessidade de elaborar uma proposta totalizadora, que captura e orienta a ação. (SACRISTÁN; PÉREZ GÓMEZ 1998, P. 369).

Nesse contexto, ficou evidente que os elementos obstaculizadores identificados pelos alunos foram em relação ao conteúdo. Na opinião dos alunos, muitos dos professores permaneceram por um longo período de tempo trabalhando apenas alguns conteúdos e não avançavam, permanecendo basicamente na teoria. É necessário repensar a cada dia a prática educativa. Os professores, para acompanhar o avanço tecnológico, não podem continuar trabalhando com conteúdo baseado apenas em métodos e técnicas: é necessário o domínio de novos conhecimentos e novas habilidades para integrar o conhecimento, a cultura e o trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que norteou a pesquisa consiste em: analisar a compreensão do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e os seus respectivos objetivos, descritos pelo diretor, coordenador pedagógico, professores e alunos. A partir do questionamento foram traçados como objetivos específicos: a) compreender as finalidades do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP – na visão dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa; b) verificar os limites e dificuldades na implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP, na escola investigada.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional constitui-se no objeto da referida pesquisa, haja vista que a promulgação do Decreto Presidencial nº 5.154/2004 que deu origem ao EMIEP propõe romper definitivamente com o dualismo histórico da educação, ou seja: formação propedêutica e a formação técnica. Nessa perspectiva, tal modalidade de ensino possui como função integrar à educação geral a Educação Profissional, ofertada na mesma instituição de ensino, com a realização de matrícula única.

No desenvolvimento do trabalho, os capítulos foram estruturados no intuito de caminhar em direção ao objetivo central da pesquisa, assim, foi abordada inicialmente, no capítulo 1, a trajetória da educação no Brasil, na expectativa de demonstrar a evolução do sistema educacional brasileiro e o caminho assumido pela Educação Profissional. Em seguida, no capítulo 2, foi abordada a questão da pesquisa, que é a promulgação do Decreto Presidencial nº 5.154/2004 e, sua respectiva implementação como política pública educacional do governo federal, direcionado à Educação Profissional e Tecnológica.

O capítulo 3 evidencia a opção pela metodologia e o tipo de instrumento de pesquisa, no qual foram utilizados os relatos Comunicativos Críticos de três professores, um coordenador pedagógico e do diretor da escola. Foi adotado o Grupo de Discussão Comunicativo Crítico com os alunos dos 3 Anos Técnico em Vendas e em Logística e, finalmente, as análises obtidas por meio das entrevistas e, as considerações finais.

Conclui que, mediante aos relatos foi possível: extrair o entendimento que os envolvidos possuíam acerca da concepção, dos objetivos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e, identificar os elementos obstaculizadores que dificultaram a eficácia de tal modalidade de ensino, principalmente no primeiro ano de sua implementação, destacando em seguida algumas sugestões de melhorias.

No que diz respeito aos elementos obstaculizadores identificados pelos sujeitos, os mesmos se aproximaram durante os relatos. Os entrevistados apontaram vários problemas, dentre os destaques: a falta de formação para os professores das disciplinas técnicas.

A formação inicial ocorreu para alguns professores escolhidos por área do conhecimento. Após a formação ficaram responsáveis pela mediação entre os demais profissionais da unidade escola. O problema maior originou-se nesse momento, haja vista, que tais professores não entenderam a proposta do EMIEP e, ao retornar transferiram todas as suas angústias para os demais profissionais, criando naquele momento uma aversão ao EMIEP, que até então não havia de fato iniciado.

De acordo com os relatos, em 2010, a SEDUC/MT ofereceu formação para os professores lotados nas disciplinas técnicas, entretanto, a mesma ocorria paralelamente à sala do educador, deixando a critério do professor a opção pela formação. Sendo assim, os professores que estavam lotados nas duas modalidades de ensino optavam pela formação, cuja carga horária era superior. Fato este que contribuiu para falta de integração entre os professores, principalmente, no momento do planejamento em conjunto e integrado às aulas e às atividades a serem desenvolvidas.

Diante de tantos problemas, ainda, havia a rotatividade dos profissionais das disciplinas técnicas. De acordo com a proposta do governo do Estado de Mato Grosso, os professores lotados no EMIEP teriam a preferência em acompanhar as turmas nos anos seguintes. Porém, os professores contratados não tinham a garantia de permanência na escola. Esse foi com certeza um dos pontos que mais contribuiu para alta rotatividade e, para agravar ainda mais, tais professores são bacharéis e não possuíam didática para atuarem em sala de aula.

Dessa forma, quanto ao envolvimento e condições de trabalho, esses foram os pontos mais discutidos entre os professores, diretor e alunos, participantes. Vale ressaltar que, para que as mudanças obtenham êxito, é necessário que os profissionais sejam valorizados e comprometidos, contribuindo na execução dos projetos da escola, pois o que atualmente observamos, são professores com longas jornadas de trabalho, que prestam serviços em duas ou mais escolas, alternando o público e o privado, dobrando turnos para garantir uma vida financeira mais digna.

No que diz respeito à coleta de dados junto aos alunos, foi adotado como instrumento de investigação, o Grupo de Discussão Comunicativo Crítico, destacando os motivos da

opção pela escola e pelo Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Em seguida, foi possível identificar a compreensão que os alunos possuem sobre o ensino em questão.

A Escola Estadual Major Otávio Pitaluga é uma escola de Ensino Médio. Está localizada no centro da cidade e não possui bairro residencial próximo. A clientela da escola é oriunda de vários bairros. Os alunos que optam pela escola, realmente são atraídos pela referência e *status*, que os mesmos acreditam que a escola proporciona.

Outro ponto importante em relação à escolha pelo curso, de acordo com os alunos, foi o desconhecimento dos objetivos do EMIEP na modalidade que escolheram, o fator fundamental pela opção pela modalidade foi motivada pela escolha da escola, ou seja, eles queriam estudar na escola, pois consideravam a EMOP a melhor escola da cidade, a mesma possui fama de ser uma escola que trabalha de forma diferenciada e que possui os melhores professores, sendo assim, estudar na EMOP é a garantia de *status* entre os demais alunos da rede pública estadual.

Em relação à opção pela modalidade Vendas ou Logística, muitos responderam desconhecer as finalidades da Logística, dessa forma, optaram inicialmente pelo técnico em Vendas, mediante o preenchimento das vagas no EMIEP em Vendas, optaram então pelo EMIEP em Logística.

Outros destaques em relação ao funcionamento do EMIEP apontados pelos alunos, considerados de grande importância para repensar a implementação do EMIEP nas escolas foram: a rotatividade de professores, a falta de sequência de conteúdo, muita teoria, professores das disciplinas técnicas sem domínio de sala e de conteúdo e a falta de livros específicos.

Nas análises obtidas pelas falas dos alunos, o elemento obstaculizador do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional diz respeito aos conteúdos: domínio e o direcionamento dos conteúdos feitos pelos professores da área técnica. Segundo os alunos, os professores da área técnica deixaram a desejar, uma vez que os conteúdos específicos não foram trabalhados de forma aprofundada e não condiziam com as necessidades reais do curso. Sendo assim, os objetivos traçados pelos professores nem sempre correspondiam àquilo que era esperado pelo aluno, contribuindo para que o aluno ficasse alheio em sala de aula, perdendo o sentido no processo educativo.

Esse cenário que se apresentava nos faz perceber que os jovens que procuram o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional possuem muitas expectativas quanto à sua formação profissional, uma vez que muitos buscam nesta modalidade de ensino, um curso em

nível médio, que ofereça uma qualificação diferenciada e que garanta sua atuação e permanência no mercado de trabalho.

Nesse contexto, é necessário desenvolver uma proposta educacional que seja condizente com a realidade do aluno, um projeto contextualizado, elaborado de forma participativa com todo o corpo docente, pautado no diálogo e interações, na busca por melhores práticas educacionais.

Outro ponto importante ocorreu em 2012, momento que a equipe técnica do MEC, fez a vistoria na escola e por não possuir espaço físico para a construção de laboratório específico decidiu não prorrogar a autorização para o funcionamento EMIEP na escola, estipulando a terminalidade para os alunos matriculados. Esse momento foi de grande frustração para os profissionais, haja vista que, após alguns anos de funcionamento sem receber o devido suporte financeiro para investir no EMIEP, o mesmo é encerrado, baseado simplesmente na visão técnica com vista no espaço físico, sem considerar reformas, remanejamento de outros espaços existentes na escola.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é um curso técnico de nível médio, independente da unidade escolar, precisa de uma política educacional que garanta a qualidade do ensino e proporcione aos alunos uma formação geral, sólida, com fundamentação teórica, cultural, científica, que forme cidadãos comprometidos, críticos e não alienados.

Para que esses objetivos sejam alcançados, é necessária a inserção de conteúdos e práticas político-pedagógicas que levem em consideração os alicerces do pensamento e da produção da vida e que não sejam incluídas somente as práticas da Educação Profissional, mas também teorias que contribuam na formação dos jovens, não só para o mercado de trabalho, mas na construção de seu próprio conhecimento, formando-o com capacidade para entrar em um Curso Superior, seja através do ENEM ou vestibular.

Outro ponto importante é a execução de projetos, que sejam desenvolvidos em grupos e colocados em prática de forma interdisciplinar e, principalmente, dar voz aos alunos, para que os mesmos possam ser ouvidos, apontando os destaque em relação ao ensino que está sendo posto em prática, contribuindo para elevar a qualidade do ensino ofertado.

O presente trabalho não esgota as possibilidades de compreensão no que se refere ao EMIEP em Vendas e Logística da Escola Estadual Major Otávio Pitaluga, entretanto é instrumento de leitura que poderá ser utilizado para reflexão sobre os enfrentamentos e dificuldades na implementação de tal modalidade de ensino e poderá colaborar na tentativa de

se construir melhores práticas educacionais que resultem em uma intervenção pedagógica comprometida, eficaz e principalmente eficiente, que atenda aos reais objetivos propostos nos documentos orientativos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir & Gentili, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDIFES: **Reforma Universitária**: proposta da ANDIFES para a reestruturação da educação superior no Brasil. 2004. 41 p. Disponível em <org.br/documentos/proposta-andifes-refunivers-ago04.pdf> Acesso em 15.ago. 2005.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas Públicas**: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRANDÃO, Marisa. **Da arte do ofício à ciência da indústria**: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da educação profissional. In: SENAC. **Boletim Técnico do SENAC**. São Paulo, vol.3, n. 25, 1999.

BRASIL, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, **Documento Base**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Decreto N° 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal N° 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1997.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB n° 03, de 26/06/98. Institui as DCN para o Ensino Médio, 1998.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB N°: 39/2004, p. 14. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Parecer CEB Art. 5º Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.154/2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n° 9.394 /revoga o Dec. 2.208/97), 2004.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Parecer CNE/CEB N°: 5/2011.2012, Seção 1.

CIAVATA, Maria, FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo, 2005.

COELHO, Ildeu Moreira. **A escola como Instituição de formação humana**. In: Educação e pesquisa no Centro-Oeste: Políticas públicas e desafios na formação/Mônica Carvalho Magalhães Kasser e Fabiany de Cássia Tavares Silva/Orgs. Campo Grande-MS: Editora UFMS. 2012. P.229-245

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos 6ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002 coleção perspectiva 5.



FERNANDES, Jarina R. **A integração das tecnologias da informação e comunicação ao currículo no PROEJA**. Tese de doutorado, PUC-SP, 2012.

FLECHA. R.; GÓMEZ, J; LATORRE. A; SANCHES. M. **Metodologia Comunicativa Crítica**. Barcelona; Roure, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 34° ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25° ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Tradução: Vania Paganini Thurler; Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. (Coleção Estudos Culturais em Educação) p. 77-108.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambiguidades. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, 11(3) set./dez. 1985, p 175-192.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo, 2005.

GABASSA, V: **Comunidade de Aprendizagem: A Construção da Dialogicidade na sala de aula**. São Carlos. 2009. Tese de Doutorado.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2006.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T da, Gentilli, Pablo (orgs). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE. 1996.

GERHARD, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1° ed. Porto Alegre UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIROUX, Henry. **Escola crítica e política cultural**. 2ª ed. Cortez, 1987.p.84.

GONZAGA, Amarildo Menezes. A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In: PIMENTA, Selma Garrido. GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro (orgs.). **Pesquisa em educação: alternativas educativas com objetos complexos**. São Paulo: Loyola, 2006.

GRABOWSKI, Gabriel. **PROPOSTA PEDAGÓGICA: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Salto para o Futuro MEC, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Teoría de la Acción Comunicativa**. Vol. I: Racionalidade de la acción y racionalización social. Madrid, Taurus, 1987.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KUENZER, A.Z. A Reforma do Ensino Técnico no Brasil. In: FERRETTI, C. J.; SILVA, J. J. R.; OLIVEIRA, M. R. S. **Trabalho Formação e Currículo**: Para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999, p 121-139.

\_\_\_\_\_, A. Z. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_, A. Z. **História e Perspectiva do Ensino Médio e Técnico no Brasil**: Coletânea de textos para estudos sobre o Ensino Médio Integrado. Cuiabá, 2008

LARROYO, Francisco. **História geral da pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1974-79. Vol. 1: 3ª Ed., 1979.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96. Brasil, 1996. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARRACH, Sônia Alem. (Org.) **Conciliação, Neoliberalismo e Educação**. São Paulo: Annablume: Fundação UNESP, 1996.

MATO GROSSO, Secretária de Educação. **Coletânea de textos para estudos sobre o Ensino Médio Integrado**. SEDUC-MT, 2008.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. **Orientações Curriculares**: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá, SEDUC-MT, 2010.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Estadual Major Otávio Pitaluga, Rondonópolis-MT, 2014.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. **Plano Estadual de Educação e Plano Nacional de Educação**. Cuiabá, SEDUC-MT, agosto/2014.

MELO, Roseli Rodrigues de. **Metodologia de investigação comunicativa**: contribuições para a pesquisa educacional na construção de uma escola Com e para todas e todos. 29º reunião ANPED, Goiânia, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 8º Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OLIVEIRA. M. A.M. (orgs.). **Educação Profissional e a lógica das competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 167-206.

PÉREZ GÓMEZ; GIMENO SACRISTÁN, A. I. **Compreender e Transformar o Ensino**. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo, 2005.

REGATTIERI, Marilza & ASTRO, Jane Margareth. **Ensino Médio e Educação profissional: Desafios da Integração**. 2º ed. Brasília: UNESCO, 2010.

RODRIGUES, Eglén S.P. **Grupos Interativos: uma proposta educativa**. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2010.

ROMANELLI. Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SACRISTÁN, A. I; PÉREZ GÓMEZ. **Compreender e Transformar o Ensino**. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTIAGO, Eliete. **Formação, currículo e prática pedagógica em Paulo Freire**. IN: NETO, José Batista; SANTIAGO, Eliete (Orgs.). **Formação de professores e prática pedagógica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2006.

SANTOMÉ, J. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

SEVERINO, Antônio J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho-d'água. 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.

#### **Sites Pesquisados:**

BRASIL. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em jan. de 2015.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em:  
<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> 2010

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais "Anísio Teixeira" (INEP).  
Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)> 2009

<http://www.seduc.mt.gov.br>

## **ANEXOS I**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização de pesquisa – Trabalho de Conclusão de Curso.**

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Implicações de uma política Educacional”, a ser desenvolvida por Solange Flôres de Souza, mestranda do Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis em comum acordo com a Escola Estadual Major Otávio Pitaluga.

- 1- Sua participação contribuirá significativamente para a realização desta pesquisa, porém não é obrigatória.
- 2- A qualquer momento você pode desistir de participar e você também pode retirar seu consentimento.
- 3- Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação (ou dela) com o pesquisador ou com a instituição.
- 4- A pesquisa busca investigar as contribuições referentes à temática investigada.
- 5- A participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa contribuirá para a coleta dos dados referente à temática em questão.
- 6- A pesquisa no geral tem como objetivo: a) Compreender as finalidades deste novo Programa de Educação Profissional – EMIEP, b) Verificar os limites e dificuldades na implementação deste programa – EMIEP e, c) Descrever e analisar a compreensão dos envolvidos (professores e alunos) no processo de ensino e aprendizagem deste Programa de Ensino - EMIEP.
- 7- Os benefícios relacionados com a sua participação são: Averiguar se o Programa de Ensino Médio a Educação Profissional oferece aos jovens formações necessárias para o mercado de trabalho e para o mundo da vida. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.
- 8- Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação: você receberá um código de identificação e seu nome será trocado por um inventado.
- 9- Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o desenvolvimento da pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento.

---

Solange Flôres de Souza  
Celular (66) 9916-5248

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo com a participação.

Rondonópolis, \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do/a participante (sujeito da pesquisa)

---

Assinatura do/a responsável pelo participante

## **Anexo II: Roteiro - Entrevista com o Diretor**

1º Qual a sua compreensão sobre o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e os conhecimentos trabalhados?

2º Em relação aos professores, de que forma eles atingiram os objetivos propostos pelo Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?

3º Quais os obstáculos identificados na implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?

4º Quais as suas sugestões que possibilitariam melhorias no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?

5º Você acredita que o Curso contribui para inserir o aluno no mercado de trabalho? Explique.

## **Anexo III: Roteiro-Entrevista com Coordenador.**

1º De que forma o trabalho da coordenação auxilia no processo pedagógico

2º Você acredita que os professores que atuam no EMIEP, conhecem o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e sua finalidade?

3º Qual a sua compreensão sobre o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e os conhecimentos trabalhados?

4º Quais os obstáculos identificados na implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?

5º Quais as suas sugestões que possibilitariam melhorias no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?

## **Anexo IV: Roteiro-Entrevistas com os Professores.**

1º Qual a sua compreensão sobre o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e os conhecimentos trabalhados?

2º Em sua opinião, a Grade Curricular do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional está bem estruturada? Atende a proposta do Curso?

3º Você acredita que o Curso contribui para inserir o aluno no mercado de trabalho? Explique.

4° Quais os obstáculos identificados que contribuíram para que o Curso fosse finalizado na escola?

5° Quais as suas sugestões que possibilitariam melhorias no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?

#### **Anexo V: Roteiro-Entrevistas com os alunos**

1. Quais os motivos que o (a) fizeram optar pela Escola EMOP?
2. Qual motivo que o (a) levou a optar pelo Ensino Médio Integrado à Educação Profissional? Explique-os.
3. Você considera a estrutura física da EEMOP adequada para propiciar um ensino de qualidade?
4. Você considera os recursos técnicos - pedagógicos (sala de vídeo, laboratórios, data-shows) suficientes e adequados para propiciarem um ensino de qualidade?
5. Você considera que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, ministrado na Escola EMOP, desenvolve no aluno o senso crítico e a cidadania?
6. Você considera que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional ministrado na Escola EMOP, prepara o aluno para o mercado de trabalho?
7. Você acredita que o investimento em educação tem reflexo na melhoria do Ensino?